

COMUM

Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso - v.3 - nº 11 - ago/dez de 1998



Ao som da flauta: rápidas considerações em torno da natureza da palavra - **José Guilherme de Azevedo Leite**/ A construção do imaginário na imprensa: Cuba na Folha e no Clarín - **Aluizio Alves Filho**/ Estamos a bordo do iceberg que afundou o Titanic - **Jorge Tadeu Borges Leal**/ História e messianismo em Walter Benjamin - **Noéli Correia de Melo Sobrinho**/ Motivação: instrumento no processo de ensino - **Eduardo Amazonas de Figueiredo**/ As reivindicações liberais: da fisiocracia à fisiologia - **Drauzio Gonzaga**

Editorial

Coerente com o projeto editorial originário da Revista *Comum*, que se propunha a tratar o tema da Comunicação criativamente e sem limites prévios estabelecidos, publicamos, neste número 11, seis textos que devem estimular a nossa reflexão acadêmica.

A palavra, suas origens e seus usos, é o tema principal de dois artigos. No primeiro, José Guilherme de Azevedo Leite nos convoca a pensar sobre os mistérios que envolvem a origem das palavras e suas significações. No segundo, Aluizio Alves Filho apresenta um estudo comparativo sobre a construção do imaginário a respeito de Cuba, através do uso da palavra pública, nos noticiários veiculados por dois grandes jornais diários da imprensa latino-americana: a Folha de S. Paulo e o Clarín.

Em seguida, Jorge Tadeu Borges Leal nos provoca a repensar as atividades produtoras da ação publicitária. Além disso, faz o diagnóstico de sua atual disfunção e nos apresenta uma proposta que sinaliza para o futuro.

Uma visão do tempo, como ruptura e descontinuidade, também é o tema do texto de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Seu artigo trata da visão messiânica da História de Walter Benjamin, certamente um dos pensadores mais brilhantes da Escola de Frankfurt.

A tese central do artigo de Eduardo Amazonas de Figueiredo é indicar a nós (professores, alunos e instituições de ensino), que a preocupação estratégica dos administradores educacionais, principalmente nos tempos onde as palavras de ordem são produtividade e competitividade, deve ser a busca permanente da motivação do corpo docente de uma instituição que se dedique a realizar, com eficácia, o processo de ensino-aprendizagem.

Para fechar esse número com a pompa e circunstância que todos nós merecemos, Drauzio Gonzaga nos oferece um texto provocativo, que polemiza sobre a inconsistência teórica do liberalismo, em função da sua carga pragmática. Inconsistência evidenciada por um processo degenerativo que se caracteriza, no primeiro momento, pelo idealismo ingênuo dos fisiocratas e que, ao longo da nossa história política, foi desarticulado pelo oportunismo esperto dos fisiológicos.

Colaboram neste número

José Guilherme de Azevedo Leite

Professor Titular de Teoria da Comunicação e Filosofia e Coordenador do Departamento de Fundamentos e Teorias da FACHA, com formação em Letras Clássicas, Ciências Jurídicas e Sociais, Filosofia e Terapia Analítica-Transacional.

Aluizio Alves Filho

Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Estudos Comparativos sobre a América Latina e o Caribe, da FLACSO/UnB. Chefe do Departamento de Ciência Política do IFCS-UFRJ. Professor do NPPG das Faculdades Integradas Bennett.

Jorge Tadeu Borges Leal

Profissional de Comunicação de Marketing e Professor do Departamento de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Comunicação Hélio Alonso. e-mail: zaptzum@hotmail.com

Noéli Correia de Melo Sobrinho

Professor de Ciência Política na UERJ e no NPPG do Instituto Metodista Bennett/Doutorando em Filosofia na PUC-Rio.

Eduardo Amazonas de Figueiredo

Mestrando em Economia Empresarial, Pós-Graduado em Desenvolvimento Empresarial, Professor Titular da FACHA, Coordenador do Centro de Estudos de Negócios em Administração, Membro do Conselho Permanente de Avaliação e Professor da Faculdade Celso Lisboa.

Drauzio Gonzaga

Professor-adjunto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Professor-Titular de Filosofia das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA).

Sumário

AO SOM DA FLAUTA

Rápidas considerações em torno da natureza da palavra

José Guilherme de Azevedo Leite05

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO NA IMPRENSA

Cuba na Folha e no Clarín

Aluizio Alves Filho14

ESTAMOS A BORDO DO ICEBERG QUE AFUNDOU O TITANIC

Jorge Tadeu Borges Leal.....43

HISTÓRIA E MESSIANISMO EM WALTER BENJAMIN

Noéli Correia de Melo Sobrinho56

MOTIVAÇÃO

Instrumento no processo de ensino

Eduardo Amazonas de Figueiredo78

AS REIVINDICAÇÕES LIBERAIS: DA FISIOCRACIA À FISILOGIA

Algumas provocações a propósito da crise política e econômica do neo-liberalismo

Drauzio Gonzaga.....91

Expediente

Conselho Editorial:

Carlos Deane, Carlos Henrique Escobar, Drauzio Gonzaga, Fernando Sá, José Guilherme de Azevedo Leite, Nailton Agostinho Maia, Rosângela de A. Ainbinder.

Coordenação Editorial: *Fernando Sá*

Projeto Gráfico: *Miguel Alonso*

Impressão: *Inno's Gráfica e Editora Ltda.*

Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura

Instituição de caráter educativo criada em 08.08.69, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito da Educação nos níveis do 1º e 2º Grau e Superior, com cursos nas áreas de Comunicação Social, Turismo e Processamento de Dados, bem como contribuir através de projetos de desenvolvimento comunitário para o bem estar social.

Sede: Rua da Matriz, 49 - Rio de Janeiro - Botafogo - RJ.

FACHA:

Rua Muniz Barreto, 51 - Botafogo - RJ - Tel./FAX: (021) 553-0405

E-mail: facha@ax.apc.org

Diretor-Geral: Hélio Alonso

COMUM - v3 - n°11 - (ago/dez 1998)

Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso

1998

Semestral

100 páginas

I. Comunicação - Periódicos. II. Educação

CDD 001.501

AO SOM DA FLAUTA

Rápidas considerações em torno da natureza da palavra

José Guilherme de Azevedo Leite

Costumamos afirmar a nossos alunos que o curso universitário é, antes de tudo, um curso de alfabetização. Uma vertente muito específica, é verdade, do que se inicia em nossas primeiras leituras da escrita. Não que estejamos nele finalmente aprendendo a ler melhor¹, mas simplesmente nos habilitando em uma certa forma de leitura, privilegiada pelo estatuto do saber, denominado ciência. Isto é, ler a partir de esquemas significantes alternativos, dando-se conta de novas e surpreendentes construções deste devir inesgotável, que estrategicamente chamamos de realidade.

Nossas preleções ensinam exatamente porque desarumam a interpretação comum, não a deletando como definitivo despojo, mas para preservá-la mesmo, no seu lugar fundante do trânsito epistemológico.

O que proponho então neste evento pedagógico, que quer ser todo texto acadêmico – mesmo que contrariando as eventuais pretensões de seus autores – é uma abordagem capaz talvez de revisar conclusões consolidadas no olhar primeiro e justificadamente afoito de nossa habitualidade.

Por outro lado, não poderemos ser tão cautelosos neste campo de reflexão que escolhermos – e onde se cruzam os discursos da lingüística teórica e da semiótica, da filosofia e da filologia, entre outros – porque abordaremos mais uma vez a insolúvel e, por isto mesmo, excitante questão da natureza da palavra e sua relação com o nosso mundo.

Quando se trata desta matéria, o foco da investigação não deverá se restringir ao objeto em sua especificidade: a palavra em si mesma nunca poderá ser observada, salvo a hipótese de a pesquisa se satisfazer com conclusões de interesse puramente acústico, o que não é o caso.

Sua realidade física constitui um fenômeno natural e próprio, é claro. Mas a existência desta materialidade está destinada, desde sua origem, a identificá-la em uma função que, por transcendê-la radicalmente, vai responder por sua

natureza. Eis o paradoxo fundamental que nela se esconde razoavelmente: a forma material determina sua função é, em simultaneidade, determinada por ela.

Ao contrário do que pensam os partidários da crença em sua arbitrariedade, a palavra é instituída por um significado sim, mas é também o instituinte deste mesmo significado – por isso impossível, sem ela e antes dela, convencionarem-se os signos. E se a palavra consegue escapar por aí, torna-se estéril toda a discussão em torno de seu caráter supostamente dicotômico ou relacional.

Com que linguagem os homens convencionaram criar a linguagem, perguntaríamos a John Locke², por exemplo?

Quando Saussure, seus antecessores e sucessores colocam as formas lexicais como meras representações arbitrárias das imagens psíquicas, estão ignorando que estas são já, fenomenologicamente, elaborações verbais. Isto porque, sabemos hoje, a matéria fonética funciona como referência, que no sistema neural efetiva o ancoramento das significações – sem o que, não só não poderiam, como sequer chegariam a se constituir. Quanto à formação da fala discursiva, esta apenas repercute, ordenando e atualizando exteriormente, através de codificações, mais ou menos convencionadas, as estruturas mais profundas da linguagem, a fim de assegurar a comunicação.

Ora, nosso interesse agora há de voltar-se para outro lugar, onde se inscreve outra relação – esta bem menos virtual: a das palavras com as coisas, o que seria a retomada das especulações mais remotas sobre a linguagem humana. Cumpre-se assim o objetivo assumido inicialmente neste trabalho – sugerir novos contextos de leitura para velhas crenças que coincidem de modo surpreendente na concepção do fenômeno lingüístico.

Neste caminho, encontramos primeiro aquelas interpretações que em várias culturas atribuíam um poder mágico ou divino às enunciações, cuja energia acústica torna-se condição constituinte da própria realidade a que se referem. O registro para nós mais significativo é dado por João Evangelista, no livro do Genesis: “No princípio era o Verbo... e o Verbo era Deus... Todas as coisas foram feitas por intermédio Dele...” Milênios antes, a cultura védica professava essa mesma crença divinizadora da palavra. Também os índios guaranis, segundo se sabe, acreditam que as coisas se constituem a partir de que seus nomes são pronunciados com força. Esta investigação poderia estender-se em exemplos tão significativos como estes e em quantidade imprevisível de coincidências, mas não estaria em nossas preocupações agora.

Mesmo quando não atribuem esta faculdade criadora à linguagem, todas as demais culturas que observamos em sua formação conferiram à palavra uma intimidade plena ou uma identidade essencial com os fenômenos do mundo. A linguagem aqui funciona, não como simples animização presopopéica, mas como quebra do silêncio que guardaria o mistério semântico da natureza.

Sem nos afastarmos muito da atualidade do mundo ocidental, percebemos que esta imanência está registrada já naquele momento vigoroso de gestação da nossa racionalidade. De lá recolhemos, por exemplo na obra de Platão, especificamente no Crátilo, seu claro reconhecimento: "... Sendo assim, Crátilo tem razão de dizer que os nomes das coisas derivam de sua natureza e que nem todo homem é formador de nomes, mas apenas o que, olhando para o nome que cada coisa tem por natureza, sabe como exprimir com letras e sílabas sua idéia fundamental." E, na tentativa de demonstrar que "os nomes revelam a essência das coisas", Platão – através de sua personagem central, Sócrates, desenvolve longas e interessantes análises etimológicas.

É evidente que o filósofo não estaria apenas brincando neste diálogo (como também não no Teeteto ou no Sofista, que o insinuam), como aliás é certo que também não brincava ao apresentar-nos o famoso mito das cavernas ou o mundo das idéias. E é certo que percebia a participação ontológica das palavras no universo das Idéias (onomatos eidos). A constatação da existência do nome ideal foi objeto da justificada atenção de Frédéric Nef, ao declarar que, em Platão, "O conceito de nome ideal (aquele que o legislador contempla) é solidário da teoria das formas."³ O mesmo acontece no comentário de C. Kahn: "A Forma da palavra que pertence a cada coisa será, pois, sempre definida em relação à Forma da Coisa em questão."⁴

Tal intimidade não estaria assim fundada nos argumentos filologicamente superficialistas e empíricos que animam as teorias defensoras do princípio da onomatopéia para explicar uma origem natural das palavras. Quando propomos certa leitura mais atenta das crenças primitivas sobre esta questão, não encaminhamos apenas uma interpretação baseada nos códigos disponíveis; ao contrário, o que se pretende é um trabalho algo criptográfico⁵, porquanto visa a construção do próprio código, capaz de revelar um sentido, sempre escamoteado nos preconceitos e limitações de nossas leituras legitimadas e institucionalizadas.

A partir daí, o que parecerá cada vez mais correto é afirmar-se a percepção de que as enunciações verbais tornam-se significativas por uma terceira via

(excluídos os fundamentos da pura convencionalidade, tanto quanto os do onomatopéismo vulgar), na medida em que “participam” energeticamente das referencializações, enquanto materialmente identificadas em suas vibrações íntimas.

É importante acentuar que antes mesmo de Platão, e de uma forma mais radical, a Grécia, em Pitágoras, por exemplo, identificava essa energia comum, mediada pela alma, derivando do Intelecto. Esse lugar de encontro, que poderíamos designar de imediato por Idéia, ultrapassando-se, é claro, o campo da pura subjetividade do idealismo moderno e do psicologismo, estaria situado naquela unidade elementar e infinitesimal que, ao escapar à dimensão simples da consciência, vai responder pela regência fenomenal e comum do universo e, portanto, da linguagem. Estamos falando deste um, que não é “cada um”, mas “entre todos, ou “entre tudo”, a interseção do múltiplo, o ... “e” ... , atinado por Deleuze⁶, ao deletar (só ele?) a dialética hegeliana. E que ponto é este, para onde escorre sempre o pensamento, inexistindo em termos de mensuração, apenas diferente de zero, do nada, situado por Leibniz entre a curva e a reta, apenas revelado na mais pura racionalidade? O que se materializaria na *physis*?

A física quântica, que lida de forma quase mística com a esfera inefável do espaço, admite encontrá-la no som que movimenta invisível e aleatoriamente as energias atômicas.

Seriam as ondulações correspondentes à vibração de elétrons, provenientes de um átomo que, quando confinado, ultrapassa um dado limiar. O fenómeno é essencial para a descrição, aliás, do chamado caos cósmico ou caos quântico, já que o espectro-resposta, em linguagem matemática, é absolutamente imprevisível.

O mais interessante é que os físicos identificam o movimento ondular com as vibrações acústicas de uma coluna de ar, quando estimulada em um instrumento musical de sopro, por exemplo, uma flauta. Da mesma forma, os gregos antigos usaram a palavra *physis* associada ao verbo *physao* (*physa*), que significa soprar. E também, é claro, ao substantivo dele derivado (ou ao contrário?), *physeter* – coincidindo-se já as significações de essência física e som, ou melhor, atribuindo-se ao universo uma primordialidade acústica.

Nada devendo à cultura helênica, entretanto e surpreendentemente, nossos índios tupinambás e tupy-guaranis designaram, porque conceituaram, a

flauta e o corpo humano – flauta da terra – de uma mesma forma: U'mbauí. Além disto, nomearam também com a mesma palavra Tupã, tanto a divindade maior, como o som (tu), em sua acepção fundamental, a da expansão (pan).

Por outro lado, os indianos, na Mandukya Upanishad, revelam a essência divina na sílaba sagrada OM (pronunciada AUM), audível na introspecção dos grandes mestres. Sonoridade correspondente ao que certos físicos referem como a do espaço no interior dos átomos.

Se prosseguíssemos na pesquisa, a rede de encontros chegaria a abrangências bastante convincentes. Faz-se, porém, necessário assumir um certo afastamento deste terreno menos palpável de considerações, a fim de que alcancemos caminhos mais analíticos, quem sabe – ou possamos ao menos sugerir-los – de acordo com o que nos propusemos inicialmente.

Quando, então, a investigação vai objetivar o que seria a esfera das imanências acústicas da palavra, o tema atingido não pode ser outro, senão o vislumbre da raiz. O que também não seria tão palpável, face à imprecisão da distância, do tempo e do lugar irresgatáveis, apenas a fragilidade da intuição hipotética.

Apesar de tal dificuldade, o tangenciamento das raízes verbais – o som primordial do ser – pode servir como consistência suficiente para a leitura, tão necessária hoje, de seu mistério, pois se “não se pode falar de uma origem empírica da linguagem, pode-se ao menos descrever formas pré-lingüísticas a partir das quais um homem tende a falar e a linguagem torna-se iminente.”⁷

Nossos dados nunca se confirmarão do ponto de vista experimental, e é exatamente isto o que anima e nos faz caminhar com mais determinação. O indizível tem de ser dito, afinal.

Faz-se uma escolha e, por acidente, ou por razões muito complexas, esta recai em torno de uma suposta raiz, envolta na mais excitante ancestralidade, constituída dos fonemas B – T – obstaculização dos lábios e obstaculização línguo-dental. Partindo-se da convicção de que os sons originalmente produzidos na primeira manifestação “reflexiva” do homem, em seu espanto (thaumazên) quase representativo do ser, utilizam apenas a vocalização gutural-nasal básica (o “AUM”), semelhante à guturalidade sensível dos fenômenos naturais, entende-se que a bilabialização e a línguo-dentalização traduzam o movimento inicial do aparelho fonador, na busca de especialização significativa.

A resistência que atuara naquela emissão fonêmica mais espontânea — a de pura vocalização — é a das cordas da garganta, em sua maior ou menor abertura. Trata-se ainda do fenômeno próprio das crianças, no período do murmúrio. A partir daí, as necessidades caminham do terreno exclusivamente expressivo para o comunicativo e, assim como os bebês, nossos ancestrais passam a utilizar o mecanismo mais sofisticado dos lábios, da língua e dos dentes. A aquisição desta riqueza fonemática permite avaliar que as crianças “falam” todos os idiomas do mundo. Mas a passagem para a significação representativa implica uma temporária e resistente recusa⁸, a fim de não se limitar a um código restritivo. Teria ocorrido também historicamente este lapso? Se ocorreu, teve a duração de milênios...

Mas, parece certo que o B/T, entre as demais possibilidades evoluídas, repercutiu alguma necessidade vital que justifica sua permanência tão significativa nas línguas contemporâneas — mesmo as não alinhadas em uma ramificação sincronicamente comum. Permanece remetendo suas derivações a uma claríssima referência àqueles tempos extraordinariamente distantes de nossa escuta.

Sendo mais específicos, poderemos exemplificar com a constatação de que um francês em nossos dias, ao se referir de forma chula ao órgão genital masculino, diz “bite”, no que não faz certamente qualquer alusão aos fenômenos marinhos ou da vida naval. ❧

Sabemos entretanto que a palavra procede de “bita”⁹ — espécie de mastro em que se amarrava a âncora, nas embarcações primitivas. Trata-se aí de simples afinidade metafórica, fundada no princípio tão comum da proximidade apenas icônica (semelhança) dada pela ordem dos significados. Este fenômeno lingüístico serviu, aliás, de base para os argumentos de Sanders Peirce, ao sustentar a tese da não arbitrariedade dos signos verbais. A este exemplo isolado poderíamos acrescentar outros muito curiosos. O que nos interessa, porém, demonstrar é que este e outros radicais provenientes dos mesmos fonemas B-T estão direta ou indiretamente relacionados à vida do homem no mar e às suas embarcações, e isto nas mais diferentes línguas antigas e modernas.

A relação neste caso é extensiva por contigüidade e não por eventual analogia, e tal desdobramento acompanha, naturalmente, em termos verbais a própria especialização das significações, na medida em que se desenvolve a arte naval por contingências da vida nas sociedades.

O que tem o mar, ou as embarcações, com a primitivíssima raiz? O som das ondas, como dos demais fenômenos da natureza, não é evidentemente percebido de forma semelhante ao dos dois fonemas – que implicam a utilização de lábios, língua, dentes, ... Mas assemelham-se ao murmúrio das primitivas vocalizações (em torno do AUM, venerado na cultura védica) e cuja matriz inspirou com certeza o canto primitivo.

Rousseau, aliás, no “Discurso sobre a desigualdade” e, mais tarde, no “Ensaio sobre a origem da língua”, já percebera que a primeira linguagem teria sido apenas de vogais e que consistiria ainda em canto – sem função de representação, meramente expressiva, estimulada pelas “linguagens” da natureza. Esta imitação, para Rousseau, não tem um caráter figurativo-onomatopéico. Segundo explica Bento Prado Jr.,¹⁰ nele a música também imita os sentimentos que as representações despertam.

O progresso das consonantalizações seria um declínio, a despotencialização de nossas paixões, determinada pela trágica passagem das hordas para a civilização.

Ora, o mar é murmúrio, como se disse, é vogal... Mas o “mar navegado” é outro. Seu murmúrio, seu canto cede lugar ao ruído da pancada, do “bater” (do latim *battuere*) intermitente das ondas nos cascos que se aventuraram às “expansões” das comunidades humanas. É claro que os homens não estariam, a partir daí, desenvolvendo seu vocabulário e sua linguagem por imitação onomatopéica. O princípio seria o da extensão, em termos metonímicos da energia primordial da raiz, dada naturalmente no “batimento”.

Em rápida pesquisa¹¹, detectamos esta expansão registrando-se, com prodigiosa freqüência e alcance, numa quantidade surpreendente de radicais, nas mais diversas línguas, por exemplo, no grego antigo, para partir-se dos fundamentos da civilização ocidental: bathós (o alto mar) e, daí, bathron (fundamento, base, assento, banco); bathy (profundo – adjetivando mergulho, pensamento); bathyno (afundar-se); bathysma (profundidade); baité (casaco de pele); bakteria (bordão de viagem e bastão); bakteriazó (servir de apoio a alguém); bapúsma (batismo, imersão); barathron (abismo). Suprimindo o fonema “t”, a raiz permaneceu subentendida, por exemplo, em: bariz (barco); bari-baz (marinheiro); baroz (carga, plenitude, poder, peso – daí as várias determinações científicas em português, como barômetro), baréos (fortemente); barybremetes (que produz ruído surdo), bary-akés (muito doloroso); baryto (estar encarregado); baryno (fatar, molestar); barys (pesado, profundo), etc.

Voltando, porém, ao radical português do verbo bater, temos: *batel* (pequeno barco – correspondente de *bateau* – francês, *bot* – depois *boat*, no inglês) e *botel* (no mesmo sentido de *bote*, originalmente um recipiente de madeira, vindo do latim *buttis*, e mais remotamente significando tripa, para armazenar alimentos); *bota* (inicialmente, medida de capacidade, no francês *botte*); *botar* (de *bota*, e daí *botija*, *botim* – no francês *butin*, no castelhano *boti* e no italiano *bottino*); e *botequim* (no neerlandês *bootkin*); *botelo* (latim *botellus*); *boto* (inicialmente, néscio); *botareu* (pilastra, escora); *bita* (cabeça ou mastro de amarração – ligado a *bitacle*, em francês *bitakle* – depois *beater* no inglês, resultando em *bitácula* – caixa de madeira); *abita* (local, no navio, onde se guarda a âncora); *bitola* (medida de diâmetro de uma corda) e *betume* (do latim *bitumem*, *bituminare* – vedar, tampar com algum material); *batimento* (flutuação de certo período de arrebentação dos grupos de ondas do mar, ligado diretamente ao radical de “bater”- francês: *battre*, provençal: *batre*, espanhol: *batir*, catalão: *batre*, nórdico: *bukow*); *batalha* (francês: *bataille*, espanhol: *batalla*, italiano: *bataglia*); *batalhão* (do antigo provençal); *embate*, ligado ainda a *bateria*, *hatelada*, *batelão* (embarcação grande); *batega*; *batida* (arma, do antigo germânico); *bastião*; *bastidor*; *bata*; (vestimenta); *batavo* (do latim *batavus*); *batávia* (pano); *bateia* (gamela, do castelhano *batea*, no árabe *batiya*); *batilão*; *bastão*; *bastar* (originalmente, *cerzir*, depois *arremessar* – no germânico: *bastjan*, e, daí, *bastas*); *batota* (trapaça no jogo) e *hato* (latim: *batus*, grego: *batós* e hebraico: *bath* – certo peixe marinho); *batiscafo* (pequeno submarino), *besta* (latim: *ballista* – arma de combate); *bartocar* (serrar com *bitaque* - instrumento para cortar tonéis).

Este rápido levantamento não se limitou à nomenclatura e à gíria naval, mas ampliou-se a um vocabulário provavelmente dela conseqüente na vida fora dos navios. Houvesse elementos e condições, estamos certos que contemplaria uma tal quantidade que, a partir daquela raiz primitiva, responderia por um grande percentual das palavras de muitas línguas modernas e antigas.

A explicação do fenômeno parece-nos óbvia: a vida no mar representou, de um lado, um primeiro passo para a formação das civilizações e, portanto, para a especialização – profusão dos signos verbais e sua difusão. De outro, por contingência mesmo de tal vivência, as ações de manobra nos navios exigem respostas imediatas e bem precisas, pois disto depende a sobrevivência das cargas e do pessoal transportado. Talvez, ainda hoje, o vocabulário naval seja a mais rica de todas as gírias profissionais...

Acreditamos, assim, ficar preliminarmente demonstrada sua importância na constituição tardia (segundo Rousseau) de nossa linguagem racional.

Notas

1. Aprender a ler seria "inventar a leitura, já que construtivamente se sabe, desde L.S. Vygotsky (thought and Language), que ninguém ensina a ler.
2. Segundo Locke, os homens teriam já pensamentos organizados, quando "decidiram" convencionar as formas de palavras que possibilitariam a comunicação.
3. Nef, Frédéric – A linguagem – uma abordagem filosófica, Jorge Zahar, Ed. 1955, p. 15.
4. C. Kahn, in Joly Ed., Philosophie du langage et grammaire dans l'Antiquité, Ousia, Pub.1986, p.99.
5. Como ocorre desde o início da alfabetização real.
6. Deleuze e Guattari – Capitalisme e Schizophrénie – Mille Plateaux, Minuit, Paris, pp. 13-14, 31, 36-37.
7. Merleau-Ponty, M. – Merleau-Ponty na Sorbonne, Papyrus, 1988, p.76.
8. Jakobson, Roman – Langage enfantin e Aphasic, de Minuit, 1969.
9. O registro mais primitivo do radical estaria no escandinavo antigo "biti, de onde viria o inglês "bitis", daí decorrendo, metaforicamente, "bitte", menino, no francês e ainda no nigeriano, designando "feto", assim como "bitongo", em português: adulto que quer se passar por menino.
10. "Gênese e estrutura dos espetáculos", in Estudos Cebrap nº14 São Paulo, Ed. Brasiliense, 1975.
11. Foram utilizadas fontes várias de consulta: dicionários etimológicos das línguas modernas e de latim, o Glossário da Demanda do Santo Graal – de Augusto Magne c, principalmente, o clássico Romanisches Etymologisches Wörterbuch – de Von Meyer Lübke – Heidelberg, 1935, além do trabalho A Terra dos Mil Povos, de Kaká Werá Jecupé. É ainda informações compiladas por meus parentes – profissionais da arte naval, *Hyllo Leite*, Luiz Guilherme Leite e Antônio Sérgio Leite, a quem devo reconhecimento e gratidão.

Resumo

O artigo percorre o caminho de uma simples mas ousada tentativa: a demonstração de que o mistério da palavra e das significações não se resolve simplesmente nos argumentos, quer da convencionalidade, quer da naturalidade apenas onomatopéica, como se tem dito e afirmado.

A chave da questão poderá estar na manifestação de antigos mitos, nunca suficientemente considerados pela racionalidade ocidental.

Palavras-chaves

Palavra, mitos, racionalidade.

Abstract

The paper follows the route of a simple but daring endeavor: to demonstrate that the mystery of the word and meanings is not solved simply in arguments, either of conventionality, or an only onomatopoeic naturality, as has been said and asserted. The key to this question might be in the manifestation of ancient myths, never sufficiently considered by the western rationality.

Key-words

Word, myths, rationality.

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO NA IMPRENSA

Cuba na Folha e no Clarín*

Aluizio Alves Filho

*"A comparação é o único meio prático de
que dispomos para conseguir tornar as coisas inteligíveis"*

Emile Durkheim

Introdução

O objetivo é estudar, comparativamente, a maneira como Cuba foi noticiada nos jornais a "Folha de São Paulo" e o "Clarín", de Buenos Aires, nas edições publicadas em ano (1992) da década de 90. À época, os países latino-americanos e caribenhos - a exceção de Cuba - começavam a passar por reformas "modernizadoras", conhecidas como neoliberais. Reformas que, em suas linhas maiores, eram apoiadas pelos referidos jornais. Objetivamos, nos limites de um artigo, apontar semelhanças e diferenças nas versões sobre Cuba, construídas, em momento dado, nas páginas de jornais da chamada grande imprensa do Brasil e da Argentina.

Ao realizarmos a investigação com base em pesquisa de matérias publicadas em um único ano, 1992, partimos da assertiva de que o particular contém elementos do universal e que, assim considerando, o estudo de representações feitas na imprensa em um momento histórico preciso, pode permitir a apreensão de significativos aspectos estruturais das formas dominantes de pensar, de países e época determinados, no caso, a década de 90.

A escolha da "Folha" e do "Clarín", como *locus* da pesquisa, entre outros jornais da grande imprensa, foi feita com base em duas ordens de fatores.

Em primeiro lugar, levamos em conta que a "Folha" e o "Clarín" eram os diários de maior vendagem em seus respectivos países, no ano escolhido para a realização da pesquisa¹. Ao escolhê-los, seguimos o princípio adotado pelo "Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para a América Latina" (CIESPAL) que procedeu, em 1962, uma extensa pesquisa comparativa, tendo por alvo jornais latino-americanos. O critério adotado pelo

“CIESPAL” para a seleção dos 33 jornais estudados foi “o volume das tiragens” (Melo, 72, 21).

Em segundo lugar, levamos em conta que a “Folha” e o “Clarín”, jornais de alta circulação e credibilidade, sediados em cidades industrializadas de países que exercem liderança no Cone Sul, funcionam como pólos de irradiação de notícias. Inclusive, muitas matérias publicadas pela “Folha” e pelo “Clarín”, são “copidescadas” e reproduzidas em jornais de cidades interioranas de seus países de origem. A “Folha” e o “Clarín”, colocam significativo número de demandas “informativas” no sistemas social brasileiro e argentino, respectivamente, estando entre as principais agências de formação da opinião pública. Advém daí a importância da presente comparação.

1. A crise econômica

Em que pese haver substantivas diferenças nas versões que constroem, o quadro geral em que Cuba é descrita na “Folha” e no “Clarín” é o da existência de uma aguda crise econômica. Crise diagnosticada como decorrente do anacronismo da economia estatizada, mantida no país mesmo após a queda do socialismo na antiga União Soviética e no leste europeu. Assim sendo, Cuba é entendida como o protótipo do atraso, o inverso da “modernidade neoliberal” que se alastra pelo mundo.

Ao referirem-se a Cuba, os dois jornais, de forma predominante, deixam patente considerar que o “socialismo” é um sistema econômico não apenas indesejável, mas inviável. Entretanto, ao explicarem as razões da atual crise econômica que se abate sobre a ilha, não indicam nenhuma causa econômica interna que a determine. Indicam causas externas, extrínsecas ao sistema produtivo do país, mormente: a queda na importação do petróleo e a diminuição do comércio externo. A primeira, sempre explicada como derivada das mudanças nas relações entre Cuba e a antiga União Soviética. A segunda, devida ao desaparecimento do bloco socialista, que fora responsável durante décadas pela quase totalidade dos negócios externos do país.

São semelhantes, e com ênfase nas novas relações com a Rússia, a maior parte das considerações que os dois jornais fazem sobre problemas enfrentados por Cuba após a derrocada da URSS. A título de ilustração, destacamos:

“A agora extinta União Soviética respondia por 70% do comércio internacional cubano. Moscou fornecia à ilha o petróleo a preços abaixo do mercado internacional e comprava seu açúcar a preços acima do mercado. A partir das mudanças dirigidas pelo ex-presidente Mikhail Gorbatchev, iniciadas em março de 1985, o país alterou seu relacionamento com Cuba” (“Folha”:5/1:3).

“Debido al desmenbramiento de la Unión Soviética, el presidente Fidel Castro alertó recientemente a los cubanos que estuvieran preparados para valérse-las com la mitad - y quizás aún menos - de la cantidad de petróleo y combustible normalmente disponible en años anteriores” (“Clarín”:4/1:23).

“Folha” e “Clarín” apontam, seguidamente, como referenciais empíricos da crise econômica cubana: o racionamento de energia elétrica - com a consequente diminuição da produtividade - e a proliferação do uso de bicicleta, como meio de locomoção.

“A bicicleta tornou-se veículo alternativo para mais de 400 mil pessoas em Havana e outras 100 mil nas outras partes de Cuba, com a crise do sistema de transportes” (“Folha”:8/1:1).

“El gobierno, que importó 200.000 bicicletas de China, rechaza por ahora la idea de aplicar reformas económicas similares a las de este último país” (“Clarín”:12/1:24).

“Não bastasse o racionamento de energia elétrica, televisão, leite, táxis, etc, as entregas de bens têm sido feitas com carros de boi - e mesmo os semáforos não são mais ligados” (“Folha”:4/2:3).

“La falta de petróleo obliga a volver a métodos arcaicos: bestias son utilizadas, incluso, para arrastar ómnibus que hoy ya no tienen combustible” (“Clarín”:5/1:29).

“Havana tem 44 horas sem luz por semana. A medida foi determinada pelas autoridades cubanas como parte do plano de racionamento da ilha, que enfrenta a pior crise econômica de sua história. A escala de cortes é de oito horas diárias, menos sexta-feira (quatro horas) e domingo (sem cortes)” (“Folha”:16/7:10).

“La compañía cubana de electricidad comenzó a imponer cortes de servicios durante cuatro horas en distintos barrios de La Habana, debido a la crisis energética por la escasez de petróleo importado” (“Clarín”:18/4:20).

Como indicativos da crise econômica cubana, “Folha” e “Clarín” também fazem menção à existência de outros tipos de racionamentos (inclusive de alimentação). Publicam depoimentos que chamam atenção para a grave situação que o país atravessava, em 1992. Ambos, em seguidas matérias, supõem que, com política privatizante e abertura do país ao capital externo, os problemas cubanos seriam amplamente equacionados. Diagnosticam a crise noticiada como a mais grave enfrentada por Cuba - “Os números oficiais mostram que, nos próximos meses, Cuba vai passar pelos piores momentos de sua história” (“Folha”:4/2:3), “Cuba vive una crisis económica sin precedentes” (“Clarín”:6/6:24).

Mantendo estruturalmente uma postura crítica em relação ao socialismo, o jornal argentino, que refere-se à situação de Cuba como de “penúria generalizada” (“Clarín”:6/6:24), constantemente informa sobre medidas adotadas pelo governo cubano para tentar encontrar formas alternativas objetivando enfrentar e superar a crítica situação configurada. Em uma matéria, põe em evidência estar em curso o emprego de “fuentes alternativas de energia”, como maneira de fazer frente ao problema da diminuição da entrada do petróleo (“Clarín”:29/4:39). Em outra, destaca que “el gobierno cubano há revalorizado la importancia del turismo y la biotecnología como fuentes de ingresos” (“Clarín”:16/2:25). Em uma terceira, esclarece que o governo planeja “incrementar gradualmente el costo de algunos productos agrícolas para impulsar la producción y reducir los fuertes subsidios” (“Clarín”:31/1:30).

No noticiário da “Folha” é comum encontrar apenas comentários, notas, depoimentos e frases que apontam para a gravidade da crise cubana, pratica-

mente sem contrapartida em informações sobre medidas adotadas pelo governo do país para enfrentá-la.

Além de indicarem a mudança de relações econômicas com o antigo bloco socialista como causa da crise econômica cubana, os dois jornais apontam outra causa igualmente externa, de natureza estrutural, e que nas circunstâncias dadas agrava mais ainda a referida crise: os desdobramentos contemporâneos do bloqueio econômico originalmente decretado, pelo governo dos Estados Unidos contra Cuba, em 13 de outubro de 1960. Neste sentido, os dois jornais informam, em abril, medidas adotadas pelo governo George Bush visando a intensificação do embargo a Cuba. O "Clarín" classifica a medida como "proibição" e a "Folha", como "fechamento de portos".

"El presidente norteamericano George Bush procura intensificar el embargo comercial a Cuba con una prohibición de entrada a puertos de los Estados Unidos a los barcos de cualquier país que toquen puertos cubanos para realizar operaciones comerciales" ("Clarín":19/4:29). O presidente dos Estados Unidos, George Bush, ordenou no sábado o fechamento de portos do país a cargueiros envolvidos em transações com Cuba" ("Folha":20/4:8).

Em setembro, os dois jornais voltam a noticiar uma nova medida de embargo norte-americano à Cuba.

"Cuba calificó como 'diabólico' el proyecto aprobado ayer por la Cámara de Representantes de los Estados Unidos, que busca endurecer el embargo económico impuesto por Washington desde hace 30 años. La ley entraría en vigencia este mismo mes, luego que la apruebe el Senado, y cuenta con el público respaldo del presidente George Bush y también del candidato demócrata a la Casa Blanca Bill Clinton (...) El llamado proyecto Torricelli..." ("Clarín":26/9:22). "O diário 'Granma', órgão oficial do Partido Comunista Cubano, qualificou ontem de 'draconiano' e 'vergonhoso' um projeto de lei aprovado na véspera em Washington pela Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, propondo o reforço do embargo econômico contra Cuba (...) O projeto da lei Torricelli passou na Câmara por 276

votos contra 135 e poderá se converter em lei ainda no atual período legislativo do Congresso” (“Folha”:26/9:10).

A “Ata sobre a Democracia em Cuba”, chamada na imprensa “lei Torricelli”, por ter sido proposta por Robert Torricelli, senador por ‘New Jersey’, foi aprovada pela Câmara dos Representantes no mês de setembro. Em outubro, por uma comissão bicameral do Congresso Norte Americano e, em seguida, sancionada pelo presidente da República. A lei Torricelli amplia o embargo à Cuba ao estender o bloqueio econômico, antes limitado às empresas norte-americanas situadas nos Estados Unidos, às subsidiárias que atuam em outros países. Reforça a proibição do ingresso em portos norte-americanos de barcos de qualquer nação que tenha comerciado com a ilha, e estabelece sanções a empresas e países que contrariem a determinação norte-americana.

Sobre as novas medidas de embargo comercial adotadas pelos Estados Unidos contra Cuba, os noticiários da “Folha” e do “Clarín” são coincidentes em alguns pontos. Ambos concordam que o objetivo das novas medidas adotadas é “acelerar” a derrubada do governo Fidel Castro. Também concordam que, ao sancionar a lei Torricelli, a intenção do Presidente George Bush, candidato à reeleição nos Estados Unidos, era usar a incrementação do embargo como arma eleitoral na conquista de votos.

“O presidente dos Estados Unidos, George Bush, guardou algumas armas que só o exercício do poder oferece a um candidato para usar na reta final da difícil campanha pela sua reeleição (...) Por exemplo, assinou decreto que endurece ainda mais o bloqueio econômico contra Cuba e fez espalhafato disso no Estado da Flórida, onde os anticastristas são importante contingente eleitoral” (“Folha”:25/10:3).

“El gesto de escoger Miami - que alberga más de un millón de exilados cubanos - para la ceremonia de la firma de la ley responde a la necesidad de reconquistar el apoyo de Florida para la fórmula republicana (...) ‘Necesitamos ganar en Florida’, reiteró hoy el hijo de Bush, Jeff, importante industrial de Miami y cabeza de la campaña del estado en favor de su padre” (“Clarín”:24/10:22).

O "Clarín" publica seguidas matérias contendo informações a respeito do repúdio internacional que a lei Torricelli recebeu logo após ter sido sancionada pelo presidente norte-americano.

"La comisión (órgano ejecutivo da Comunidade Europeia) afirma que la ley 'Acta sobre Democracia en Cuba', conocida como 'lei Torricelli', infringe el derecho internacional y la soberanía nacional porque intenta aplicar la ley norteamericana fuera de la jurisdicción de los Estados Unidos ("Clarín":9/10:31). "La ministra canadiense de Justicia Kim Campbell, anunció hoy, viernes, la aprobación de un decreto para contrarrestar los efectos de la ley aprobada el lunes por el Congreso de los Estados Unidos, que ampliaría el embargo contra Cuba a las filiales canadienses de las empresas norteamericanas (...) 'Esa ley constituye una intromisión inaceptable de las leyes norteamericanas en Canadá', subyugo Campbell" ("Clarín":10/10:28). "El gobierno (británico) afirmó que no aceptará en su jurisdicción la aplicación de ninguna medida con el alcance extraterritorial decidida por un tercer Estado, que lesione su derecho soberano a comerciar libremente, en función de sus propios intereses" ("Clarín":21/10:30). "Los presidentes Carlos Salinas, de Mexico - el tercer socio comercial de los Estados Unidos - y, Carlos Menem, de la Argentina - un anticastriista recalcitrante - emitieron un comunicado conjunto condenando el acta como inaceptable. 'Los presidentes afirmaron que el establecimiento de vínculos comerciales con cualquier país es una expresión de soberanía que no puede estar subordinado a la voluntad de un tercer Estado', señala el comunicado" ("Clarín":24/10:23).

O "Clarín" divulga ainda outros repúdios à lei Torricelli, entre estes o de Bispos católicos de Cuba.

"La Conferencia Episcopal de Cuba repudió hoy el endurecimiento del embargo comercial dispuesto contra esa nación caribeña por los Estados Unidos porque afeta directamente el pueblo" ("Clarín":11/10:28)

O "Clarín" também faz referência a novas perdas cubanas, em virtude do endurecimento do bloqueio.

"Expertos cubanos que visitan Bonn afirmaron que la isla podría perder entre el 15 y el 20 por ciento de su comercio exterior como consecuencia de la ley Torricelli" ("Clarín":29/10:30).

No conjunto, a leitura das matérias publicadas no "Clarín" deixam claro que a lei Torricelli, além de acartetar grandes prejuízos econômicos à Cuba, atingindo diretamente a qualidade de vida da sua população, foi internacionalmente considerada uma violação de princípios jurídicos elementares, como o da autodeterminação dos povos e o direito ao livre comércio.

Inversamente ao "Clarín", a "Folha" não considerou importante noticiar com destaque, nem o repúdio internacional à lei Torricelli, nem as implicações desta lei sobre a situação econômica de Cuba. Sem espaço aberto para este informativo (que ocupa "laudas" no "Clarín"), a "Folha" tem espaço nobre e generoso (até no caderno de "Turismo"), para matérias que descrevem o grau de escassez, de racionamento e de outras dificuldades a que a "aguda crise" conduz o homem cubano. Desta forma, a versão bastante monolítica que atravessa o ano nos noticiários do jornal é a de que a crise do socialismo cubano (do "comunismo", como prefere a "Folha"), em verdade tem pouco a ver com o bloqueio imposto pelos Estados Unidos, decorrendo, fundamentalmente, tanto da inviabilidade intrínseca do "comunismo" enquanto sistema, quanto da incompetência e intransigência do ditador Fidel Castro, que não renuncia, impedindo o país de adequar-se à "modernidade" e fazer as reformas econômicas similares às que estão impulsionando outras nações no "caminho certo".

"As dificuldades enfrentadas atualmente pelo regime comunista de Cuba são causadas mais por 'incompetência do governo' do que pela queda do bloco comunista (...) os membros da 'Amor' afirmam que o bloqueio norte-americano nunca funcionou efetivamente, já que se encontram produtos dos Estados Unidos nas lojas destinadas aos turistas estrangeiros e a alguns cubanos privilegiados" ("Folha":5/1:3).

Em 25 de novembro, o "Clarín" informa sobre resolução da "Assembleia Geral das Nações Unidas" (ONU) envolvendo a lei Torricelli. A matéria, que ocupa aproximadamente a quarta parte de uma página, utiliza, já no título, o verbo "rechaçar" para caracterizar o teor da resolução ("La ONU rechazó el embargo ampliado de EE.UU. a Cuba"). No corpo da matéria, vale-se do substantivo "condenação".

"Las Naciones Unidas aprobaron hoy una resolución que condena el bloqueo económico impuesto por los Estados Unidos a Cuba, en particular la aplicación de las sanciones a terceros países que comerciem con el régimen de Fidel Castro. La disposición rechaza la extraterritorialidad de las medidas contenidas en la llamada ley Torricelli" ("Clarín":25/11:47).

Igualmente em 25 de novembro, a "Folha" publica uma pequena nota sobre a mesma resolução da ONU. No título, o significado da resolução é dado por duas palavras: "pede fim" ("Assembleia pede fim ao embargo contra Cuba"). O conteúdo na nota não cita a lei Torricelli, destaca apenas ser a questão "patrocinada por Cuba", pedindo "aos Estados Unidos que suspendam o embargo" ("Folha":25/11:10). Os dois jornais fazem observações no sentido de caracterizar que a resolução foi redigida de forma a não citar os Estados Unidos. Ambos apresentam como resultado da votação: 59 países a favor, três contra e setenta e um que se abstiveram. A "Folha" não faz menção ao voto brasileiro, mas destaca (aleatoriamente) dois países que votaram a favor: Canadá e México. Segundo o "Clarín", os seguintes países latino-americanos votaram a favor: Brasil, Chile, Equador, Venezuela, Uruguai, México e Colômbia. Observa que a Argentina se absteve.

2. A crise política

Paralelamente à crise econômica cubana os dois jornais fazem menção a outra crise, relacionada com a primeira e diagnosticada como sendo de gravidade similar, ou seja, a crise política. Crise configurada como decorrente da natureza das instituições políticas cubanas, descritas como "totalitárias" e "antidemocráticas", e caracterizadas pelo monopartidarismo, pela inexistência do direito de se opor, e pelo governo ditatorial - exercido continuamente por Fidel Castro desde a Revolução de 1959. Observações e críticas à falta de "democracia" em Cuba estão presentes, com maior frequência, nos noticiári-

os centrados nos seguintes assuntos: fugas para o exterior, pedidos de asilo, reforma da constituição, eleição e violações aos direitos humanos - enquadrando-se, neste caso, matérias sobre repressão aos "dissidentes", prisões e condenações à pena de morte.

As matérias descrevendo fugas de Cuba (em regra para Miami, na Flórida), pedidos de asilo, ou sobre pessoas que se encontram fora do país e não desejam voltar, ou que desejam sair e são impedidas pelo governo, comumente são enriquecidas por depoimentos e contém uma dupla explicação sobre as razões de tantas insatisfações. Razões que amiúde se interrelacionam: ausência de liberdades no país e esperança de encontrar melhores condições de vida no exterior.

Entre outros, o "Clarín" publica depoimentos de profissionais do teatro cubano que pediram asilo na Argentina. Observam que passavam fome em seu país natal. Um destes, após explicar que cada cubano recebe "cuatro huevos y un pan por semana", comenta que o comunismo é uma "porquería" ("Clarín":6/9:37).

Das matérias com teor similar publicadas na "Folha", destacamos um artigo ocupando quase todo o espaço da primeira página do caderno "Mundo" em edição de domingo. A matéria é transcrita do jornal norte-americano "The New Republic" e tece considerações sobre a situação de cubanos que vivem na Rússia. Observa que muitos destes preferem permanecer como clandestinos na Rússia a ter que voltar para Cuba. Valendo-se de sistema de classificação bastante estereotipado, o articulista divide em dois grupos as pessoas que "buscam asilo político na Rússia": o grupo dos "coloridos não muito atraentes e o dos democratas".

"Até pouco tempo atrás os exilados políticos na Rússia formavam um grupo colorido, mas não muito atraente, que abrangia desde camaradas chilenos e afegãos, além do caso mais recente e problemático de Erich Honecker. Agora, porém, a situação mudou: os que buscam asilo são democratas" ("Folha":19/7:1).

Reportando-se à situação de várias pessoas classificadas no segundo grupo (democratas), o articulista manifesta particular admiração pelo que considera "impressionante perícia" de um historiador cubano que vive em Odessa:

“a perícia de Álvaro no estudo comparativo de Castro e Stalin é impressionante. Ele observa que ambos tiveram filhas rebeldes” (“Folha”:19/7:1).

O articulista do “The New Republic”, traduzido pela “Folha”, ainda explica que Álvaro, filho de cubanos privilegiados (integrantes da “nomenclatura”), que foi para Odessa em 1982 para estudar História, ao chegar (dito dotado de grande capacidade de observação e egresso de país socialista), “sabia pouco sobre as realidades do socialismo”, e que “em vez de descobrir as glórias do comunismo, descobriu as suas vergonhas”. Acrescenta o articulista: “agora, quando ele telefona para Cuba, seu pai desliga o telefone e sua mãe chora” (“Folha”:19/7:1).

Após passar em revista a situação de outros cubanos “anticastristas” que vivem na Rússia (sendo alguns contrabandistas, a julgar pela descrição que é feita, como o caso de um ex-estudante que compra “jeans” de um “colega vietnamita” para revendê-los em “Kiev ou Kharkov”), a matéria, no último parágrafo, contém um exercício de futurologia:

“Fidel Castro já tem pesadelos com os cubanos exilados em Miami e Madrid, e agora um terceiro ‘M’ se soma a estes dois: Moscou. Dos três, o grupo de Moscou é o que tem mais condições de compreender o rumo futuro da história cubana pois eles estão agora sentindo na própria pele as dificuldades da transição de uma economia planejada para o mercado livre e do totalitarismo para a democracia” (“Folha”:19/7:1).

A questão da “democracia” em Cuba é afluada, em ambos os jornais, em matérias que informam sobre reformas constitucionais e eleições realizadas no país.

Em julho, a Assembléia Nacional cubana introduziu reformas políticas e econômicas na Constituição que vigora no país desde 1976. Embora o jornal argentino noticie este acontecimento em uma única nota e o brasileiro em três, o primeiro utiliza termos que possibilitam apreender o sentido e o alcance das reformas políticas e econômicas de maneira mais precisa do que no segundo, onde as reformas são mencionadas de forma “genérica”. O “Clarín” explicita que o propósito da reforma constitucional cubana “es un intento por adecuárla a la realidad política de los tiempos que corren”. Aponta como principal reforma econômica “a apertura para lo capital extranjero” (“Clarín”:10/7:31). A

“Folha” menciona, em duas notas, que os cubanos fizeram um “abertura econômica limitada” (“Folha”:13/7; e 14/7:8). Anteriormente informara que, segundo “a imprensa oficial cubana”, um dos objetivos da reforma era “modernizar a economia da ilha”. O “Clarín” refere-se à reforma política como tendo por objetivo fazer eleição “abierta a la oposicion”. A “Folha” refere-se à “reforma do sistema político”, sem nenhuma explicação adicional.

Em dezembro, em vigor as novas normas constitucionais, ocorreram eleições para as Assembléias Municipais cubanas. Eleições que foram objeto de noticiário nos dois jornais. Ambos colocam em evidência tratar-se de eleição direta por sufrágio universal, que os candidatos foram indicados por assembléias de bairros e que, segundo “acredita-se” (“Folha”) ou “foi admitido” (“Clarín”), pertencem em sua maioria ao Partido Comunista. Destacam que, como a legislação continua proibindo a legalização de outros partidos, não existe oposição eleitoral ao partido único e oficial.

“Cerca de 7,5 milhões de cubanos foram às urnas ontem para eleger 14 mil conselheiros municipais. Apesar de haver 28 mil candidatos, não há oposição eleitoral ao Partido Comunista do presidente Fidel Castro (...) O próprio PC, único partido na legalidade em Cuba, não apresentou candidatos - mas acredita-se que 80% dos conselheiros eleitos sejam militantes da agremiação. Todos os candidatos foram escolhidos por assembléias de bairros. O processo eleitoral cubano, modificado este ano, se completa em fevereiro de 1993 com as eleições para as Assembléias Provinciais e a Assembléia Nacional. Pela primeira vez haverá voto direto para o legislativo nacional, antes preenchido apenas por candidatos nomeados pelas províncias e por organizações do movimento de massa” (“Folha”:21/12:8). “Los electores acudieron a votar en toda la isla, para elegir a 13.865 delegados (...) Para cada uno de los 13.865 asientos en las asambleas municipales, los electores debían elegir de una lista de entre dos a ocho candidatos que habian sido propuestos anteriormente por juntas vecinales (...) Estes candidatos no tenían que ser miembros del Partido Comunista, pero funcionarios electorales admitieron que la gran mayoría lo eran (...) Los disidentes, agrupados en pequenos grupos ilegales, han condenado estas elecciones argumentando que no dejan ningún espacio político a quienes estén en desacuerdo com el gobierno comunista de um

solo partido (...) Las elecciones de hoy son el primer paso de una reciente reforma electoral, que culminará el 24 de febrero, cuando habrá elecciones directas para el Parlamento, pero todo dentro del sistema de gobierno de un solo partido, establecido constitucionalmente en 1976" ("Clarín":21/12:47).

Uma das matérias do "Clarín" sobre as eleições em Cuba é ilustrada por foto. Mostra uma mulher (adulta) varrendo um palanque. Na sua frente há a seguinte inscrição: "Mi voto por la dignidad, la soberania y la independencia". No crédito da fotografia lê-se: "Una mujer limpia el balcon de uno de los Comités de Defensa de la revolución, en La Habana, que funcionará hoy como colegio electoral" ("Clarín":20/12:32). A "Folha" ilustra matéria sobre a mesma eleição com foto de pessoas aparentemente reunidas em manifestação pública. As quatro em primeiro plano estão com a boca aberta e parecem gritar histericamente. Na legenda da foto lê-se: "Jovens comunistas cubanos fazem campanha em Havana" ("Folha":21/12:8).

Traço comum às interpretações contidas na "Folha" e do "Clarín" são as críticas ao monopartidarismo, associando, como anteriormente foi dito, "ausência de partidos políticos alternativos" à "ausência da democracia". Uma das vezes em que a "Folha" aponta para esta questão é ao chamar atenção para o contraste entre monopartidarismo e o intuito de Fidel Castro de classificar Cuba como país democrático: "O presidente cubano, Fidel Castro, disse que Cuba mostrará ao mundo como se pode fazer uma revolução com princípios democráticos e uma democracia com partido único" ("Folha":14/7:8). Na mesma linha de raciocínio, na ocasião das eleições, o "Clarín" considera: "en unas elecciones que no cuestionan el sistema de partido único, pero que sus autoridades consideran las más democráticas del mundo" ("Clarín":20/12:32).

3. Direitos humanos e pena de morte

No noticiário da "Folha" e do "Clarín" sobre Cuba, a questão da violação dos direitos humanos está constantemente presente. Esta violação é explicitada em matérias contendo alusões à repressão policial aos dissidentes, críticas ao monopartidarismo, pena de morte, etc.

Embora existam referências aos casos citados e a outros, a questão da violação de direitos humanos em Cuba é tratada de forma mais intensiva, nos

dois jornais, em janeiro e fevereiro. Nesses meses, ambos noticiaram que cubanos foram presos, julgados e alguns condenados à pena de morte, seguida de imediata execução.

Em janeiro, "Folha" e "Clarín" informaram - ressaltando tratar-se de versão oficial do governo Fidel Castro - que três cubanos procedentes de Miami, portando grande quantidade de material bélico, entraram ilegalmente em seu país natal e foram detidos "quando iniciavam uma operação paramilitar anticastrista" ("Folha":20/1:1). Julgados pelo "Supremo Tribunal de Justiça de Cuba", dois entre os três detidos foram condenados à pena capital e o outro, a 30 anos de prisão. Um dos condenados à morte teve a pena convertida por Fidel Castro para 30 anos de prisão.

Em fevereiro, noticiam que nove cubanos foram surpreendidos pela polícia ao tentarem apropriar-se de uma embarcação para fugir do país. No conflito, assassinaram policiais (observando, "Folha" e "Clarín", também tratar-se de versão oficial do governo cubano). Presos e julgados, dois dos acusados pelo assassinato dos policiais foram condenados à pena capital. Os demais a penas que variam de quatro a 30 anos de prisão.

As similaridades, na "Folha" e no "Clarín", sobre os citados acontecimentos do mês de janeiro em Cuba, além de "factuidades", como nomes e breves perfis dos acusados, dão-se em torno de matérias que contém: cronologia dos acontecimentos, solicitações a Fidel Castro feitas por chefes de estado, pelo Papa e por outras personalidades públicas, para que comutasse as sentenças de morte. Em comum, há também, em ambos os jornais, matérias contendo informações sobre protestos e repercussões internacionais negativas pela aplicação da pena capital. As principais diferenças dizem respeito: a forma como a notícia foi construída, importância atribuída ao caso (que ocupou espaço muito desigual nos dois jornais), linha de depoimentos de terceiros que foram escolhidos para serem publicados e a algumas versões presentes na "Folha" e ausentes no "Clarín".

A "Folha" que, ao contrário do "Clarín", não atribui importância, no noticiário, à Lei Torricelli, e menos ainda ao repúdio internacional que esta lei provocou (inclusive do governo brasileiro), publica seguidas matérias em páginas de rosto e praticamente inteiras, e em diferentes seções do jornal, sobre a aplicação da pena de morte em Cuba. A mesma questão é tratada de forma quase secundária no jornal argentino, que fez poucas matérias a respeito (comparadas ao número das publicadas pela "Folha"). Em regra, as matérias que o

“Clarín” publica sobre o assunto, além de pouco numerosas, não ocupam “espaço nobre” e são de pequena dimensão (quanto ao tamanho), quando confrontadas com as de assuntos que trata seqüencialmente com destaque.

O básico, para caracterizar o ponto nodal da diferença interpretativa na construção do noticiário sobre o citado acontecimento do mês de janeiro na “Folha” e no “Clarín”, é obtido pelo exame da função da palavra utilizada em manchete de cada jornal ao anunciar sobre a aplicação da pena capital. O “Clarín” usa a palavra “terrorista”, a “Folha”, “dissidente”. “Fidel Castro fusiló a un terrorista” (“Clarín”:21/1:21). “Fidel confirma ‘paredon’ para um dissidente e comuta pena de outro” (“Folha”:20/1:1).

Já foi dito que os dois jornais freqüentemente observam ser versão oficial do governo Fidel Castro as notícias que, recebidas de agências internacionais, divulgam sobre os acontecimentos que culminaram com a aplicação de pena de morte em Cuba. O “Clarín” faz diversas vezes a referida observação, mas incorpora a “versão oficial” na maneira de noticiar, pois quase sempre toma como “dado”, ao referir-se aos acontecimentos do mês de janeiro, tratar-se de pessoas presas ao entrarem ilegalmente em Cuba portando grande quantidade de material bélico, com a finalidade de praticar atos de terrorismo visando desestabilizar a ordem vigente. Concernente com isto, o jornal argentino classifica como terroristas as pessoas que, pelos motivos especificados foram presas em Cuba. Diverso é o entendimento da “Folha”, que em regras, evita a simples classificação “terrorista” (preferindo “suposto terrorista”), e opta por definir como “dissidentes”, pessoas que entram clandestinamente em um país com grande quantidade de “bombas e fuzis AKM” - segundo uma notícia do próprio jornal (“Folha”:20/1:1).

As palavras “terrorista” e “dissidente” organizam e dão o sentido ao noticiário de cada jornal. Esta observação sobre “construção de realidade” a partir de classificação diferencial adotada não repousa na apreciação de uma única manchete ou no noticiário de um único dia. A associação pena de morte/terrorista é dominante no “Clarín”, assim como na “Folha” domina a associação pena de morte/dissidente. A “Folha” refere-se ou a dissidentes ou a “supostos terroristas” e, na única manchete em que usa a palavra terrorista, coloca-a entre aspas. Em outra manchete, a “Folha” utiliza não “dissidente” e sim “exilado”: “Havana ataca governo americano um dia depois de fuzilar exilado” (“Folha”:22/1:2).

Mesmo tomando acriticamente as noções de “democracia”, “ditadura” e “socialismo” é óbvio que a pena de morte não é apanágio de sociedades ditas

socialistas, sendo mecânica (e empiricamente insustentável) a associação “ditadura”, “socialismo”, “pena de morte”. A pena capital existe, entre outros países, nos Estados Unidos, que é sempre considerado como país de democracia modelar.

O “Clarín” e a “Folha” constróem realidades muito distintas ao escolherem as palavras “terroristas!” e “exilado” para qualificar o motivo que levou à aplicação da pena capital em Cuba, fazendo o noticiário a respeito girar em torno delas. Os dois jornais interpretam a medida, adotada no bojo da “pior crise econômica vivida por Cuba”, como sintomática do enfraquecimento do regime. A versão do “Clarín”, organizada a partir da palavra “terrorista”, propicia um tipo de entendimento da questão. A versão da “Folha”, organizada a partir da palavra “dissidente”, propicia entendimento inteiramente diverso. No primeiro caso, os fatos são apresentados de forma que possibilitam compreender ter o Supremo Tribunal de Justiça de Cuba condenado terroristas à pena de morte. No segundo, a pena de morte é associada a “comunismo” e, neste sentido, insinuada como algo que deriva da própria natureza do regime. No primeiro caso, mesmo pessoas que são inteiramente contra a aplicação da pena capital, em qualquer circunstância, têm instrumentos para refletir sobre as razões que levaram o governo cubano a aplicar a draconiana medida. No segundo caso, tal reflexão é inteiramente inviabilizada, pois nenhuma pessoa em sã consciência pode manifestar qualquer tipo de “tolerância” por regime sócio-político que tem por essência fuzilar exilados e dissidentes.

Os depoimentos que a “Folha” publica de conhecidos dos “dissidentes” incidem num ponto comum: consideram que só queriam “ajudar”, “voltar para casa”. Um destes depoentes, descrito como líder de uma organização paramilitar anticastrista em Miami, assegura que os três “não iriam matar ninguém, queriam mesmo é voltar para casa, sem objetivos” (“Folha”:17/1:1). Outro a ter o depoimento divulgado é Dee Rivens, dito “jornalista independente”. “Afirmou que acompanhou os três em parte da viagem até Cuba”. Informou a “Folha” “que os três pretendiam ajudar grupos clandestinos em Cuba” (“Folha”:12/1:1).

Sem que exista similar no “Clarín”, a “Folha” publica outra versão, igualmente contraposta à “oficial”. Segundo esta, tudo não passou de uma farsa. Não houve prisão nem fuzilamento, e sim uma simulação montada pelo governo cubano com um duplo objetivo: acuar os que internamente se opõem ao regime e acusar os Estados Unidos de estar patrocinando ação armada de “contra-revolucionários”.

A citada versão é construída em três matérias. Antes do julgamento, explicitando como fonte o noticiário da edição em espanhol do jornal "Miami Herald", a "Folha" levanta a hipótese de que um dos acusados, Eduardo Diaz Betencourt, fora policial em Havana e portanto "poderia estar trabalhando para o próprio Fidel Castro" ("Folha":16/1:2). Logo após o julgamento, informa que a Central de Inteligência Americana (CIA) suspeita que Eduardo Diaz Betencourt, há apenas 9 meses em Miami e ex-policial em Cuba, poderia ter "forjado o ataque para que houvesse um "paredon" ("Folha":17/1:1). Após a execução, comenta: "anticastristas de Miami afirmam que a execução de Diaz foi forjada pelo regime cubano (...) Eles acreditam que Diaz foi enviado há nove meses a Miami para forjar o atentado a Fidel (...) Disseram à "Folha" que Eduardo Diaz Betencourt não foi fuzilado" ("Folha":22/1:1). A "Folha" tem também o cuidado de desfazer esta versão, deixando o dito pelo não dito: "Em Miami, Tony Cuesta, líder anticastrista desmentiu a informação de que Diaz Betencourt fosse um agente do serviço secreto" ("Folha":23/1:3).

Em edições de fevereiro, "Folha" e "Clarín" trazem notícias sobre novas condenações à pena de morte em Cuba. Noticiários que mantêm o mesmo tipo de similaridades e de diferenças observadas como presentes nos noticiários do mês anterior sobre assunto da mesma natureza. Como em janeiro, as similaridades dão-se centralmente quanto às factuidades. As diferenças são quanto ao maior número de páginas e matérias que a "Folha" dedicou à cobertura dos acontecimentos, a versão divulgada pela "Folha" sem similar no "Clarín" e a palavra empregada por cada jornal para classificar o "crime" cometido pelas duas pessoas que, dessa feita, foram condenadas à pena capital. Em relação à última diferença apontada, o "Clarín", em manchete, classifica o crime como "assassinato" - "Cuba: condenaran a muerte a los asesinos de tres policiais" ("Clarín":7/2:21); A "Folha", também em manchete, novamente, classifica o crime como de "dissidência": "Mais dois dissidentes são fuzilados em Havana" ("Folha":21/2:10).

Neste caso, como no do mês de janeiro, "Folha" e "Clarín" voltam a informar sobre a prisão, o julgamento, pedidos de autoridades estrangeiras para que Fidel Castro comutasse a sentença de morte, sobre as execuções e as diferentes formas de repúdio, condenações e protestos internacionais que se seguiram. O "Clarín" informa sobre os acontecimentos, da prisão aos protestos, com raros juízos adicionais. A "Folha", volta a tratar a questão da pena de morte (em Cuba) com grande destaque e em diversas seções do jornal. Várias vezes estabelece relação direta entre "comunismo" e "assassinato".

Na matéria intitulada "Fidel deve confirmar 'paredón' hoje", suspeita, ao deixar implícito, que autoridades cubanas podem ter praticado eutanásia, ao "liquidar" policial gravemente ferido durante os incidentes na tentativa de fuga.

"... coincidência ou não, passado uma hora da decisão judicial morreu o sargento Rolando Pérez Quintosa, aos 23 anos (...) O militar era mantido vivo por meio de respiração artificial havia um mês e dez dias. Quintosa é a quarta vítima cuja morte é atribuída aos condenados" ("Folha":18/2:8).

Em outra matéria, divulga a versão de Jesus Atencio, cubano residente em Miami a longo tempo e parente de um dos condenados. De Miami, ele garante, ao jornal brasileiro, que os policiais teriam sido mortos, em Cuba, por colegas de farda, e não pelos que foram responsabilizados e incriminados.

"Atencio afirmou à "Folha" que os três guardas mortos numa fuga frustrada - empreendida por sete dissidentes em 8 de janeiro, no centro náutico de Tarará - teriam sido fuzilados 'por seis soldados da base de Tarará do exército de Cuba' (...) Sustenta que os seis soldados queriam fugir para Miami junto com os dissidentes, mas acabaram matando membros de suas fileiras porque temiam ser denunciados" ("Folha":6/2:3).

A matéria da "Folha" onde o assassinato aparece de forma mais explícita como fazendo parte da essência do "comunismo", intitula-se: "Advogado de Prestes cita Stalin e defende pena de morte em Cuba". Trata-se de entrevista com o advogado Aldo Lins e Silva, "membro fundador da Associação Brasileira de Juristas Democratas". A "Folha" explica que Lins e Silva considera Fidel Castro "não um ditador, mas um libertador de seu país". Como o texto é construído, o ponto de vista do advogado, é insinuado como um mero absurdo, um disparate. A matéria aproxima, pelo "gosto" por assassinatos, Fidel Castro, Luis Carlos Prestes e Stalin. A entrevista é conduzida por perguntas que incidem sobre a relação "comunismo/assassinato", tendo o advogado Lins e Silva que responder, basicamente, a perguntas do tipo: "o senhor participaria de um pelotão de fuzilamento em Cuba?" ("Folha":8/2:1).

No início de fevereiro, a "Folha" refere-se a um documento da ONU, divulgado em Genebra, destacando apenas a observação que o documento contém sobre a "rápida deterioração dos direitos humanos na ilha de Fidel Castro" ("Folha":9/2:1). No "Clarín", esta mesma informação tem outra amplitude, pois o noticiário coloca em evidência que:

"El informe (da ONU) señala que Cuba há hecho innegables avances para satisfacer las necesidades económicas y políticas de su pueblo traz la revolución de 1959 encabezada por Fidel Castro, pero advierte que los derechos de libertad de expresión y de asociación libre han disminuido seriamente en los últimos años" ("Clarín":7/2:21).

Sem dúvida, o informe da ONU baseia-se em alguns indicadores sociais cubanos que são atípicos na América Latina, mormente os relacionados às variáveis educação e saúde. Enquanto a maior parte dos países latino-americanos tem índices bastantes baixos de escolaridade e elevados de mortalidade infantil, Cuba, tendo por referencial as mesmas variáveis, apresenta índices "positivos", similares e, em alguns casos, melhores do que os de países do chamado "primeiro mundo". Examinar como a questão da política de saúde cubana é apresentada nos dois jornais permite estabelecer outro importante paralelo comparativo. Limitamos a comparação à "saúde" que, por ter mais "visibilidade" que "educação", no noticiário de ambos os diários, adequa-se melhor ao nosso objetivo.

No "Clarín", há diversas referências elogiosas à política de saúde cubana e, em menor escala, ao sistema educacional. Afora referências, o jornal embute em matérias pareceres sobre a política de saúde em Cuba que têm como denominador comum a avaliação positiva. Entre estes, encontram-se os de Fernando Collor de Mello, à época Presidente da República do Brasil: o de César Jaroslavsky, influente político argentino, líder da "Unión Cívica radical" durante o governo Raúl Alfonsín e convidado por Carlos Menem para ocupar "un puesto en el gabinete" ("Clarín": 27/12:11); e o de Robert S. McNamara, Secretário de Defesa do Governo norte-americano na gestão de John Kennedy (1960/1963). Entre os citados, para não tornar redundante a exposição e pela importância internacional do ator político considerado, optamos por parcialmente reproduzir apenas o ponto de vista de McNamara, conforme se encontra publicado no jornal argentino.

"McNamara (...) admitiu ayer que la ausencia de libertad en Cuba es una legítima preocupación entre los norteamericanos (...) Pero, agregó 'el más básico derecho humano es el derecho a vivir una vida productiva. Yo admiro inmensamente lo que ha hecho Cuba para mejorar el bienestar de su pueblo en términos de salud y de educación. No conozco ninguna nación del tercer mundo que haya avanzado tan lejos' (...) McNamara, ex-presidente del Banco Mundial, dijo que considera una desgracia que la mortalidad infantil en Cuba sea más baja que la existente en Washington DC, la capital de los Estados Unidos" ("Clarín":23/:21).

Na "Folha", o sistema de saúde cubano é avaliado de maneira inteiramente diversa da forma que é encontrável nas páginas do "Clarín". Em artigo intitulado "Cubano dá entrevista em troca de leite", onde um quadro de miserabilidade descrito na "Folha" só encontra paralelo no quadro de miserabilidade que o jornal argentino descreve do Brasil - "cubanos passam fome e não sabem até quando se agüentar" - o sistema de saúde cubano parece manter-se mais pela propaganda do que por eficácia.

"Também o sistema de saúde cubano, considerado um dos melhores do mundo, está comprometido. A reportagem da "Folha" se submeteu a um tratamento de asma, no Hospital Carlito Garcia, no centro de Havana. A consulta foi rápida, e o médico prescreveu xarope Bronsosedin e antibiótico tetraciclina. Estes medicamentos estavam esgotados em seis farmácias de Havana. Na farmácia entre a avenida 23 e a rua M, no centro de Havana, havia uma fila de duas horas: somente para usar o telefone e saber onde havia medicamentos esgotados. Finalmente encontrou-se o xarope e o antibiótico no hospital Ciudad Garcia, que só vende medicamentos em dólar - moeda cujo porte pode custar, pelo menos um ano de cadeia a um cubano" ("Folha":1/3:1).

Outra matéria em que a "Folha" faz menção ao sistema de saúde cubano, intitula-se: "Dissidentes acusam Fidel Castro de incompetência". A matéria, escrita na redação do jornal brasileiro com base em panfleto redigido por organização de dissidentes cubanos designada "Amor", em certa passagem, observa: "a medicina cubana só existe graças à generosidade do povo soviéti-

co" ("Folha":5/1:3). Desta forma, faz-se tábula rasa do planejamento da saúde, do investimento governamental para formar pesquisadores, do tempo e do esforço despendido por estes na descoberta de novas técnicas e remédios, da construção de hospitais, laboratórios e centros de excelências reconhecidos como tal pela "Organização Internacional da Saúde" (OIS). A tão propalada versão de que Cuba era um satélite da União Soviética é virada pelo avesso. Na "era neoliberal", de país satélite, Cuba passa a ser apresentada como parasita do "povo soviético".

Como regra, os informes e comentários no noticiário da "Folha" sobre as chamadas "conquistas sociais da revolução cubana" (no caso as ligadas à saúde) são feitos no sentido de "desmistificar" e convencer que as ditas conquistas não passam de embustes, meras propagandas doutrinárias. As exceções que a este respeito são encontráveis nas páginas da "Folha" são produto de textos escritos por colunistas, ou por pessoas não pertencentes aos quadros do jornal. Neste caso, enquadra-se a carta publicada na "Folha" e enviada por Paulo Sérgio Peeri de Carvalho, vice-diretor da Faculdade de Odontologia de Araçatuba que, com a autoridade de profissional da área de saúde, considera:

"Estive recentemente conhecendo o Serviço de Cirurgia Maxilo Facial do Hospital Hermanos Ameijeiras, de Havana (Cuba), e pude constatar 'in loco' o estágio de desenvolvimento do sistema de saúde que alcança um país pobre, considerado do terceiro mundo, quando existe uma política honesta do governo e um grau de conscientização elevado de um povo" ("Folha":18/2:3).

4. O "Vôo da Solidariedade"

"Soy loco por ti América", é o título de uma matéria publicada na "Folha" informando - no espaço principal da primeira página do caderno "Ilustrada" - sobre o que nomeia como sendo o "último sonho maluco da esquerda brasileira". O chamado "sonho maluco" é também definido como "programa de índio", ou seja, a matéria refere-se ao "vôo da Solidariedade" - uma viagem de "cem intelectuais" brasileiros à Cuba, programada para partir a 7 de fevereiro do aeroporto internacional de Guarulhos (SP). Segundo a "Folha", do grupo, "que vai levar professores, escritores, artistas e até empresários à ilha de Fidel", devem fazer parte: "os compositores Chico Buarque de Holanda, Edu Lobo e H. J. Koellreutter; os atores Raul Cortez e Lucélia Santos, o arquiteto Oscar Niemeyer, os escritores Antonio Callado, Dias Gomes e Ferreira Goullar, o

lexicógrafo Antônio Houaiss, o antropólogo e senador Darcy Ribeiro, os jornalistas Fernando Moraes, Enio Silveira e Eric Nepomucceno, Frei Beto e o cartunista Ziraldo” (“Folha”:18/1:1).

Na mesma matéria, entrevistado pelo jornal, Fernando de Moraes, participante do grupo, expõe as razões da viagem. Deixa patente que o objetivo da viagem é repudiar o bloqueio, e não apoiar Fidel.

“Segundo Fernando Moraes, 45, atual secretário do Estado de São Paulo, o objetivo da viagem é repudiar o bloqueio comercial que os Estados Unidos impõem ao país e defender o fechamento da base naval dos Estados Unidos em Guantánamo (...) Não queremos apoiar Fidel, mas prestar solidariedade ao país que fez tanto pelos pobres, onde saúde e educação funcionam” (“Folha”:18/1:1).

Circunstancialmente, o designado “Vôo da Solidariedade” partiu de Guarulhos às vésperas das execuções em Cuba. A “Folha” relaciona os dois fatos e, desta forma, constrói um noticiário, paralelo ao das sentenças de morte, envolvendo “paredón” e viagem. Na posição sustentada no noticiário do jornal, a verdadeira finalidade dos participantes do “vôo” seria o de “demonstrar apoio ao regime cubano”. Por esta linha de raciocínio, as razões explicitadas pelo secretário de Estado de São Paulo não passam de pretextos, e o grupo - constituído, em sua totalidade, por pessoas que publicamente se opuseram à ditadura militar no Brasil desde os primórdios, em 1964 - apóia “ativa ou passivamente”, um regime que assassina dissidentes e exilados.

“Muitos fazem pose de humanistas e democratas, mas se solidarizam ativa ou passivamente com julgamentos sumários, fuzilamentos, repressão a intelectuais e homossexuais. Nenhuma manifestação a favor da democracia, da livre organização de partidos, de eleições presidenciais, da liberdade sexual e intelectual” (“Folha”:7/2:1).

A matéria citada também contém afirmações que se articulam com a versão construída no noticiário do jornal sobre Cuba, corroborando-a, ou seja: a de que a situação de crise político-econômica cubana deriva da própria “natureza do regime socialista”, nada tendo a ver com o bloqueio econômico norte-americano, que não passa de desculpa, “fantasia”.

“O recurso do ‘paredon’ pode ainda, aterrorizar e ‘exemplificar’ mas a escalada autoritária e personalista ressalta apenas a incapacidade do regime de dar respostas a novos e velhos problemas. Claro, sempre se pode distrair a consciência atribuindo a culpa ao ‘bloqueio imperialista’. Afinal, a fantasia é livre” (“Folha”:7/2:1).

Em suma, apresentando o bloqueio com “fantasia”, “esquerda” como barbarismo, fazendo da generalidade “intelectuais de esquerda” o denominador comum dos participantes do “sonho maluco”, ridicularizando-os com outras expressões preconceituosas como “programa de índio”, a “Folha” agenda o noticiário sobre a viagem sobredeterminando-o pela “pena de morte”, impondo-lhe uma camisa de força onde o objetivo explícito dos participantes do “Vôo da Solidariedade” - chamar atenção para “bloqueio” sem similar no mundo contemporâneo, assim como suas implicações sobre a qualidade de vida da população cubana” - surge sob a forma de “apoio ao regime”. Assim sendo, intelectuais influentes, comumente noticiados em seções de arte, literatura, etc., passam, momentaneamente, a ser procurados para responder se são a favor ou contra o fuzilamento de dissidentes, questão diretamente relacionada ao seu “tresloucado ato”, o de dissidir, pensando como pensam, e não de acordo com a versão dos acontecimentos e vontade do jornal.

É a luz da matriz informativa que indaga pela relação viagem/pena de morte, em contrapartida à viagem/bloqueio, que a “Folha” abre espaço na seção “Tendência/Debates”, convidando Fernando Moraes e Luiz Antônio de Medeiros, presidente da “Força Sindical” e do “Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo”, para responder a questão dada: “Ir ou não ir a Cuba” (“Folha”:7/2:3). A pergunta deixa implícita que a dúvida de “ir ou não ir” deriva do caráter arbitrário do regime que adotou a pena de morte. Fato que, em si, não diferencia ir a Cuba de ir a qualquer outro país cujo código penal preveja a mesma penalidade. Entretanto, o importante a caracterizar é que, na maneira como a “ilha caribenha” é representada no jornal, a única resposta correta que pode ser dada à questão é “não”, quaisquer que sejam os argumentos evocados pelos que considerem que “sim”.

Como nosso propósito analítico não é o de comparar pontos de vista individuais, desnecessário entrar em considerações sobre o caráter antagônico dos pontos de vista sustentados por Fernando Moraes (a favor de ir a Cuba) e Luis

Antônio de Medeiros (contra), ou outros pontos de vista expressos por pessoas entrevistadas ou mesmo por colunistas do jornal. Debaixo de uma questão onde a resposta correta é dada a priori pelo noticiário, ocorre um “diálogo de surdos”. Diálogo cuja “função latente”² é dar vida, mantendo em evidência por várias edições associações tais como: Cuba/violação de direitos humanos, socialismo/barbárie e intelectuais de esquerda/sonho maluco.

O embarque dos participantes do chamado “Vôo da Solidariedade” também foi tratado como “fato” importante, tendo sido, a respeito, publicada longa matéria no caderno “Mundo”. A matéria foi redigida de maneira que leva a crer tratar-se não de ato político, e sim de uma brincadeira, um ‘picnic’, uma farra, definida como “festival retrô”, com pessoas de “barrigas salientes”.

“Chê Guevara, ‘Pasquin’, Bar Don Juan, guerrilha e performance encontraram-se no aeroporto. Iam todos para Cuba. Parecia uma festa, um deles já bêbado, outro de cerveja na mão (...) dando urras a Chê Guevara” (“Folha”:9/2:4).

A matéria ainda faz referência a que, entre os presentes, estavam “zumbis dos anos 60”, qualificando desta forma pessoas que se posicionaram contra a ditadura militar no Brasil, escapando com vida. Informa também sobre embarque para Cuba, na mesma data e aeroporto, de um grupo definido como “brigadistas em sua maioria stalinistas do MR-8”, acrescentando: “Os brigadistas são o ‘Vôo da Solidariedade em versão molambo’”. A seguir comenta que “um grupo de teatro radical”, protestando “contra tudo que os dois vôos representam”, encenou um ‘paredón’. Há na matéria menção à presença do cônsul geral de Cuba, apresentado como uma espécie de bufão, como pessoa que não tem o menor bom senso. A autoridade diplomática cubana, ao invés de ser entrevistado pelo repórter da “Folha”, entrevista-o. O diplomata é caricaturado como pessoa tão insensata que o repórter considera nem valer a pena perder tempo com ele.

“Você é índio ou caubói? Perguntava o cônsul geral de Cuba, Carlos Lugo, 54, ao repórter da ‘Folha’. ‘Repórter’, responde o repórter. ‘Repórter dos índios ou dos caubóis?’, insiste Lugo. Inútil continuar a conversa” (“Folha”:9/2:4).

Refletindo sobre o que poderia explicar o que, concretamente, levou os dois grupos - classificados como "intelectuais" e "molambos" - a viajarem para Cuba, a matéria termina com uma indagação: "paranóia ou mistificação?" ("Folha":9/2:4) ³.

O dito "Vôo da solidariedade em versão molambo" também é objeto de matérias com linguagem estereotipada contendo comentários irônicos e juízos condenatórios.

"Como nos anos 60, os brigadistas sempre se apresentam como representantes de alguma entidade. Com uma camiseta Stalin, Carlos Nei Araújo, 25, diretor da União Brasileira de Estudantes Secundários, veio de Belém (PA) até Guarulhos de avião e ressuscitou até os 'yankees', outro jargão dos anos 60" ("Folha":9/2:4).

Dias mais tarde, a "Folha" informa em pequena nota sobre o regresso do "vôo dos intelectuais". Entretanto, dedica a página de rosto do caderno "Mundo" ao noticiário do regresso dos brigadistas ("Brigada Brasil volta de Havana"). A matéria é redigida pelo correspondente do jornal em Miami, que desta feita foi enviado à capital cubana para entrevistar os "brigadistas". A citação do subtítulo da matéria é suficiente para que se possa apreender o conteúdo estereotipado da "informação": "Grupo diz ter fortalecido o seu 'sentimento antimerquista' após plantar tomates na ilha".

A "Brigada Brasil" é apresentada como uma "entourage" que é "composta de jovens entre 18 e 30 anos, ligados a grupos como o MR-8, a Juventude Socialista do PDT carioca e a alas do PT ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT)" ("Folha":2/3:5). Enquanto "Alvaro", o historiador cubano que vive em Moscou, é descrito, em matéria anteriormente citada, como "possuidor de uma pericia impressionante", arguto ao ponto de aproximar Fidel Castro e Stalin pela "fantástica" descoberta de que "ambos tiveram filhas rebeldes", os jovens da "Brigada Brasil" - que, segundo o jornal, se valem da "corruptela 'a nível de', pelo menos três vezes por minuto" ("Folha":2/3:5) - são vistos como pessoas obtusas, incapazes de compreender coisas elementares, mesmo ao alcance de seus olhos.

"A nível de experiência, foi ótimo. Comíamos quatro vezes por dia. Quando no Brasil, os trabalhadores comem tanto?, disse

o carioca Ricardo Martins - sem perceber que a esbórnica gastronômica só existe para os convidados" ("Folha":2/3:5).

Outro "brigadista", defendendo os fuzilamentos, estabelece comparação que, conforme está "transcrito", prima pelo simplismo, reforçando a idéia de que o apoio a Cuba, por parte de jovens, é produto de obtusidade:

"Sintetizando sua experiência, Edson de Carvalho, diretor do Sindicato de Condutores de São Paulo, acha que Cuba deve continuar fuzilando pessoas no 'paredón' - 'Temos o 'paredón' em Cuba, a cadeira elétrica nos Estados Unidos e a fome no Brasil; qual é a diferença?', pergunta-se" ("Folha":2/3:5).

A mesma matéria informa que entre os "brigadistas" havia um "groucho-marxista"⁴, assim nomeado por comentar com o enviado especial da "Folha" que "os cubanos sabem tocar um bom órgão Yamaha, faziam um sonzão". Na mesma página, há matéria complementar intitulada: "Brasileiros elogiam regime". Entre estes, destaca "Frei Beto, descrito como "teólogo dominicano" que concedeu entrevista a veículo da imprensa cubana, "quando voluntariamente colhia tomates em Batabanó".

A viagem de brasileiros ou de pessoas de outras nacionalidades com objetivo de prestar solidariedade à Cuba não despertaram preocupações no "Clarín", que a respeito, faz genéricas referências, nenhuma delas em linguagem estereotipado.

Breve nota conclusiva

A quase totalidade das notícias sobre Cuba são recebidas pela "Folha" e pelo "Clarín" das mesmas agências internacionais (vide bibliografia). Entretanto, há significativas diferenças nas versões que a respeito do país caribenho, constróem. Em comum, os dois jornais, centralmente, atribuem ao "anacronismo" das instituições políticas e econômicas as raízes dos problemas cubanos e pressupõem que a solução esteja no abandono do "modelo socialista" e no conseqüente ingresso da "ilha" na "rota da modernidade neoliberal". Quanto às principais diferenças interpretativas, podem ser sintetizadas da se-

guinte forma. A "Folha" coloca ênfase no noticiário sobre Cuba na questão da aplicação da pena de morte e na ação de grupos opositores. O "Clarín" enfatiza a lei Torricelli, o repúdio internacional a esta lei e suas implicações concretas sobre o direito internacional e a economia cubana. A "Folha" procura minimizar as chamadas conquistas sociais da revolução cubana, mormente nas áreas de educação e saúde, enquanto que no "Clarín" há um número significativo de artigos discutindo as implicações do "cerco econômico" norte-americano à Cuba.

Notas

(*) Originalmente o trabalho apresentado é capítulo da tese de Doutorado do autor ("Um Estudo Comparativo sobre a Identidade da América Latina, nos jornais a 'Folha de São Paulo' e o 'Clarín', de Buenos Aires - FLACSO/UnB, 1997"). A versão aqui apresentada, em forma de artigo, está bastante alterada em relação à redação original da tese.

1. Segundo o "IVC" a "Folha" vendia cerca de 525.000 exemplares aos domingos, em 1992. Segundo o "IPSA", no mesmo ano, o "Clarín" vendia cerca 930.000 exemplares, também aos domingos.
2. Sobre "funções manifestas" e "funções latentes", ver: Robert K. Merton. *Sociologia, teoria e estrutura*, p. 85 a 152, 1970.
3. Alusão ao título de conhecido artigo de Monteiro Lobato sobre a pintora Anita Malfatti. (José Bento Monteiro Lobato. *As idéias de Jeca Tatu*, p. 59 a 65, 1959).
4. Parece ser uma alusão a "Groucho Marx", um dos "Irmãos Marx", nome artístico de um grupo de comediantes popularizados pela indústria cinematográfica norte-americana nas décadas de 30 e 40.

Bibliografia

Livros

- DURKHEIM, Emile. *Sociologia, pragmatismo e filosofia*. Porto: Rés Editora, s/d.
- LOBATO, José Bento Monteiro. *As idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Editora Brasiliense, Obras Completas, vol. 4, 1959.
- MELO, José Marques de. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.
- MERTON, Robert K. *Sociologia, teoria e estrutura*. Rio de Janeiro: Editora Mestre Jou, 1970.

Clarín

- 4/1:23. *Ag. Reuter*. "34 cubanos huyeron a Florida y piden asilo". Internacionales.
- 5/1:29. *Sem indicação*. "Cuba una siembra sin petróleo". Internacionales.
- 12/1:4. *Sem indicação*. "Cuba consertó compras de petróleo com Kazay y Ucrania". Internacionales.
- 31/1:30. *Várias Ags*. "Un alto asesor de Castro prevé un durísimo 1992 para Cuba". Internacionales.
- 16/2:25. *Várias Ags*. "Cuba: primeras alzas de precios en tres décadas". Internacionales.
- 18/4:20. *Ag. EFE*. "Cortes". Internacionales.
- 19/4:29. *Ag. AP*. "Bush tratará de intensificar el embargo a Cuba". Internacionales.
- 29/4:39. *Ag. ANSA*. "Cuba en economía de guerra". Internacionales.
- 6/6:24. *Ag. AFP*. "Parálisis en la economía cubana". Internacionales.
- 10/7:31. *Ag. ANSA*. "Cambios". Internacionales.
- 6/9:37. *Sem Indicação*. "Mañana les darían el asilo político a los 3 cubanos". Información General.
- 26/9:22. *Ag. Reuter*. "Embargo". Internacionales.
- 9/10:31. *Várias Ags*. "La CE se opone a la intensión de EE.UU. de ampliar el embargo a Cuba". Internacionales.
- 10/10:28. *Várias Ags*. "Canadá seguirá comerciando con Cuba". Internacionales.
- 11/10:28. *Ag. EFE*. "La iglesia cubana y el bloqueo". Internacionales.
- 21/10:30. *Ag. EFE*. "Gran Bretaña rechaza un mayor embargo contra Cuba". Internacionales.
- 24/10:22. *EFE y AFP*. "Bush firmó una ley que busca aumentar la presión contra el régimen de Castro". Internacionales.
- 24/10:23. *Finkel, David*. "Una jugada muy riesgosa". Internacionales.
- 29/10:30. *Várias Ags*. "La CE protestará ante el GATT por el aumento del bloqueo de EE.UU. a Cuba". Internacionales.
- 25/11:47. *Mac Kay, Maria Luisa*. "La ONU rechazó el embargo ampliado de EE.UU. a Cuba". Internacionales.
- 20/12:32. *Ag. EFE*. "Votarán hoy en Cuba para elegir concejales". Internacionales.
- 21/12:47. *Várias Ags*. "Cuba: votan en medio de una aguda crisis económica". Internacionales.
- 21/1:21. *Ag. EFE*. "Fidel Castro fusiló a un terrorista". Internacionales.

Folha

- 5/1:3. *Redação*. "Dissidentes Acusam Castro de Incompetência". Mundo.
- 8/1:1. *Sem indicação*. "Island Bike". Mundo.
- 12/1:1. *Ags. Internacionais*. "Prisão de terroristas gera nova crise entre Estados Unidos e Cuba". Mundo.
- 16/1:2. "Miami Herald". "Preso em Cuba era policial de Castro". Mundo.
- 17/1:1. *Tognolli, Claudio Julio*. "Cubanos condenados à morte agora dependem só de decisão de Fidel". Mundo.
- 18/1:1. *Giron, Luís Antônio*. "Soy loco por ti América". Ilustrada.
- 20/1:1. *Tognolli, Claudio Julio*. "Fidel confirma 'paredón' para um dissidente e comuta pena de outro". Mundo.
- 22/1:2. *Tognolli, Claudio Julio*. "Havana ataca governo americano um dia depois de fuzilar exilado". Mundo.
- 23/1:3. *Stycer, Mauricio*. "CE e Papa condenam fuzilamento em Cuba". Mundo.

- 4/2:3. Tognolli, Claudio Julio. "Cuba vive piores dias de sua crise econômica". Mundo.
- 6/2:3. Tognolli, Claudio Julio. "Pena de morte contra dois cubanos é uma fraude: afirma dissidente". Mundo.
- 7/2:1. Gonçalves, Marcos Augusto. "A Fantasia da ilha está rasgada". Mundo.
- 7/2:3. Moraes, Fernando. "A favor da vida", Opinião ("Ir ou não ir à Cuba").
- 7/2:3. Medeiros, Luis Antônio. "O vôo da insensatez". Opinião ("Ir ou não ir à Cuba").
- 8/2:1. Cristaldo, Janer. "Advogado de Prestes cita Stalin e defende pena de morte em Cuba". Mundo.
- 9/2:4. Carvalho, Mario Cesar. "Brasileiros vão a Cuba e voltam aos anos 60". Mundo.
- 18/2:3. Carvalho, Paulo Sergio Perri. Painel do Leitor.
- 18/2:8. Tognolli, Claudio Julio. "Fidel deve confirmar 'paredón' hoje". Mundo.
- 21/2:10. Tognolli, Claudio Julio. "Mais dois dissidentes são fuzilados em Havana". Mundo.
- 1/3:1. Tognolli, Claudio Julio. "Cubano dá entrevista em troca de leite". Mundo.
- 2/3:5. Tognolli, Claudio Julio. "Brigada Brasil volta de Havana". Mundo.
- 20/4:8. Sem indicação. "Bush quer aumentar a pressão contra Cuba", Mundo.
- 14/7:8. Sem indicação. "Fidel defende partido único". Mundo.
- 16/7:10. Sem indicação. "Havana tem 44 horas sem luz por semana", Mundo.
- 19/7:1. Husarska, Anna. "Jovens cubanos se exilam em Moscou". Mundo.
- 26/9:10. Granma (Havana). "Cuba critica lei sobre sanções". Mundo.
- 25/10:3. Lins e Silva, Carlos Eduardo. "Bush explora feridas de Cuba e Vietnã".
- 25/11:10. Sem indicação. "Assembléia pede fim de embargo contra Cuba". Mundo.
- 21/12:8. Ags. Internacionais. "Cuba faz eleição para conselhos municipais". Mundo.

Resumo

Este texto é um estudo comparativo a respeito do noticiário sobre Cuba, no ano de 1992, nos jornais "Folha de São Paulo" e o "Clarín", de Buenos Aires.

Palavras-chaves

Imprensa, noticiário, jornalismo comparado, América Latina.

Abstract

This paper is a comparative study respecting the news about Cuba during the year of 1992 published on the "Folha de São Paulo" and "Clarín" (Buenos Aires).

Key-words

Press, news, comparative journalism, Latin America.

ESTAMOS A BORDO DO ICEBERG QUE AFUNDOU O TITANIC

Jorge Tadeu Borges Leal

*Nada mais poderoso do que uma
idéia que chega no tempo certo.
Victor Hugo*

O Brasil tem meios que a própria mídia desconhece

Qual é a noção de criação hoje? Apenas conceber anúncios? Em plena época da new media, do marketing de relacionamento, do gerenciamento da construção e manutenção de marcas, continuaremos com o quadro de concentração de verbas em alguns poucos meios?

Se compararmos a distribuição de verbas dos Estados Unidos com a nossa podemos reparar a disparidade. O gráfico que representa a distribuição da verba de veiculação possui mais fatias e estas possuem peso proporcional expressivo e muito mais equilibrado dentro dessa diversificação, o que se apresenta como uma tendência irreversível de países do que se costuma considerar como primeiro mundo¹.

Será que só existem tv, rádio, jornal, revista e outdoor no Brasil? Será que a criação publicitária, num país de cultura popular extremamente rica, onde se vive nas ruas e praças (quando as balas perdidas permitem) está confinada à concepção de mensagens sempre e apenas para os mesmos meios?

Só para esquentar a polêmica, lembro de matéria publicada em O Globo², demonstrando que os trios elétricos e blocos estariam entrando na mira do leão porque estas entidades, supostamente recreativas ou filantrópicas, já substituem o cacau na economia baiana. Segundo a reportagem, os blocos de carnaval movimentaram cerca de US\$ 800 milhões em 97, enquanto o cacau apenas US\$ 200 milhões.

A matéria mostra ainda como os modernos executivos que comandam os trios e blocos têm sido mais versáteis do que os antigos coronéis do cacau que, ao se conformarem com a monocultura, acabaram quebrando.

Os “donos” dos blocos diversificaram os seus negócios, investindo não apenas no carnaval baiano mas em shows, no mercado fonográfico, em brindes, carnavais fora de época em diversas capitais brasileiras e em outros países, exportando o seu produto/serviço, captando apoios, patrocínios, etc.

Vivemos num país milionário em oportunidades e, ao contrário do que costumamos proclamar, ainda pobre em criatividade aplicada na comunicação de marketing.

Se pensarmos no que outras gerações fizeram no início e metade do século que agora se encerra (e que nunca se encerre o afeto em nosso peito juvenil), construindo a atividade profissional de propaganda, enfrentando uma aristocracia desconfiada e pernóstica, além de um empresariado que sempre viveu à sombra da coisa(res) pública. Lutaram com muito menos recursos do que nós e, bem ou mal, construíram um sistema de comunicação e uma publicidade de primeiro mundo.

A mídia nossa de cada dia

Diariamente todos vivenciamos excelentes oportunidades de encontros com marcas em situações que mal ou sequer foram exploradas. Outro dia, numa noite de calor infernal, durante uma aula na faculdade, mostrei aos alunos o quanto nos simpatizaríamos com a marca formada através da circulação das pás do ventilador de teto, que giravam e propiciavam um ambiente mais arejado; ou através de cadeiras mais confortáveis, todas com mensagens construindo identidades de marca para um público qualificado, com alto nível de escolaridade e poder aquisitivo.

Temos participado de festas, shows, espetáculos, reuniões, encontros, visitas, solenidades, palestras, apresentações, seminários, congressos, convenções, homenagens, feiras (inclusive a feira livre em nosso bairro, todas as semanas), exposições, espetáculos, todos pouco ou nada explorados pelas marcas.

Lemos entrevistas e reportagens poderosas na formação de correntes de opinião. Identificamos possibilidades de realizações de torneios, concursos,

contendas, que poderiam mobilizar diversos targets em momentos de total disponibilidade, suscetíveis às novidades, em seu próprio lazer.

Convivemos semanalmente com jornais que nos distribuem filmes em vídeo, CDs, CD ROMs (poderíamos e estaríamos dispostos a receber outros programas, documentários, informações sobre empresas e certamente nos interessaríamos pelas mensagens). Vamos ao cinema, ao teatro ou ao restaurante e ficamos um tempão na sala de espera ou ali por perto, alvos disponíveis de mensagens.

Recebemos folhetos, catálogos (hoje até já experimentamos e acreditamos na compra através deles), informativos, broadsides, malas diretas, livros, jornais de todos os tipos, relatórios, balanços, comunicados (até a boleta dos condomínios vem sempre com algum comunicado, tal como os extratos bancários, só que estes já são utilizados intensamente pelas instituições financeiras mais profissionalizadas como ferramenta de marketing de relacionamento com os correntistas), entramos e saímos de elevadores, banheiros etc.

Lemos declarações, cartas, circulares, quadros de aviso, cartazes de todo tipo, recebemos os brindes mais diversificados, mensagens em disquetes, CD, vídeo, CD-Rom, DVD, vídeotexto, fax, etc.

Observamos displays, empenas cegas e fachadas dos prédios, embalagens, materiais de ponto de venda, amostras, expositores, vitrines. Somos sensíveis a programas de incentivo desenvolvidos nas empresas em que trabalhamos, recebemos sempre o jornal interno, convivemos com o quadro de avisos e diariamente lidamos com uma infinidade de informações.

Acessamos a Internet, entramos em contato com os mais diversos assuntos. Levamos as crianças para passear na rua, vamos até a praça e ficamos ali disponíveis, preocupados se a argola enferrujada do balanço em que brincam os nossos filhos vai quebrar por falta de manutenção da prefeitura (como ficaríamos felizes e agradecidos se a marca daquele refrigerante que eles tanto bebem mantivesse os brinquedos em bom estado).

E esse é o primeiro ponto: com o novo ambiente, a concepção do que seja mídia está irreversivelmente ampliada ao infinito, ao contrário dos que, na febre inicial do computador, pensavam.

Quando o "cérebro eletrônico" começou a sua trajetória vitoriosa dentro das agências, indo da administração para a mídia, criou-se o mito de que o

“cérebro” do mídia teria, agora, um substituto. Qual nada, a criatividade em mídia, hoje, é hiper-vital e depende de uma criatura, de um cérebro feito de carne, osso, sangue, neurônios e tudo o mais, com capacidade para analisar as inúmeras oportunidades, cenários e orquestrar uma programação.

Correlacionar as diversas variáveis que nos fazem selecionar e programar a partir de um número infinito de possibilidades de meios através dos quais poderemos transmitir a mensagem, do adesivo de carro ao comercial de TV (só consigo entender a atividade do mídia, hoje, com essa amplitude e envolvimento), no *timing* certo e “ao ponto”, requer muita perspicácia, informação, vivência e até uma boa cultura geral. O que faz com que imaginemos um novo perfil para este profissional, um redesenho funcional que destoa do estereótipo a partir do qual nos acostumamos a enxergar essa atividade.

E a criação?

Bem, se mudou a abrangência do profissional de mídia, é evidente que mudou a do profissional que cria as mensagens que serão programadas pelo mídia. Hoje, só é possível entender a *atitude criadora* ou *atividade criativa* a partir de uma *criatura* que possua visão ampla, geral e irrestrita (viva a abertura de cabeça, a principal abertura que precisa ser feita neste imenso país!).

Essa(s) criatura(s) é(são), ou deve(m) ser capaz(es) de pensar e resolver a formulação criativa de mensagens para tudo o que se entenda como meio. E tudo é meio! Reparem que, também neste caso, trata-se de uma criatura, do tal cérebro humano feito de carne e osso, embora muitos administradores de agências ou de clientes (ou anunciantes?) acreditem que ao investir no ativo de uma rede com Mac ou Pentium de última geração resolveram o seu problema de concepção e obtenção das boas idéias.

Tolice. Quando muito, compraram apenas uma ferramenta de pesquisa e materialização de idéias. Lápis, papel, borracha e massa encefálica certamente serão mais rápidos, portáteis e descomplicados.

É importante saber até onde se pode chegar com os recursos de hardware e software. É claro que, através do computador e com a Internet, dispomos hoje, a qualquer momento, de um núcleo de pesquisa permanente e onipresente. Mas a idéia, a cristalização da solução criativa, tal como a pérola que ainda se encontra na ostra, sempre estará em algum local de um cérebro não eletrônico,

de uma criatura que sonha e se emociona, que ama e odeia, que racionaliza e perde a razão, que possui necessidades físió-psíó-sóció - lógicas e ilógicas. E na outra ponta existem pessoas com as mesmas características que recebem as mensagens e são impactadas, ou não, pelas mensagens criadas.

Mais do que nunca, desde o primeiro departamento de propaganda da General Motors, onde tudo começou (foi dentro de anunciante direto, numa estrutura de departamento, que a propaganda brasileira formou os seus primeiros e tão consagrados quadros funcionais que vieram, logo depois, a compor as primeiras agências profissionalmente estruturadas do país), até hoje, trabalhar em comunicação de marketing se tornou uma atividade muito complexa e será sempre melhor realizada quanto maior for a capacidade pensante e formuladora dos cérebros envolvidos. E eles não são tão fáceis de encontrar como o mercado gostaria. Executores, existem às centenas, pensadores, contam-se nos dedos de uma única mão.

E o anunciante direto?

Aqui a gente entra no segundo ponto: o anunciante direto. Estou sempre fazendo o contraponto cliente/anunciante por uma razão muito simples: não me surpreende o fato de que mais da metade de toda a propaganda veiculada no Brasil o seja por anunciante direto. E nem que o mercado carioca (não é saudosismo mas adoro a palavra *carioca*, vem de um Rio de outros janeiros), se considerarmos o que é veiculado através das agências, se limite a 13% .

O mais grave é que destes 13%, se formos pesquisar o que é investido através de uma parceria inteligente entre cliente e agência, hoje, no Rio de Janeiro, trabalhando produtivamente, acompanhando resultados, promovendo a sinergia das ações, planejando estrategicamente, o índice não fecha os dedos de uma simples mão, não chega a 5% (há uma diferença muito grande entre investimento e gasto em comunicação que precisa ser entendida pelos que pagam a conta dos serviços prestados).

Sejamos verdadeiros... o que está acontecendo? De um lado, um cliente virtual (ou anunciante?) pouco ou nada profissionalizado, com pessoas que, em geral, desconhecem as atividades profissionais de comunicação ou que estão despreparadas para desenvolvê-las nas estruturas empresariais onde trabalham. De outro, as grandes e médias agências à caça de *anunciantes* (e não

clientes) ou veículos, um enxame de estúdios de todo tipo, em competição deslavada com o mercado oficial, desenvolvendo avulsos generalizados, uma verdadeira garimpagem da oportunidade imediata, o que também demonstra a distorção de uma atividade profissional e a inexistência de um projeto viável de futuro (onde houver um computador e um *free-lancer*, estudante de comunicação, alguém esperto, e não obrigatoriamente com *expertise*, ou ainda as três coisas, existe um suposto fornecedor em potencial).

Muitos dos clientes (ou anunciantes?) precisam desenvolver um trabalho mais completo (ou complexo) e focado em comunicação de marketing mas não têm a menor consciência dessa necessidade e não tem sido feito muito esforço, por parte dos prestadores de serviço, para conscientizá-los da importância dessa atividade na sobrevivência do seu negócio. Temem a complexidade como o diabo à cruz e acabam crucificados por essa atitude. Há grande necessidade de uma pedagogia do cliente (ou anunciante?).

Na verdade, as agências de *publicidade* acabam não agenciando todo o leque de possíveis trabalhos em *comunicação de marketing*, mesmo porque acreditam que isso não remuneraria convenientemente a sua operação. Chego hoje à conclusão de que estruturas prestadoras de serviços especificamente publicitários devem se auto-definir como tal e abandonar de vez o mito de serem *full-service*, essa fantasia de pavão misterioso utilizada em baile de um carnaval do passado. Na época impressionou, mas hoje, façam-me o favor!

E o atendimento?

Esse é um outro fato que tem sido tão explorado pela mídia especializada em geral: a tal da crise da função de atendimento. Ora, ela nada mais é do que o reflexo de uma outra crise bem maior. A atividade de atendimento requer, antes de tudo, uma enorme capacidade de *entendimento* e hoje talvez seja muito difícil, talvez impossível, tanto para as faculdades de comunicação, administração e marketing, cursos tecno-profissionalizantes, como para as agências em geral, formar e desenvolver este profissional.

Como a maior parte das grandes estruturas prestadoras de serviço publicitário não se comprometem com o estabelecimento de uma política de atendimento clara, inequívoca, de acordo com o seu perfil de empresa, o atendimento, jogado na fogueira do meio de campo, com dificuldade para entender

o papel da própria empresa em que trabalha, fica sem saber para onde chutar e acaba trabalhando de acordo com a necessidade de faturamento imediato, montado na famosa lei de Gérson, agradando a gregos, romanos e baianos e faturando como "o último dos moicanos", procurando tirar vantagem em tudo.

Aí, através da imprensa especializada, a gente toma conhecimento de clientes insatisfeitos e da iniciativa de agências colocando profissionais de criação para fazer a ponte entre ela e o cliente. De fato, profissionais de criação publicitária lidam melhor com o entendimento de significados, possuem mais facilidade em compreender e apresentar as soluções criativas. Dentro de uma visão imediatista, pode até representar uma tentativa de solução. O problema é que, ao se generalizar, vai dar continuidade à visão míope de que, com isso, seria facilitada a venda de mensagens dentro do antigo esquema de tv-revista-jornal-rádio-outdoor, o que nem sempre representa a melhor solução para as necessidades do cliente, se as analisarmos na amplitude de um pensamento orientado pela comunicação de marketing.

Será que esse atendimento-criação desenvolverá a visão do todo? Contribuirá para a formação de uma nova safra de clientes (ou anunciantes?) profissionalizados? Ou a sua grande tarefa junto à média dos clientes seria facilitar a venda de soluções criativas exclusivamente publicitárias, contribuindo ainda mais para o embotamento de uma visão que já se encontra turva há tanto tempo e vem sendo perpetuada pela formação acadêmica também deficiente e reprodutora da monocultura publicitária?

Miopia, pra que te quero?

O grande desafio, hoje, está em desenvolver a mentalidade de comunicação integrada de marketing nas organizações. Trata-se de uma usina de oportunidades para os que estão entrando no mercado de trabalho ou se encontram, neste momento, desempregados.

Você já pensou em trabalhar como cliente? Não? Pois fique sabendo que as empresas, de uma maneira geral, nem sabem que precisam de você e se v. ficar aí parado ou se movimentando apenas no circuito de agências continuará sem emprego. Procure, tente abrir espaço nas organizações em geral, da multinacional à butique do shopping ou no restaurante, na loja da esquina.

Qualquer empresa com o compromisso de atualidade precisa falar com o mercado e ouvi-lo permanentemente. Tem compromissos com a comunidade em que está inserida, com o bairro, cidade, estado, país, continente, com os blocos comerciais. Sofre uma grande pressão de custos, da concorrência, dos acionistas, dos empregados, de fornecedores, distribuidores, da imprensa, do poder público, da associação de moradores, da opinião pública em geral, em suma, dos clientes, dos consumidores e dos não-consumidores, de influenciadores, prescritores, decisores, dos que advogam a favor ou contra as marcas.

Além das mensagens que estão relacionadas com a atividade comercial, diretamente com a venda, para realizar o seu *business* as empresas (e incluem-se aí todos os anunciantes diretos) dependem de um trabalho corporativo, institucional, através do qual possam comunicar valores, qualidades e os fatos que giram à sua órbita. Precisam construir ou fortalecer uma identidade, estabelecendo a diferenciação, necessitam de uma projeção no tempo e no espaço, alavancando e alimentando relacionamentos entre as suas marcas e o público em geral e também com outras marcas, com o poder público.

Há um espaço colossal a ser ocupado, tanto pelas agências como pelos clientes (ou anunciantes?), se pensarmos em desenvolver uma prática profissional séria em comunicação de marketing. É indispensável o exercício da inteligência nas duas pontas: agência e cliente.

A informação sai do cliente e vai alimentar todo o processo criativo, voltando depois na forma de solução. Não dá para fingir que não é assim. Não dá para intuir problemas de marketing que não foram ou foram mal formulados. O cliente (ou anunciante?) precisa se instituir como tal, assumindo o seu papel, as responsabilidades pelas decisões que toma. Precisa ser empurrado neste sentido. O resultado do trabalho de um *terceiro* pressupõe a existência inteligente de um *segundo*. Essa aritmética não pode ser contradita por nenhum programa de reengenharia.

Se as agências de publicidade continuarem a ver os *segundos* como anunciantes a serem adulados e se a complexidade e abrangência do campo da comunicação de marketing não forem devidamente entendidas por todos, com a valorização honesta da atuação do *terceiro*, o quadro vai piorar muito e, aí sim, teremos mais demissões e mais desemprego decorrentes da burrice praticada pelos dois lados.

Fica difícil ou quase impossível para nós, que trabalhamos como *segundos* dentro de estruturas empresariais clientes (ou anunciantes?), principalmente nas empresas que não lidam com produtos ou serviços de massa, cuja sobrevivência não está sujeita à verdade da leitora ótica do código de barras amanhã de manhã na caixa dos supermercados, defender a manutenção da atividade de comunicação como investimento, se ela continuar a ser entendida e limitada à criação anúncios, às soluções mágicas brilhantes, premiadas e celebradas em grandes festas e na mídia em geral.

Mesmo para os segmentos mais nervosos, onde a atividade publicitária é imediatamente vital, a situação ficou muito complicada. Em vez de gritar contra os anunciantes (ou clientes?) diretos deveria haver um movimento de profissionalização do mercado como um todo, de profunda modificação nas bases das trocas profissionais, estabelecendo o conceito de comunicação de marketing como orientação para o novo século que está chegando. E aqui a gente entra no terceiro e mais importante ponto da nossa prosa.

O futuro: a quem pertence?

Nas últimas décadas, diversas associações e entidades foram criadas e estão aí, cumprindo o seu papel. Só para melhor caracterizar a situação atual, pensando no eixo Rio/São Paulo, existem: Associação Brasileira de *Anunciantes* - ABA, Associação Brasileira de *Marketing Direto*, Associação Brasileira de *Propaganda* - ABP, Associação Brasileira das *Agências de Propaganda* - ABAP, Grupos de *Atendimento e Planejamento*, Grupos de *Mídia*, Clubes de *Criação*, Clube dos Executivos de *Marketing* e por aí vai, num grande número de instituições e entidades importantes e tradicionais, quase sempre com uma função definida.

Em São Paulo, através da ABA ou da ABEMD, tem havido um fluxo extremamente rico de informações nos últimos anos. Felizmente o debate inclui grande contingente de profissionais clientes (ou anunciantes?) que participam dos diversos eventos, e lá no fundo das suas cabeças certamente já se plantou uma nova noção da realidade profissional. Há uma prática do cultivo da inteligência em comunicação de marketing, há troca de idéias.

O ambiente associativo, em São Paulo, é levado a sério. As associações recebem palestrantes internacionais, organizam eventos em que analisam a

realidade nacional e incluem diversas especialidades técnicas em comunicação. Fornecem elementos para que o pensamento de comunicação de marketing seja absorvido pelas organizações.

No Rio de Janeiro, o Grupo de Atendimento e Planejamento (GAP) e o Clube de Criação do Rio de Janeiro (CCRJ) ou a Associação Brasileira de Propaganda (ABP) vêm organizando eventos voltados principalmente aos estudantes de comunicação.

O problema é que, mesmo com trabalhos eficientes e eficazes como os que têm sido feitos pelas associações e entidades citadas, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro essas instituições estão confinadas à especificidade da sua própria natureza, à missão e compromisso básico original de sua criação: anunciantes, marketing direto, propaganda, atendimento e planejamento, criação, marketing, etc.

Falta, no mercado brasileiro e sul-americano, uma associação que represente e institucionalize o pensamento integral de *Comunicação de Marketing*, que trabalhe para abrir as perspectivas profissionais das diversas atividades técnicas em comunicação, que as aglutine e, conseqüentemente, desenvolva a prática profissional da comunicação no ambiente empresarial desse país e até do próprio continente. As grandes questões do trabalho profissional em comunicação, e que dizem respeito a todos, seriam encampadas e trabalhadas pela nova entidade. Ela estabelecerá as bases de um novo mercado.

Uma Associação - *brasileira ou sul-americana?* - de Comunicação de Marketing precisaria ser incluyente, abrindo espaço às trocas com todas as outras entidades representativas das atividades de comunicação que orbitam o ambiente de marketing. Necessitaria contar com expressão nacional e (por que não?) sul-americana.

Ela vai propagar a noção do trabalho integrado em comunicação como instrumento de marketing, valorizando o todo, além de defender e apoiar cada atividade técnica em particular. Não podem existir partes isoladas, feudos profissionais, para uma associação em que cada atividade deve ser considerada conforme o seu papel no contexto global de comunicação.

Precisamos de profissionais de comunicação de marketing e as faculdades acham que a sua missão é formar técnicos para atividades funcionais de agências. Tanto como graduação ou até como pós-graduação, há urgência de uma formação acadêmica sólida e abrangente em comunicação de marketing.

Há necessidade de profissionais com capacidade para planejar e tomar decisões nessa área, nas mais diversas organizações públicas e privadas. Certamente, também, para criar esta área, uma vez que nem sempre ou quase nunca existe a percepção de sua necessidade.

Das agências às empresas de produção de vídeo-cine-foto e gráfica, turma da new media, veículos e até anunciantes (ou clientes?), diretos ou indiretos, todos os que trabalham na prestação de serviços seriam bem-vindos, discutindo e construindo as bases profissionais do século XXI (ele está aí, batendo às nossas portas, o grande “bug do milênio” nos espera!), pavimentando o caminho para um futuro melhor e mais promissor, procurando configurar uma nova realidade para as inúmeras atividades ligadas direta e indiretamente à comunicação neste país e, se possível, no continente.

Através de encontros, seminários, publicações, treinamentos, da integração e troca permanentes com as universidades, promoveríamos a mudança de pensamento, produzindo núcleos de clientes (não necessariamente anunciantes) profissionalizados, abrindo um enorme espaço para a colocação ou recolocação no mercado de trabalho (porque aí, sim, haveria mercado e haveria trabalho) das grandes levas de desempregados atuais, acendendo uma luz no fim do túnel (ou do século?) para os milhares de estudantes de comunicação que passam desavisados pelas faculdades, totalmente sem rumo, em trânsito para um mercado que hoje sabemos virtual.

Se pensarmos na abrangência da comunicação integrada de marketing, até mesmo se começarmos a planejar e praticar o avulso “não integrado” com o pensamento voltado para a ampliação do trabalho em comunicação, vai faltar mão de obra para tanta empreitada. O mercado de comunicação de marketing, no Brasil, ainda é pequeno se o encararmos a partir desse prisma e, sobretudo, se agirmos com rapidez para compensar o tempo perdido.

E eu gostaria muito que esse movimento acontecesse no Rio de Janeiro, na capital cultural da América do Sul, uma cidade que tem tudo para sediar os encontros, seminários, reuniões, simpósios e eventos, que possui infra-estru-

tura hoteleira ociosa, conta com o privilégio de um magnífico recorte geográfico conjugando montanhas e mar, florestas e praias, além de um aeroporto internacional bem localizado, sistema de telecomunicações sofisticado, etc.

Na verdade, o Rio de Janeiro pode e deve sediar uma iniciativa que inclua a troca entre diversas entidades e associações ligadas à atividade de comunicação de marketing no país e na América do Sul, um projeto maior, com o tamanho e a expressão que a cidade merece. O caráter congregatório da entidade vai requerer muitas reuniões, seminários, simpósios e eventos em geral, e a cidade do Rio de Janeiro, se controlar os problemas já tão conhecidos de todos, oferece palco e cenário ideais para isso

Concluindo

De um lado, temos uma publicidade de primeiro mundo, premiada e celebrada aos quatro ventos. De outro, insistimos numa visão monotarefa, e vivemos nos digladiando pela conquista de migalhas quando há trigo para fazer um milhão de fofadas e não faltam padeiros.

Lamentavelmente, tal como no caso do cacau da Bahia, também existem os coronéis da publicidade, comprometidos com a monocultura. Há um enorme desafio pela frente e será necessária muita disposição de trabalho. Talvez, no caso dessa nova iniciativa, as viagens para Cannes, Londres ou Nova Iorque não sejam tão frequentes como outras para Montevideu, Buenos Aires, Caracas, Campo Grande, Manaus, Belém, Ribeirão Preto, Campinas ou Piracicaba. Mas serão viagens inesquecíveis porque estará sendo formado o mercado do século 21, neste país e no continente sul-americano, a comunicação de marketing do Mercosul.

O que fizemos aqui foi apenas um exercício para tentar manifestar o que, talvez, esteja latente em tanto que se tem falado e no muito que não tem sido dito, atualmente, em tantos trabalhos, publicações e por tanta gente.

A intenção de expor todas estas questões teve como objetivo chegar a uma proposta. Estamos diante de um fato: faltam ações que levem a resultados concretos. Hoje os publicitários continuam não querendo se olhar de frente e não realizam o 4º Congresso Brasileiro de Propaganda (o último se realizou há 20 anos atrás, em 1978). Que outra categoria profissional não se reúne há tanto tempo?

Dentro de uma visão mais ampla, talvez essa reunião já não faça mesmo sentido. Todos sentem a necessidade de soluções mais sintonizadas com um futuro que os coronéis da publicidade não verão acontecer. As discussões de hoje não podem mais ser as de 20 anos atrás e requerem um novo fórum.

Neste momento, parecemos estar a bordo do iceberg que afundou o Titanic. Assistimos ao naufrágio de uma grande embarcação alegórica, ocorrida em verdadeiro mar de papéis asiáticos sem qualquer lastro e, embora o iceberg esteja derretendo embaixo dos nossos pés congelados, acreditamos que não somos igualmente náufragos.

Notas

1. *Jornal Meio e Mensagem*: as edições de março apresentam os quadros de distribuição das aplicações por tipos de mídia em diversos países. No texto refiro-me às edições de 97 e 98.
2. *O Globo* de 18/01/98, 1º caderno, p.9.
3. *O Planeta dos Anunciantes Diretos*. *Jornal do Clube de Criação do Rio de Janeiro*, ano 1, nº1.

Resumo

Este trabalho aborda basicamente três assuntos:

- a necessidade de reconceituar as atividades produtoras da ação publicitária;
- o diagnóstico de uma disfunção: a atual miopia generalizada;
- uma proposta abrangente para reorientação profissional: a sinalização do futuro.

Palavras-chaves

Publicidade - Media - Marketing - Comunicação de Marketing.

Abstract

There are three items concerning to this approach:

- the need of recycling the functions in advertising activities on the basis of a new context;
- an unusual situation: there is a generalized myopia;
- a new proposal for the professional and educational orientation.

Key-words

Advertising - Media - Marketing - Marketing Communication.

HISTÓRIA E MESSIANISMO EM WALTER BENJAMIN

Noéli Correia de Melo Sobrinho

1. Introdução

A proposta deste escrito está voltada para a concepção de História em Walter Benjamin (WB), visão que se encontra espalhada por toda a sua obra fragmentária e assistemática, tal como podemos observar também em Nietzsche, um dos seus interlocutores importantes para a questão que levantamos aqui. Contudo, o objeto privilegiado aqui contemplado é *As Teses sobre a História* [*Geschichtsphilosophie Thesen*] de 1940, a partir das quais nos remeteremos a outros textos desse pensador tão singular. A escolha recaiu justamente no texto *Teses* porque, sendo o último trabalho de WB — na verdade, uma obra póstuma — ele condensa a sua visão quanto a esta questão crucial para quem quer que pretenda fazer uma crítica radical à modernidade. A temática aqui abordada foi extraída daí, desse texto tão denso quanto metafórico, mas que aponta para a necessidade indescartável de uma decifração do mesmo modo crítica e radical da experiência humana, como era de resto a intenção de WB.

A obra desse homem trágico e genial é certamente um exemplo de peculiaridade e heterodoxia. Se, por um lado, admitimos que as duas maiores fontes do seu pensamento foram a tradição judaica via Gershom Scholem e o marxismo via Bertolt Brecht, por outro lado, nunca estaremos confortáveis em encaixá-lo numa ou noutra destas doutrinas. De fato, WB é uma singularidade intelectual: os seus escritos fragmentários, as “ruínas” dos seus trabalhos, não deixam de testemunhar um corte fatal com aquilo que chamamos de *modernidade* e com sua temporalidade, uma crítica mesmo das representações que a própria modernidade se faz; a teologia e o marxismo são apenas os instrumentos que lhe permitem tal condenação.

Com efeito, de tudo aquilo que podemos reunir como fazendo parte da modernidade, o conceito de *História* parece ser o mais abrangente e também o mais estratégico do ponto de vista de um combate contra aquela superestrutura. Naturalmente, as construções intelectuais e culturais sob esse título supõem uma dimensão tal da temporalidade constitutiva da História, que reserva somente para si a idéia de *progresso*. O exemplar mais característico desse *historicismo*, isto é, a história tornada absoluta, é a monumental filosofia de

Hegel, a primeira e, quem sabe, a última fonte do marxismo, uma filosofia que também coloca a história no centro de sua perspectiva, tendo obrigatoriamente de lidar com o tempo e a mudança. A tradição judaico-cristã, por sua vez, não pode ser ela mesma compreendida sem a referência explícita à temporalidade e à história: ela quer capturar o tempo a partir de uma visão messiânica e redentora; está portanto implicada na questão que levantamos.

Na verdade, o próprio aspecto fragmentário e às vezes até aforístico do texto benjaminiano é já a demonstração inequívoca do viés interpretativo que ele dá para a modernidade, e, assim fazendo, desloca diametralmente o seu olhar tanto da ortodoxia judaica e do sionismo quanto do dogmatismo marxista que o próprio WB reconheceu como constituindo boa parte da história do marxismo alemão. Aí reside efetivamente a sua singularidade e o espanto do seu pensamento. Na sua vida curta e trágica, esteve sempre em contato com os ambientes culturais que marcaram a primeira metade do século 20, e é desde esse lugar que olha para o passado, para o arcaico e para o recente, para a origem longínqua e para a catástrofe moderna. Esse lugar de onde WB contempla um passado enigmático e perdido é o período do entre-guerras; aí ele construiu o mais importante de sua obra, aí também ele tragicamente morreu, perseguido pelo anti-semitismo e pelo anti-marxismo nazi-fascista.

2. As tarefas do materialismo histórico e a social-democracia

A defesa de um materialismo histórico heterodoxo e a condenação tanto da versão social-democrata como da versão soviética oficial do marxismo são o escopo e dão a conformação mais abrangente das *Teses sobre a História* de 1940, ano da morte de WB. Na verdade, esse seu posicionamento perpassa todas as 18 teses e os 2 Apêndices de que estamos aqui tratando, mas encontra-se especialmente em alguns lugares específicos.

Nesse texto que recebe o título de “Sobre o Conceito de História” [*Über den Begriff der Geschichte*], a 1ª tese é uma alegoria e uma metáfora: uma alegoria do jogo enquanto história dos homens e do mundo; uma metáfora de dois personagens, o autômato-fantoches e o anão-corcunda. A situação, ao que se sabe, se refere a um conto de Edgar Allan Poe chamado “O Jogador de Xadrez Maczel”. - Havia um autômato-fantoches que ganhava sempre no jogo, mas na realidade era o anão-corcunda, mestre no xadrez, quem dirigia a mão daquele: - “O fantoches chamado «materialismo histórico» ganhará sempre.

Ele pode enfrentar qualquer desafio, desde que tome a seu serviço a teologia". Em outras palavras: o materialismo histórico na sua versão social-democrata e na sua versão soviética, como algo mecânico, co-participavam de uma visão da História que era defendida exatamente por aqueles a quem deveria combater; o materialismo histórico havia caído nas malhas da modernidade iluminista burguesa e por si só não estava em condições de enfrentá-la; corroborava com ela na crença do progresso. Apenas a teologia, o messianismo judaico, poderia inverter esta trajetória falsçada do marxismo e colocá-lo na trilha verdadeira, porque podia fazer emergir do passado uma *promesse de bonheur*, como o reivindicou também Stendhal: o anão-corçunda é a própria teologia, o messianismo judeu, o conhecimento subjacente que pode permitir a vitória do materialismo histórico; sem isso a história permaneceria sendo a queda, a catástrofe.

A 4ª Tese traz como epígrafe uma citação de Hegel de 1807, seguramente admitida por um certo marxismo, dando prioridade às "coisas materiais" sobre as "coisas espirituais". Isto parece indicar que o marxismo, preso como estava ao empirismo e ao realismo mais grosseiros, atado por um economicismo determinista, compartilhava com os inimigos virtuais no essencial; na medida em que não se permitia visualizar as tarefas e os alvos que lhe cabiam, o marxismo determinista, economicista e historicista apenas ratificava o *status quo*. Realmente, segundo WB, abandonar as "coisas espirituais" era deixar campo livre aos inimigos efetivos, até porque é a consideração delas que torna possível a crítica da modernidade: - "Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores". Portanto, recuperar a relevância destas "coisas espirituais", das idéias, das imagens, das representações é uma exigência inescusável para o materialismo histórico, que pode buscá-las exatamente na teologia. O campo das idéias é um campo de batalha; daí se levantará a promessa de felicidade ou a continuidade da maldição e da catástrofe.

Na 10ª Tese, WB chama atenção para as raízes da traição social-democrata com relação a seus ideais originários. Usando o exemplo dos monges que se enclausuram e se afastam do mundo, ele aponta para a necessidade de que "temos de arrancar a política das malhas do mundo profano, em que ela havia sido enredada por aqueles traidores". Ou seja: o oportunismo realista da social-democracia com sua respectiva concepção da História estava desviando e tergiversando a autêntica mensagem de Marx. Eram testemunhos disso a "confiança [cega] no «apoio das massas»" às suas práticas e ao seu ideário, a "subordinação servil a um aparelho incontrolável", isto é, a conciliação vil com o Estado burguês, e especialmente a "obtusa fé no progresso". A social-demo-

cracia, afastando-se do marxismo originário, não desejava mais a revolução; pelo contrário, participava mesmo do Estado e fazia da luta legal e parlamentar a única forma de oposição aos dominadores reais, desligara-se da idéia profética da comunidade primitiva enquanto promessa de harmonia com a natureza, porque lidava com uma noção de progresso alheia à imagem dessa origem.

Na 11ª Tese, observamos mais uma vez a condenação da social-democracia por WB. Aqui, ela foi acusada de “conformismo”, razão que a teria levado à derrota. Tal conformismo teria condicionado as “táticas políticas” [conciliação, luta legal] e mesmo as “idéias econômicas” [economicismo determinista, catastrofismo economicista, necessidade de elevação das forças produtivas] desta corrente ideológica. A social-democracia, “a moral protestante do trabalho secularizada”, tornara-se uma apologia do assalariamento capitalista, como ficou entredito no texto do *Projeto de Gotha*, no qual o trabalho é identificado como “a fonte de toda riqueza e de toda civilização”. Como é sabido, Marx criticara severamente tal concepção e destacara que aquele que apenas possui a força de trabalho estava condenado à escravidão. O trabalho não era a fonte da liberdade, como o imaginava o “marxismo vulgar”, era sim a fonte da sujeição da qual os trabalhadores precisavam libertar-se. WB acusou ainda tal versão do marxismo de só levar em conta o progresso enquanto domínio da natureza, mas não consideravam justamente a regressão que esse progresso trazia no que concerne à organização da sociedade. Nesse sentido, as idéias positivistas de Fourier, aparentemente absurdas, pareciam oferecer indiscutivelmente uma validade maior, eram “fantasias” muito mais edificantes e críticas do que a princípio se poderia pensar: aqui não se sentia a exigência de conquistar a natureza, mas de libertá-la, integrar o homem nela, reconciliar-se com ela.

A 12ª Tese, que recebeu uma epígrafe de Nietzsche na sua *II Intempestiva*, em primeiro lugar quer indicar que a história não deve ser tratada como uma “ciência”: a sua objetividade não deve ser procurada com base nos critérios das ciências naturais. A história está completamente implicada no âmbito da cultura, é um conhecimento da ordem da cultura. Por outro lado, para o próprio WB, aqueles que apresentavam uma visão cientificista da história eram os mesmos que inoculavam o conformismo e a passividade nos já oprimidos, a “classe vingadora” encarregada de libertar da escravidão “em nome das gerações derrotadas” do passado. A social-democracia, com suas práticas e idéias, “preferiu atribuir à classe operária o papel de salvar as gerações futuras”, tor-

nando-a assim inofensiva e apática, incapacitada de enfrentar eficazmente o inimigo; pois o conformismo fê-la desaprender o “ódio” e o “espírito de sacrifício” exigidos pela revolução libertadora: estas disposições, que deveriam alimentar-se da “imagem dos antepassados escravizados”, agora, sob a égide do conformismo, “alimentam-se dos descendentes liberados”, uma imagem canônica que nutre precisamente a passividade, a espera e o oportunismo.

Na 13ª Tese, que acompanha uma epígrafe de Josef Dietzgen, um ideólogo social-democrata que se notabilizara por defender um otimismo vão, WB contestava que tal esperança de fato se devia a “um conceito dogmático de progresso”; ou seja, “um progresso da humanidade em si”, uma abstração vazia de sentido, “um progresso sem limites”, como se o homem pudesse ascender à perfectibilidade, um progresso então “essencialmente automático”, que era indiferente portanto à intervenção dos homens concretos, um progresso sobretudo “inseparável da idéia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo”, um tempo monótono e repetitivo no qual os homens depositavam cumulativamente as suas obras, um progresso enfim identificado com o vendaval, a destruição e a catástrofe. Nesse sentido, a tarefa do materialismo histórico seria portanto a de denunciar, com o apoio providencial do messianismo judaico, esta visão da história que sacrificava as gerações presentes em holocausto das gerações futuras e cuja promessa era um engodo e uma armadilha.

Em resumo: se há uma dimensão propriamente política nas *Teses de 1940*, o seu escopo maior se apresenta na crítica ferina desfechada por WB contra a social-democracia e contra o marxismo vulgar, que apoiam seus argumentos num fundamento que aquele contesta: a ideologia do progresso. Na verdade, tal ideologia teria corroborado com o evolucionismo darwinista e com o determinismo científico-natural, de onde fizera nascer seu otimismo infantil num progresso automático, contínuo e infinito, cuja base era uma concepção homogênea, vazia e mecânica do tempo. Ao contrário, para WB, o tempo deveria ser concebido como ruptura e descontinuidade, preenchido pelas “ruínas” que a “memoração” (*Eingedenken*) seria capaz de atualizar enquanto “origem” (*Ursprung*) messiânica. Por outro lado, nisto que a social-democracia e o marxismo vulgar chamavam de história do progresso da humanidade, WB via também a trajetória que levava do Paraíso ao Inferno, a história enquanto “catástrofe” (*Schoab*), a história da eterna repetição do mesmo, uma história cujo fundamento é o “tempo infernal” (*böllischen Zeit*).

3. A crítica do historicismo

Do ponto de vista de uma concepção da história, a consequência mais imediata da ideologia do progresso em WB foi a contestação correlata do *historicismo*, visto que esta perspectiva filosófica era de fato o que respaldava aquela crença: anteriormente, já Kaustsky, um dos principais baluartes da social-democracia alemã, havia defendido a idéia de um progresso inevitável e cientificamente previsível, e os seus epígonos mais ou menos ortodoxos repetiram sua cantilena de que o progresso é irresistível.

Quanto a WB, já num escrito de juventude de 1915, intitulado "A Vida dos Estudantes", onde ele também tratava da história, foi dito o seguinte: - "Há uma concepção da história que, confiando na eternidade do tempo, só distingue o ritmo dos homens e das épocas que correm rápida ou lentamente na esteira do progresso"¹. Isto quer dizer: tal concepção historicista avaliava os acontecimentos e a mudança por referência a uma utopia futurista, que meditava tão-somente sobre o desenvolvimento técnico, deixando de lado os valores propriamente sociais de tal desenvolvimento. Tratava-se de uma concepção iluminista da história, que a via como resultado do progresso da liberdade humana, progresso da razão dominadora da natureza inimiga, daquilo que dá nascimento e morte aos seres vivos, portanto daquilo que é ao mesmo tempo dor e ausência de Paraíso. Ao contrário disso, como veremos, a utopia de WB está no passado, na eternidade do passado que irrompe numa "constelação", e não no futuro que se põe numa temporalidade vazia e linear, uma utopia portanto que está fora de um presente meramente cronológico.

Para aqueles que acreditam no progresso, os historicistas de todos os matizes, o passado é uma eternidade imutável, algo já dado, que não pode ser modificado, motivo pelo qual o olhar deve descortinar apenas o futuro, ainda que sob pena de queimar o presente, de ser indiferente perante ele. Em oposição a isto, para WB o passado é enigma (*Räthsel*), por isso mesmo não já-dado, algo aberto ao olhar atento do crítico que deseja atualizá-lo naquilo que redime e salva: o instante e a constelação. Aqui, na visão messiânica de WB, o passado não existe como fato, mas como perspectiva, como "rememoração" (*Eingedenken*), como "representação" (*Darstellung*), como imagem. Contudo, "a verdadeira imagem do passado perpassa veloz"²; esta imagem é um raio que fulgura para o filósofo atento e inconformado: o materialismo histórico não deve, assim, abandonar esse ponto de vista, porque é isto que o separa e deve separar, segundo WB, do historicismo, cuja atenção está acorrentada ao presente, deixando o passado abandonado e esquecido³.

A propósito ainda desta identificação da “imagem do passado” e do relâmpago, encontramos já também numa obra de juventude de 1924, *A Origem do Drama Barroco Alemão*, a indicação de que esse raio é uma “idéia”, uma representação, produto de uma rememoração espontânea que nos traz o passado de volta para o presente como uma “atualização”. Não se trata aqui de ver o futuro como a reprodução ampliada de presente, mas de extrair dessa imagem fulgurante, que remete ao passado arcaico, a promessa da redenção (*Erlösung*), da salvação (*Rettung*) e da felicidade perdida.

Na 7ª Tese, que vem epigrafada com versos do amigo comunista Bertolt Brecht, WB volta a atacar o historicismo e a sua fé na objetividade e imparcialidade do historiador, com o que este desejaria conquistar a verdade, isto é, através de um “método com o qual rompia o [genuíno] materialismo histórico”. De acordo com a avaliação de WB, tal procedimento só podia ser explicado como produto da “acedia”, da tristeza e da angústia, que fazia desesperar o historiador de “apropriar-se da verdadeira imagem histórica em seu relampejar fugaz”. De fato, WB reconhecia que tal pretensão servia meramente para esconder a “empatia” com o “vencedor”. Os dominadores de todos os tempos seduziram os historiadores e carregaram em triunfo os despojos dos derrotados, os seus “bens culturais”, construindo, assim também, cultura. O argumento de WB nesse sentido é claro: -“E, assim como a cultura não está isenta de barbárie, não o é tampouco o processo de transmissão da cultura”.

Num texto de 1933, intitulado “Experiência e Pobreza”, WB abordou o tema da “barbárie positiva”; isto é, chamava atenção para “um conceito novo e positivo de barbárie”. E o fez a propósito do argumento de que, sob a modernidade, os homens eram acometidos de um vasto empobrecimento da experiência (*Erfahrung*) comunicável, transmissível, resultado da memória e do inconsciente, e se tornaram prisioneiros da vivência (*Erlebnis*); ou seja, restritos e limitados pela vida privada, pela individualidade desligada e solitária e ainda submeridos à experiência-do-choque (*Chockerlebnis*). A pobreza a que se refere o escrito é a “nossa pobreza de experiências”, mas também é isso que constitui a “nova barbárie”, a barbárie positiva, pois que “ela o impele [o bárbaro] a partir para frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, construir com pouco”. A confissão dessa pobreza é também a admissão de que ela precisa ser superada, e só o pode ser pelo acaso que proporciona o lampejo de verdade que faz o homem mergulhar no seu passado primevo. A “barbárie negativa”, por sua vez, estava representada pela cultura burguesa do entre-guerras, que atrelava o homem a um progresso técnico que o deixava só

e “nu”. Em suma, observando essa ambivalência da cultura, podemos admitir também que “a barbárie é a verdade da cultura”³, mas que há uma “barbárie redentora”, que redime e salva.

Quando na 6ª Tese, que estamos agora comentando, WB atribui ao materialista histórico o encargo de “escovar a história a contrapelo”, o que adivinhamos imediatamente é a sua “recusa da ilusão do progresso”⁴. De fato, para ele, o progresso é um mito atado à interpretação técnica da razão, instrumental, e do mundo; para os ideólogos do progresso, a natureza precisa ser conquistada utilitariamente: a natureza é uma inimiga que coloca a exigência de ser dominada. A modernidade enquanto hegemonia da técnica trouxera como resultado o “desencantamento do mundo” (*Entzauberung der Welt*), como dizia Max Weber, e, ao lado disso, a degradação da experiência. A figura do “autômato”, citada a propósito da 1ª Tese, é nesse sentido um exemplar típico dessa época, alguém cujos gestos são mecânicos e vazios, cuja memória foi viciada e totalmente liquidada, mas que, quando comandado pelo espírito messiânico, poderia livrar-se do seu caráter satânico.

Na 8ª Tese, ao discutir o conceito de história, WB admitiu que, para os “oprimidos”, “o «estado de exceção» constituía a regra geral, razão pela qual o materialismo histórico deveria “dar origem a um verdadeiro estado de exceção”. Explicitamente, aludiu-se aqui ao fascismo como o arqui-inimigo. Assim, se consideramos o fascismo um “estado de exceção”, tendo em vista o paradigma liberal-burguês, então, para enfrentá-lo, exigir-se-ia um outro “estado de exceção”; quer dizer, não agir apenas parlamentarmente, se o que se pretende é derrotá-lo; até porque, mesmo os seus adversários tidos como os mais tenazes, os comunistas-leninistas, desconhecendo a natureza real do fascismo, combatiam-no em nome do “progresso considerado como uma norma histórica”. E, mesmo “assombro” que arrebatava aqueles que viam no fascismo apenas uma patologia irracionalista, como uma “exceção”, não era, segundo WB, senão a expressão de uma visão da história “insustentável”. Tal concepção era o evolucionismo historicista, a ideologia do progresso.

O historicismo enquanto concepção baseada no progresso se distingue do materialismo histórico: este “não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas pára no tempo e se imobiliza”⁵. Em outras palavras: na visão do historicista, o presente é sempre transição para um futuro previsível; quanto ao passado, na sua eternidade, ele se mostra inexpugnável, imutável, irreversível, nada se pode mais com relação a ele; por isso, o historicismo

o vê como uma gênese (*Entstehung*) que se desdobra no futuro, como se a sorte já estivesse lançada de antemão. Ao contrário, o materialismo histórico deveria imobilizar o presente numa imagem e, assim, “fazer saltar pelos ares o *continuum* da história”, como o veremos mais adiante.

A culminância do historicismo é o estabelecimento de uma “História Universal” (*Weltgeschichte*): todas as nações e todas as culturas devem necessariamente seguir o mesmo caminho; cada presente desta história seria uma transição que aponta sempre para o mesmo objetivo, para o mesmo fim, o progresso. Mas, para WB, essa “história universal não tem qualquer armação teórica”, pois que “seu procedimento é aditivo”, ou seja, “ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio”⁶. Na verdade, enquanto teoria, o historicismo não apresenta nenhuma organicidade, mas viceja no caos dos fatos e só pode esconder o seu desespero e negatividade porque dispõe do conceito todavia oco do progresso. O historicista opera com um tempo linearizado porque precisa estabelecer nexos causais, o que só um tempo concebido dessa forma lhe permite. Entretanto, para WB, a causa de um fenômeno não se devia buscá-la no imediato anterior, como numa seqüência; do ponto de vista de uma história verdadeira, a causa, ou melhor dizendo, a origem (*Ursprung*) de uma determinada configuração histórica pode e está amiúde mais afastada do presente do que imaginam os historiadores do progresso⁷.

4. O diagnóstico da modernidade

WB é antes de mais nada um crítico radical da modernidade. Ela constitui um modo de vida e uma cultura nas quais a *Erfahrung* encontra-se degradada e os homens se vêem solitários e anônimos; o progresso fora um engodo e a promessa de felicidade não se cumprira. Mas, o que vem a ser a *modernidade*? Antes de WB, já Karl Marx e Max Weber afirmavam que ela era uma expressão da civilização capitalista industrial baseada na economia de mercado, no valor de troca e na propriedade privada. Contudo, como características fundamentais do Mundo Moderno, também podemos apontar fenômenos como o da reificação (*Versachlichung*), do estranhamento (*Entfremdung*), da alienação (*Entäusserung*), do predomínio de uma racionalidade instrumental (*Zweckrationalität*), do cálculo racional com vistas à previsibilidade (*Rechenhaftigkeit*) e sobretudo do desencantamento do mundo (*Entzauberung der Welt*). É precisamente contra este perfil da modernidade que se insurge WB:

neste, o desencantamento do mundo significa a “perda da aura”, isto é, a perda do encanto e da sedução depositada nas coisas autênticas; para os homens, ela é ainda a irrupção da “experiência do choque”, o esquecimento do passado, o isolamento da tradição, a impossibilidade de ascender à verdade de si e à liberdade.

Até agora, temos visto nas *Teses de 1940* as críticas severas desferidas por WB contra aspectos essenciais na definição do que seja a modernidade. No entanto, em outros lugares de sua obra, podemos descortinar melhor o que ele entende por isso e entender mais claramente as razões que o levaram a condená-la tão profundamente.

No seu famoso estudo intitulado “Charles Baudelaire, um Lírico no Auge do Capitalismo”, onde fala sobre os modos de vida na Paris da segunda metade do século 19, WB destaca vários tipos humanos, por intermédio dos quais dá uma configuração cultural da modernidade: a “boêmia” do proletariado, dos deserdados e sobretudo dos “conspiradores profissionais”, que habitam tanto as tabernas quanto as barricadas; “essa boêmia, - revelava Baudelaire - ela é tudo para mim”. Havia, porém, um tipo específico sobre o qual WB comentou mais largamente: o *flâneur* - os passeadores e fumantes das galerias parisienses, habitantes das ruas e freqüentadores dos *cafés*. O *flâneur* aparece aqui como a prefiguração do homem perdido na multidão, do criminoso e do anti-social retratados também nos contos e romances de Edgard Allan Poe. Não obstante, o *flâneur* não é ainda essa figura massificada, amorfa, que não deixa vestígios na multidão. Quando lemos, por exemplo, o soneto “*A une Passante*” nas *Fleurs du Mal* de Baudelaire⁸, estamos diante de uma situação em que surge o *flâneur*: aí, ele ainda comunica a sua individualidade; quando, num lampejo, uma bela mulher de luto seduz o poeta da rua com o choque da sua rápida presença e desaparecimento, o *flâneur* ainda desfruta da sua identidade, embora esteja prestes a perdê-la.

O advento da modernidade e do progresso provocará o seu desaparecimento enquanto tal. Quando os grandes *magazins* viciem à luz, estes serão “o derradeiro refúgio do *flâneur*”; a partir daí, ele vai tornar-se indiferenciado na massa urbana. Diz WB: -“A multidão não é apenas o mais novo refúgio do proscrito; é também o mais novo entorpecente do abandonado. O *flâneur* é um abandonado na multidão”⁹. A rua como refúgio se revela na sedução das mercadorias expostas nas vitrines das galerias: elas são aquilo que entorpece e inebria o passante; as mercadorias, no seu luxo e encantamento, adquiriram uma nova aura.

O processo de constituição da modernidade é o processo no qual “o *flâneur* se torna basbaque (*extravagant*)”, o homem desindividualizado da massa, o homem abandonado e deserdado, o homem desesperado pela perda da tradição, o homem do destino trágico e irremediável. Mas o homem que recebeu o lampejo da graça e que se reconheceu como estranho a esse presente, este é o “herói” trágico, o artista da modernidade. Como se vê aplacado por forças que não pode controlar, “compreende-se que ele vá enfraquecendo e busque refúgio na morte”. E, como isso é a verdade, “a modernidade deve manter-se sob o signo do suicídio, selo da vontade heróica que nada concede a um modo de pensar hostil”; pois “esse suicídio não é renúncia, mas sim paixão heróica. É a conquista da modernidade no âmbito das paixões”¹⁰. Enfim, o homem moderno quer a morte, porque, tendo sido escasseado de toda experiência que lhe vinha de antigas referências, ele não vê mais sentido em viver num mundo sem mistério e sem enigma, num mundo iluminado onde não se via mais nenhum Deus: é nisso que reside “a tonalidade da perspectiva crepuscular da modernidade”.

Um tipo diferente desse homem que quer morrer porque se desencontrou de um sentido para a vida é o “apache”, um herói baudelairiano que “renega as virtudes e as leis” e que “rescinde de uma vez por todas o contrato social”; ele é, ao lado do “trapeiro” e do “poeta” o lixo da sociedade, a escória, aqueles heróis “solitários” que “realizam seu negócio nas horas em que os burgueses se entregam ao sono”¹¹; são os notívagos que vivem entre a luz e a sombra artificiais, escondendo-se ou mostrando-se em situações determinadas. Assim, nesse caso, o herói da modernidade é tanto esse lumpesinato - a *canaille*, como dizia Voltaire - da cidade grande, quanto o poeta que retira desse lixo a sua inspiração. Os heróis que aparecem na poesia baudelairiana, aquilo que é chamado de “herói moderno”, segundo WB, estão sujeitos à “decadência”, irreversivelmente, pelas condições existenciais impostas pela modernidade. Os heróis dos albores das sociedades modernas estavam desaparecendo do cenário esraçalhante das grandes metrópoles, e assim que este trabalho de sapa termina, também “a modernidade expira”, isto é, deixa de existir para dar lugar a qualquer coisa que já não corresponde em nada às promessas que havia feito. Se o mundo se tornou desencantado, os heróis que habitavam esse mundo também perderam a aura que os distinguia; desencantando-se, sucumbiram. De resto, como deixou claro WB, “*flâneur*, apache, *dandy* e trapeiro não passavam de papéis entre outros; pois o herói moderno não é herói, apenas representa o papel de herói. A modernidade heróica se revela como uma tragédia onde o papel de herói está disponível”¹².

Na medida em que a modernidade tardia correspondia à degeneração da experiência e à exposição a uma situação de choque, os homens que viviam nestas condições estavam ainda sujeitos a uma visão-de-mundo marcada pela melancolia - a *bilis negra* - o *spleen* em Baudelaire, aquilo que impedia o homem de recordar. A lembrança de que trata WB em "Sobre Alguns Temas em Baudelaire" pode ser comparada com o que Proust identificava como sendo a "*mémoire involontaire*", como uma evocação libertadora da experiência perdida, algo que provinha do inconsciente e que não era resultado da intenção, algo que "fica por conta do acaso" e que somente se manifestava nos loucos e nos raros, para usar uma expressão de Hermann Hesse. Ao contrário, àqueles cuja experiência se perdera, a estes somente era possível a lembrança (*Andenken*), a "*mémoire volontaire*", originária dos "apelos da atenção" e cujos conteúdos fugiam assim que os estímulos que suscitaram a imagem desvaneciam; através da memória voluntária, não se podia aceder ao "*temps perdu*", ao passado arcaico, que só advém involuntariamente. Quanto a Baudelaire, o que as *correspondences* ofereciam era exatamente esta vinculação com o passado primordial que apenas a lembrança podia realizar.

No escrito chamado "Parque Central", WB continua a investigar as dimensões do *spleen* na obra de Baudelaire. A melancolia apareceu aí como "di-que contra o pessimismo", na justa medida em que ela é a última evocação desesperada a um passado desaparecido e feliz, não apontando para nenhum futuro próximo ou distante. O *laedium vitae* é na realidade uma "auto-alienação", um sair do presente que massacra e uma saudade incontável de um objeto ou de um momento fugidio. Segundo WB, "o *spleen* é o sentimento que corresponde à catástrofe em permanência"¹³. Nas palavras de um comentador, a melancolia advinha do "reconhecimento de que a experiência é irrecuperável"¹⁴; o que completava o pensamento de WB de que "não há mais consolo para quem está excluído de qualquer experiência"¹⁵.

5. Uma concepção messiânica da história

Podemos retomar, agora que apreciamos o diagnóstico de WB sobre a modernidade, as *Teses de 1940*. Antes contudo, julgamos necessário esclarecer a respeito dos fundamentos epistemológicos que sustentam a sua visão da história: ele se encontra espalhada na sua obra, mas podemos indicar um primeiro esboço destes pressupostos na introdução feita pelo próprio autor no seu polémico livro *A Origem do Drama Barroco Alemão*, texto esse que recebeu o título de "Questões Introdutórias de Crítica do Conhecimento".

O ponto de partida da epistemologia benjaminiana é a idéia de “representação”. A idéia enquanto representação deve expressar-se necessariamente numa linguagem; é uma imagem que se deixa dizer e, ao fazê-lo, dá acesso à verdade. Reconhecida desse modo, a *Darstellung* se distingue do discurso matemático, pois a verdade deste discurso é de outra ordem. As idéias filosóficas não devem estar sujeitas à sistematização e as suas formas de expressão são o ensaio e a doutrina esotéricos. A filosofia deve ser entendida como representação da verdade e não simplesmente como guia de conhecimento; deve apresentar-se tal como nos “tratados teológicos”, cuja forma canônica é “citação autorizada”; implica numa contemplação “sem intenção” dos objetos em suas diferentes significações, tal como num “mosaico”. Por outro lado, as idéias de *verdade e saber* também se distinguem: - “a especificidade do objeto do saber é que se trata de um objeto que precisa ser apropriado na consciência”; inversamente, “o método ... é para a verdade representação de si mesma e portanto, como forma, dado juntamente com ela. Essa forma não é inerente a uma estrutura da consciência, (...) mas a um Ser”¹⁶. Estas especulações remetem diretamente à “doutrina platônica das idéias”, para a qual também o objeto do saber - o particular - não coincidia com a verdade - a unidade.

Com efeito, seguindo os passos desta doutrina, WB afirma: - “Como unidade no *Ser* (gn) e não como unidade no *Conceito* (gn), a verdade resiste a qualquer interrogação. Enquanto o conceito [*Begriff*] emerge da espontaneidade do entendimento [*Verstand*], as idéias se oferecem à contemplação. As idéias são preexistentes. A distinção entre verdade [*Wahrheit*] e a coocorrência do saber [*Wissen*] define a idéia como Ser [*Sein*]¹⁷. Ainda na linha de defesa das idéias contra os conceitos, WB argumenta: - “Nas grandes filosofias, o mundo é representado na ordem das idéias. O universo conceitual em que isso ocorreu deixou, há muito, de ter qualquer solidez”¹⁸. Em outras palavras, a filosofia não deve ser confundida com a ciência: a primeira opera com idéias, a segunda com conceitos; não obstante, eles não se opõem: os conceitos submetem os fenômenos, mas “a redução dos fenômenos por meio das idéias se efetua ao mesmo tempo que a representação das idéias por meio da empiria”¹⁹.

É como se houvesse uma hierarquia nas dimensões do conhecer: num grau inferior estava a empiria dos fenômenos, num grau intermediário os conceitos do entendimento, num grau superior as idéias. Estas não se encontram nos fenômenos, mas pode dar conta deles através dos conceitos, cuja função mediadora é a de atualizar as idéias, dando-lhes outras configurações; as idéias são a “interpretação objetiva” dos fenômenos, porém, são também “constela-

ções temporais” e a sua essência não é acessível à intuição, nem à razão. Além disso, não se chega à verdade através dos conceitos que expressam sempre alguma intencionalidade; porque “a verdade é uma essência não-intencional formada pelas idéias. (...) A verdade é a morte da intenção”²⁰. Então, o que é a verdade e qual a sua natureza? Na perspectiva filosófica de WB, “o ser livre de qualquer fenomenalidade, no qual reside exclusivamente essa força [que determina a força da empiria] é o *Nome* (gn). (...) A idéia é algo lingüístico, é o elemento simbólico presente na essência da palavra”²¹. Na verdade, trata-se aqui da “nomeação adamítica”, uma reminiscência voltada para a percepção original, a rememoração da condição paradisíaca, não da linguagem desviada, travestida e vulgar da “nomeação significativa”, cuja função é meramente comunicativa. Dessa maneira, as essências que se expressam no Nome e que podem se rememoradas são auto-suficientes: - “Cada idéia é um Sol ... A verdade é o equilíbrio tonal dessas essências. A multiplicidade que lhe é atribuída é finita”²². Em suma: as idéias são *mônadas*, exprimem o todo numa essência singular: - “A idéia é mônada, nela reside, preestabelecida, a representação dos fenômenos, como sua interpretação objetiva. (...) A idéia é mônada (...) cada idéia contém a imagem do mundo”²³.

Esclarecidos assim os pressupostos epistemológicos que fundamentam a concepção da história de WB, podemos então retornar à análise e ao comentário das *Teses de 1940* que havíamos interrompido.

A 2ª Tese vem abordar aquilo que acreditamos ser crucial no pensamento de WB: a questão da felicidade, um problema filosófico por excelência. Se é verdade, como afirma Lotze, que é próprio da alma humana, não apenas o egoísmo, mas também “uma ausência de inveja de cada presente com relação a seu futuro”, disso tira WB a conclusão de que aquilo que se entende como sendo a felicidade está diretamente envolvido pela cultura de uma certa época e lugar; então, a felicidade está inscrita em cada presente como possibilidade ou promessa. A “imagem da felicidade, assim como a “imagem do passado” encontram-se “indissolúvelmente” atadas à “imagem da salvação”: - “O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele para a redenção”. E eis que se revela a profecia: “existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa” e cada uma delas foi dotada de “uma *frágil forma messiânica* para a qual o passado dirige um apelo”. Enfim, se o presente ainda é marcado pela queda, pela catástrofe, pela degeneração da experiência, pelo *taedium vitae*, pelo desespero, há no passado originário as reminiscências que salvam e redimem. Cabe ao historiador portanto “apropriar-se das ruínas de

um passado que é caos, catástrofes, rupturas, com o olhar da atualidade que vê o perigo e a urgência da ação”²⁴. A *Eingedenken* é o que permite pensar o passado sem referi-lo ao tempo linear e aí a história é tomada como atualização da tradição. Nessa visão messiânica da história, o passado já está predestinado a ser decifrado no futuro, onde a tradição conquista autoridade.

A 3ª Tese coloca em pauta a figura do narrador-cronista, aquele que “narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, [que] leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido pela história”.

Há um texto de WB conhecido como “O Narrador”, onde ele tece considerações sobre a obra de um escritor russo chamado Nikolai Leskov, que mostra bem a transformação sofrida pela arte de narrar, de extrema importância para a história, e que deu surgimento ao romance moderno. WB admite que “a arte de narrar está em vias de extinção”²⁵ e com ela “a faculdade de intercambiar experiências”²⁶. Na realidade, a experiência transmissível é a matéria-prima de todos os narradores, isto é, principalmente os viajantes e os conhecedores da tradição. É da natureza da *narrativa* um aguçado senso prático, que se exprime na sua dimensão utilitária: a narrativa se apoia numa certa sabedoria, que lhe permite aconselhar; ela revela sempre um ensinamento moral, ou uma sugestão prática, ou um provérbio, ou mesmo uma norma de vida. Contudo, como diz WB: “a arte de narrar está definhando porque a sabedoria, o lado épico da verdade, está em extinção”²⁷. Com o enfraquecimento da narrativa, impossibilitada pela cultura e o modo de viver modernos, aparecem a imprensa e o romance. O romancista não exerce a sua arte a partir da *Erfahrung*, mas da sua própria *Erlebnis*: - “a origem do romance é o indivíduo isolado” e “o romance anuncia a profunda perplexidade de quem o vive”²⁸. Por outro lado, a imprensa também constituiu um fator desagregador da narrativa: ao contrário desta, a imprensa valoriza mais a informação de acontecimentos próximos em detrimento do longínquo; além disso, a imprensa exige a verificação imediata das informações, ao passo que à narrativa “é indispensável que a informação seja plausível”²⁹.

Há um gênero particular de narrativa que se liga diretamente ao nosso tema: é a crônica historiográfica. A única diferença que separa o *cronista* do *narrador* é que o primeiro lida com a história sagrada e o segundo com a história profana. Não obstante, “o cronista é o narrador da história. ...O historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira os episódios com que

lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo³⁰. Esta última atitude seria tanto mais ineficaz, porque “o curso escapa a qualquer categoria verdadeiramente histórica³¹. Não há para o cronista um futuro a ser previsto.

A 6ª Tese trata propriamente da reminiscência e da tradição: invocar o passado é “apropriar-se de uma reminiscência” no espaço de um raio num momento de perigo e fixá-lo no “sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso”. Em outras palavras, o materialismo histórico deve também apropriar-se da tradição: “é preciso arrancar a tradição ao conformismo”, pois o Messias - a idéia que relampeja no agora - não é somente o “salvador”, mas também é “o vencedor do Anticristo” - o nazi-fascismo.

A 9ª Tese é aquela que nos parece mais significativa para caracterizar a visão messiânica da história de WB. Há nela uma epígrafe do seu amigo judeu Gershom Scholem na qual um anjo gostaria de querer para trás, visto que aí sentir-se-ia mais feliz do que “se permanecesse imerso no tempo vivo”. No próprio corpo desta Tese, há uma interpretação sobre um quadro de Paul Klee chamado *Angelus Novus*, o “anjo da história”; ele tem uma aparência de perplexidade, está com os olhos voltados para o passado e, no estender-se desse olhar, apenas vê as ruínas de uma só catástrofe (*Shoah*). O anjo da história queria “acordar os mortos e juntar os fragmentos”; porém, isto lhe é impossível, pois uma “tempestade” chamada “progresso” que “sopra do Paraíso” e “o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, não o permite”.

Certamente que tal alegoria pode receber muitas interpretações; não obstante, podemos aqui aventar algumas hipóteses trazidas também pelos seus comentadores. O *Angelus Novus* parece identificar-se com o historiador que deseja resgatar o passado profético; a sua felicidade paradisíaca da qual se afasta cada vez mais, tornara-se queda, catástrofe, ruína; a ele portanto caberia a tarefa messiânica de libertar o passado desde o “agora” (*Jetztzeit*) enquanto origem e abertura. O *Angelus Novus* é alguém que desespera do progresso e tal desespero é o produto de um choque existencial. Rouanet, em especial, levantou a possibilidade de que o *Angelus Novus* se identificasse com o *Édipo-Rei* de Sófocles; pois, segundo ele, ambos refletiriam a ambigüidade da cultura: ao mesmo tempo que apontava para o real e prometia a plena realização do particular, por outro lado, apresentava uma dimensão desrealizante voltada para o imaginário e que nulificava o particular. Ainda de acordo com Rouanet: - “Como jogador, o *Angelus Novus* aposta na utopia: aventura desespetada, su-

jeita a todos os riscos, cuja regra única é tudo ou nada e que pode desembocar na redenção ou na catástrofe”³².

A 14ª Tese traz um aspecto bastante relevante da teoria do conhecimento que permite esclarecer a visão benjaminiana da história. Ela vem acompanhada da significativa epígrafe de Karl Kraus que diz: - “A origem é o alvo” (*Ursprung ist das Ziel*). Aí aparece uma concepção da história que se dá, não num tempo vazio e homogêneo como era para o historicismo, mas num “tempo saturado de *agoras*”. Havia sido num “agora” que se dera a Revolução Francesa, um evento de tal importância que rompeu e “fez explodir o *continuum* da história”, e, no entanto, ela fora também “um salto de tigre em direção do passado”, evocando assim a história antiga de Roma para ilustrar as suas conquistas. A Revolução Francesa fora um “salto” (*Sprung*) dirigido pela “classe dominante”; agora, o presente solicitava novamente “o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx”. A 15ª Tese é uma ratificação da anterior, mas acrescentava ainda: - “A consciência de fazer explodir o *continuum* da história é própria às classes revolucionárias no momento da ação”; o exemplo é ainda o que ocorreu durante a Revolução Francesa, quando relógios foram destruídos pelos trabalhadores e se substituiu o calendário.

Esse *Jetztzeit* benjaminiano apresenta efetivamente muitas feições: ele é o ato revolucionário do proletariado que salva o passado e o futuro; ele é o Messias de braços com o acaso; ele é o momento da salvação (*Rettung*), que exige a destruição do mito do progresso e representa a possibilidade do esquecimento e da emergência de uma história primordial (*Urgeschichte*); ele pode ser enfim uma mônada-imagem-do-mundo e o lugar onde se dá a repetição do arcaico na aparência do novo, ou seja, um momento profético³³. Por outro lado, enquanto algo que se contrapõe à noção de progresso, esse “agora” pode ser entendido ademais como o puxar os freios da “locomotiva da história”³⁴. Num sentido próximo, o “agora” é passível de ser interpretado, não somente como um “presente inovador [que] interrompe o contínuo da história”, mas ainda como “a iluminação profana causada pelo choque”, porque “a expectativa do novo que o futuro oferece só se cumpre através da rememoração de um passado redimido”³⁵.

A 16ª Tese, que já comentamos anteriormente a propósito do historicismo, reitera a necessidade de “fazer saltar pelos ares o *continuum* da história”. A 17ª Tese que, pela mesma razão já abordamos, apresenta contudo uma informação essencial para a compreensão do conceito que WB faz da história. Diz o

texto: - “Pensar não inclui apenas o movimento das idéias, mas também a sua *imobilização* (gn)”. Quando o pensamento pára bruscamente numa *configuração saturada de tensões* (gn), ele lhe comunica um *choque*, através da qual essa configuração se cristaliza enquanto *mônada* (gn). O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto *mônada*. Nessa estrutura, ele reconhece uma *imobilização messiânica dos acontecimentos* (gn), ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de luta por um *passado oprimido* (gn)”

Se esta Tese devesse receber um título, poderíamos chamá-la de “dialética em paralisia”, ou seja, “a fulgurante conjunção constelacional do pretérito com o agora”; pois, em se tratando de uma imagem dialética cristalizada, não estabelece uma vinculação de caráter temporal entre o passado e o presente, mas uma vinculação “imagética”: - “Só imagens dialéticas é que são imagens autenticamente históricas, isto é, não arcaicas”³⁶. Por outro lado, a propósito da ejeção do objeto histórico do contínuo temporal enquanto *mônada*, por causa disso mesmo, ele se representará aí “a própria pré-história, bem como a história posterior”³⁷, e com isso, executando uma ação explosiva daquele *continuum*. Na verdade, tal explosão pode ser vista como “uma interrupção messiânica do devir”³⁸. Numa outra leitura, esses lampejos monadológicos como “fragmentos do pensamento” são os que irrompem na história com uma “força transcendental”, ao mesmo tempo que testemunham o desespero com o presente, pois “a consistência da verdade (...) se perdeu”³⁹. Numa outra interpretação ainda, esse “dinamitar o *continuum* histórico”, que é correlato do choque existencial e da “imobilização messiânica dos acontecimentos”, faz que estes deixem de ser história para ser natureza, garantindo assim a objetividade dessa perspectiva⁴⁰. Com relação às configurações dialéticas, elas se mostram como aquilo que torna viável a decifração da utopia e remete a uma visão da história na qual a salvação do presente já estaria inscrita no passado; ou seja, um salvação do novo inscrita no sempre-igual e que aponta para a gratificação e para a felicidade. Então, essa dialética do novo e do sempre-igual significa finalmente “regressão à origem e antecipação da utopia - o presente como repetição do passado, o arcaico com a dupla face do destino: retorno do recalado e promessa de felicidade, um reviver do já vivido, além dos horrores do tempo cíclico”⁴¹.

Encontramos espalhados em outros escritos de WB elementos preciosos que nos ajudam a pensar o que ele quer significar com a proposta de extrair do contínuo histórico tais configurações monadológicas e messiânicas. Um exem-

plo disso é o personagem do “coleccionador”, que retira as coisas do circuito das mercadorias. Segundo este texto, a arte de coleccionar suscita “lembranças”, e o impulso que move o coleccionador a adquirir o novo é na verdade “renovar o mundo velho”, visto que seu interesse nos objetos é guardá-los e contemplá-los de outro ponto de vista que não o do consumidor utilitarista.

Um outro aspecto relevante dessa ruptura da linearidade do tempo encontramos-na no seu carácter destrutivo. Diz WB que “o carácter destrutivo só reconhece um lema, criar espaço; só [reconhece] uma atividade, despejar”. E acrescenta, então, uma série de atributos que pertencem a tal sujeito: - “O carácter destrutivo é jovial e alegre, (...) está sempre trabalhando de ânimo novo, (...) não idealiza imagens, (...) faz o seu trabalho evitando apenas o criador, (...) é um sinal, (...) não está nem um pouco interessado em ser compreendido, (...) é o adversário do homem-estorjo, (...) está no *front* dos tradicionalistas, (...) tem a consciência do homem histórico, cujo sentimento básico é uma desconfiança insuperável na marcha das coisas e a disposição com que, a todo momento, toma conhecimento de que tudo pode andar mal; por isso o carácter destrutivo é a confiança em pessoa, ...não vê nada de duradouro... Já que vê caminhos por toda parte, está sempre na encruzilhada, (...) não vive do sentimento de que a vida vale ser vivida, mas que o suicídio não vale a pena”⁴².

Na última das *Teses de 1940*, WB indica o que, no seu entendimento, é o universo do *agora*, e esclarece: - “O «agora», que como modelo messiânico abrevia num resumo incomensurável a história de toda a humanidade, coincide rigorosamente com o lugar ocupado no universo pela história humana”. Esse tempo correspondente à história humana não era nem vazio nem homogêneo; pelo contrário, estava prenhe de imagens proféticas de salvação e de redenção: - “cada segundo era a porta aberta pela qual podia penetrar o Messias”⁴³.

Um dos mais ilustres comentadores de WB no Brasil nos servirá aqui para resumir, em largos traços, aquilo que temos indicado como sendo a concepção messiânica da história desse pensador trágico. Segundo Rouanet, tal visão particular da história significa:

1º - “o fluxo que precisa ser imobilizado, o *continuum* cujas conexões têm de ser desfeitas para que os agoras aprisionados no passado possam libertar-se;

2º - “memória e experiência, passado individual e tradição, ameaçados de perder-se em consequência da generalidade das situações de choque;

3º- “a interpretação do novo e do sempre-igual, e a de uma dupla temporalidade, a messiânica e a diabólica;

4º- “origem, expressa a língua adamítica, e antecipação da língua pura, reino da verdadeira mimesis”⁴⁴.

Tal exposição, nos parece, não trai aquela idéia do jovem WB, quando, no seu escrito “A Vida dos Estudantes”, indicara a tarefa do historiador: - “Transformar o estado imanente de plenitude de forma pura em estado absoluto, torná-lo visível e soberano no presente, eis a tarefa histórica. Contudo, esse estado não pode ser expresso através da descrição pragmática de pormenores (instituições, costumes etc.), da qual ele se furta, mas só pode ser compreendido em sua estrutura metafísica, como o reino messiânico ou a idéia da Revolução Francesa”⁴⁵.

Notas

1. in Willy Bolly, p.151
2. Ver WB1, “Sobre o Conceito de História”, Tese 5, p.224
3. Cf. Kátia Muricy, Revista Gávea, N°3, p.73
4. Cf. Michel Lowy, 1900, p.189
5. WB1, Sobre o Conceito de História, Tese 16, pp.230-231
6. WB1, Sobre o Conceito de História, Tese 17, p.231
7. *ibid.*, Apêndice 1, p.232
8. Charles Baudelaire, As Flores do Mal, pp.344-345
9. WB3, p.51
10. WB3, pp.74-75
11. *ibid.*, pp.78-79
12. *ibid.*, p.94
13. WB3, p.154
14. Cf. Rouanet, 1990, p.51
15. Cf. Rouanet, 1990, p.51
16. WB, Origem do Drama Barroco Alemão, pp.51-52
17. *ibid.*, p.52
18. *ibid.*, p.52
19. *ibid.*, p.56
20. *ibid.*, p.58
21. *ibid.*, pp.58-59
22. *ibid.*, pp.59-60
23. *ibid.*, p.70
24. Kátia Muricy, Revista Gávea, N°3, p.75
25. WB1, p.197
26. *ibid.*, p.198

27. *ibid.*, pp.200-201
28. *ibid.*, p.201
29. *ibid.*, p.203
30. *ibid.*, p.209
31. *ibid.*, p.210
32. Rouanet, 1990, p.174
33. Cf. Kátia Muricy, Boletim da ANPOF, N°8
34. Cf. Löwy, 1992, p.
35. Habermas, 1990, p.23
36. Cf. Kothe, p.15
37. *ibid.*, p.17
38. Cf. Löwy, 1992, p.
39. Cf. Hannah Arendt, pp.166-167
40. Cf. Rouanet, 1990, p.
41. *ibid.*, p.102
42. WB2, pp.235-237
43. WB, Sobre o Conceito de História, Apêndice 2, p.
44. Rouanet, 1990, p.172
45. *apud* Willy Bolly (org.), p.151

Bibliografia

- ARENDAI, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. S. Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1989
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas* (3 Vols.- WB1-WB2-WB3). S. Paulo: Ed. Brasiliense, 1985
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. S. Paulo: Ed. Brasiliense, 1984
- BENJAMIN, Walter. "A vida dos estudantes" in: Willy Bolly, *Walter Benjamin*. S. Paulo: Ed. Cultrix, 1989
- BENJAMIN, Walter. "The Task os the Translator" In: *Illuminations*. Suffolk, England: Fontana & Collins, 1982
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. S.Paulo: Ed. Perspectiva, 1994
- HABERMAS, Jürgen. *Discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990
- KONDER, Leandro. *Walter Benjamin. O Marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988
- KOTHE, Flávio (org.). *Walter Benjamin*. In: *Coleção grandes cientistas sociais*. S.Paulo: Ed. Ática, 1989
- LÖWY, Michel. *Romantismo e messianismo*. S.Paulo: Ed. Perspectiva, 1990
- LÖWY, Michel. "A Escola de Frankfurt e a Modernidade". In: *Estudos CEBRAP-32*. S.Paulo: Ed. CEBRAP, 1992 (março)
- MCCOLE, John. *Walter Benjamin and the Antinomies of Tradition*. Cornell University Press, 1993
- MURICY, Kátia. "Crítica da cultura e história em W. Benjamin e F. Nietzsche". *Boletim da ANPOF, N° 8*
- MURICY, Kátia. "Tradição e barbárie em Walter Benjamin". In: *Revista Gávea, N° 3* OSBORNE, Peter. "Vitórias de pequena escala e derrotas de grande escala: a política do tempo de

- Walter Benjamin". In: Andrew Benjamin & Peter Osborne [orgs.], *A Filosofia de Walter Benjamin. Destruição e experiência*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997
- PROUST, Françoise. *L'Histoire à contretemps. Le temps historique chez Walter Benjamin*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1994
- ROUANET, S.P. *As razões do iluminismo*. S.Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1982
- ROUANET, S.P. *Édipo e o anjo. Itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2ª ed., 1990
- SCHOLEM, G. "Walter Benjamin and his Angel". In: Gary Smith, *On Walter Benjamin*. Massachusetts Institute of Technology Press, 1991
- SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2ª ed., 1986

Resumo

Este texto apresenta a visão messiânica da História de Walter Benjamin como ponto de interseção da tradição judaica e do marxismo, na qual se inscrevem uma concepção da modernidade que inclui tanto a consciência da dor e a promessa de libertação e ainda uma visão do tempo como ruptura e descontinuidade.

Palavras-chaves

Walter Benjamin (1892-1940), Filosofia da História, Marxismo, Messianismo, Tempo.

Abstract

This text comments on the Walter Benjamin's messianic view of History as a point of intersection that includes in itself the conscience of pain and also the conscience of one promiss of freedom, and besides this, shows his conception of time as broken and discontinuous

Key-words

Walter Benjamin (1892-1940), Philosophy of History, Marxism, Messianism, Time.

MOTIVAÇÃO

Instrumento no processo de ensino

Eduardo Amazonas de Figueiredo

Introdução

Este artigo, originalmente, foi escrito como parte de uma monografia e apresentado em uma das cadeiras do curso de Mestrado.

O objetivo ao transcrevê-lo como artigo foi unicamente provocar o debate do tema. É sabido que nós, professores, terminamos por nos dedicar tanto às nossas próprias disciplinas, que deixamos de lado os conteúdos ligados à Didática, nosso instrumento de trabalho em sala de aula. É importante, entretanto, em alguns momentos, desviar nossa atenção da problemática que envolve a Educação, para não nos perdermos de nosso objetivo maior e acabarmos apenas transmitindo informações, como meros repetidores de diversos autores.

A análise da relação existente entre a motivação e a eficácia do alunado levou-nos à conclusão empírica de que esta relação, além de existir, é diretamente proporcional, e por isso resolvemos aprofundar nossos estudos de forma mais científica. É importante analisar, contudo, que nossa pesquisa tem como objeto de estudo o ser humano, portanto, baseia-se na interpretação e apresenta um alto nível de subjetividade. Tentamos criar condições para diluir o subjetivo, calcando nossas conclusões em vasta bibliografia.

O significado de motivação tem grande relação com sua origem etimológica. A palavra é derivada do latim *movere, mover* e segundo Maximiano: "indica um estado psicológico caracterizado por um elevado grau de disposição ou vontade de realizar uma tarefa ou perseguir uma meta."¹

Embora, estudada por teóricos ligados a diversas correntes, todos usam este significado como ponto de partida para desenvolverem suas teorias.

Para entendermos bem o estudo das motivações é necessário seguir o caminho traçado por Farias em seu livro "*Chefia e Liderança*", onde encontramos o seguinte:

O homem é um animal permanentemente insatisfeito, lutando sempre para conseguir algo mais que julga imprescindível à sua satisfação e, quando consegue o que persegue, logo encontra imediatamente outra necessidade que a substitui. Somente em situações muito especiais e num lapso de tempo bem limitado considera-se satisfeito. É, na maioria das vezes, um desajustado que busca novas respostas aos seus anseios.²

Pascal, em sua teoria, afirmava que, nós não buscamos as coisas, mas a busca das coisas, com isto queria dizer que nosso desejo ou necessidade era a luta e não um objeto específico, portanto, podemos afirmar que os objetos seriam apenas as desculpas que damos para a disputa que travamos com o meio, com o tempo, com o outro e conosco para termos nossas necessidades satisfeitas.

Para os psicólogos, o estudo da motivação tem grande importância para a compreensão do comportamento do homem. As fontes motivacionais são tantas que abrangem tudo o que o homem faz. Os fenômenos motivacionais incluem desde os comportamentos que parecem guiados pelo funcionamento biológico do organismo, como comer, beber, etc. até aqueles que resultam de necessidades, anseios, desejos, aversões, propósitos, interesses, etc.

Os trabalhos do Neurofisiólogo (Lashley) e dos etnólogos (Lorenz e Tinbergen) demonstraram que o comportamento do homem depende de modificações internas (endócrino-neurológicas) e de excitantes externos (meio ambiente) que atuam sobre o cérebro. A modificação orgânica produzida por tais estímulos, cria um estado de tensão que, por sua vez, determina o comportamento. Por isso, considera-se a motivação, o primeiro elemento da conduta; é ela que põe em movimento o organismo, persistindo até reduzir-se a tensão. Porém, é importante, destacar, que na origem de nossas condutas, não atua somente uma causa, mas todo um conjunto indissolúvel de fatores, conscientes e inconscientes, fisiológicos, intelectuais e sociais, que atuam dentro de um sistema de interação recíproca. As condições orgânicas agem sobre o psiquismo, mas este é capaz de influenciar o corpo; por outro lado, o psiquismo está na estreita dependência dos fatores culturais e sócio-educativos.

Resumindo, a motivação é um conjunto de fatores dinâmicos e complexos que acabam por determinar toda a conduta de um indivíduo.

A psicologia e a motivação

Veremos como a motivação é vista por diversos teóricos ligados à Psicologia e como esses estudos facilitaram a compreensão da relação existente entre essa e a produtividade.

Maslow considera que seres humanos têm necessidade que vão desde as fisiológicas ou de auto-conservação, passam pelas de segurança, de amor e de estima, até às de auto-realização. Para ele auto-conservação e a segurança podem ser apontadas como motivações primordiais, pois trata-se da satisfação de necessidades básicas. Um lar, alimentação, calor, abrigo e amparo são algumas dessas necessidades básicas. Somente quando estas coisas já existem, é que o homem procura encontrar um lugar fixo na comunidade. Mais tarde ambicionará um status mais elevado na hierarquia social e, finalmente, como forma mais alta e expressiva da auto-realização, buscará exercer poder e influência. Classificando-as, coloca as primeiras como “inferiores” e as últimas como “as mais elevadas”.

Maslow considera a auto-realização como a realização máxima do indivíduo já que ser humano ansia por aproveitar o máximo de sua potencialidade. Ele afirmava, que o homem tem “o desejo de se tornar cada vez mais o que se é, de tornar-se tudo o que se é capaz de ser”³ e sua pirâmide é construída com o intuito de demonstrar graficamente esta progressão. O sentido de saturação de uma necessidade para priorizar a seguinte, no entanto, foi o ponto criticado por outros teóricos que consideravam que as buscas eram simultâneas.

As teorias motivacionais de Argyris destacam os aspectos dinâmicos do desenvolvimento psicológico do homem. Ele postula que o indivíduo evolui de passivos dependentes quando crianças para ativos e independentes quando adultos.

Educadores inspiram-se em Argyris para compreender o desenvolvimento geral do indivíduo e fazer com que o sistema motivacional possa complementar os impulsos psicológicos da pessoa em desenvolvimento, ou seja, tentar facilitar ao adulto a satisfação da necessidade de auto-realização através do projeto educacional.

Monsen, Saxberg e Sutermeister abordam a teoria da motivação, identificando as fontes de pressões sobre os seres humanos e deduzindo nas implica-

ções em termos de respostas. As pressões são classificadas como o impulso de realização da personalidade humana e como forças ambientais exercidas pelos grupos. As pressões a reagir às influências pelos grupos externos maiores, também motivam e o processo educacional é considerado o transmissor de valores e normas culturais aprovados que irão elevar o nível de aspiração da comunidade, contribuindo, assim para as necessidades de realização.

Motivação e necessidade

Como já vimos o homem luta para satisfazer suas necessidades, mas o que vem a ser necessidade e como ela influencia o comportamento dos seres?

Kolasa em seu livro *Ciência do Comportamento na Administração* coloca o seguinte:

As necessidades constituem um início adequado no que diz respeito à motivação, ... é o ponto de partida. Uma necessidade é a carência ou um déficit de alguma coisa dentro do sistema ou organismo. Quando uma carência ou déficit surge no indivíduo, tem-se a origem de uma cadeia de acontecimentos ... O organismo que sente uma necessidade não se empenha em comportamentos erráticos ou em atividades não dirigidas - empreende ações destinadas a alcançar o alvo. Atingir essa meta satisfaz a necessidade, completando o mecanismo da motivação.⁴

No momento em que ocorre a necessidade, o organismo fica em desequilíbrio, portanto, o mecanismo da motivação seria um movimento em busca do equilíbrio orgânico.

Classificação das necessidades

Hersberg classificou as necessidades em duas categorias: as de manutenção e as de realização. A primeira categoria engloba os fatores higiênicos que satisfazem necessidades que quando não são atendidas causam a diminuição da produtividade, do interesse do aluno, acarretando prejuízos à sociedade

como um todo. Nesta categoria estão inclusos o salário (no nosso caso, do responsável), a segurança, as condições ambientais de moradia e outros fatores ligados diretamente à manutenção e ao bem-estar físico do homem, que embora, não estimulem uma produtividade além dos índices normais, quando ausentes ou precariamente satisfeitos, diminuem estes índices.

Na segunda categoria encontramos os fatores motivacionais, que englobam as necessidades de reconhecimento e de crescimento profissional e portanto, são fontes de estímulo elevando a produtividade além dos índices normais. Estes fatores aparecem quando ocorre o incentivo.

Maslow, por sua vez, hierarquiza as necessidades em cinco categorias, afirmando que as ações do homem são conseqüências dessas e que são elas que geram tensões nervosas que serão aliviadas a partir do movimento. Para ele toda necessidade, ao ser satisfeita, deixa de ser uma fonte de motivação.

Ele estabelece, ainda que o homem só se conscientiza da presença de uma necessidade quando outra de maior prioridade já foi satisfeita.

Morris Vitelis também separa as necessidades em duas categorias: as primárias e as secundárias. As primeiras são as necessidades universais, mais ligadas ao lado animal do que ao humano. Seriam ligadas ao que chamamos de instinto.

As últimas traduzem necessidades da mente e do espírito, mais do que do corpo. O atendimento destas necessidades é mais complexo.

Necessidades e educação

Como a educação interage com as necessidades? Pelo que foi exposto até agora, a satisfação das necessidades nos parece uma questão distante da criança; porém o que é o sugar do bebê, senão a satisfação da fome?

A formalidade da educação surge exatamente porque o homem ao tentar satisfazer suas necessidades produz os meios para essa satisfação transformando assim o mundo natural e a si mesmo. O aperfeiçoamento dessa atividade, contudo só é executável pela transmissão dos conhecimentos adquiridos. É a educação que mantém viva a memória de um povo e dá condições para sua sobrevivência.

A necessidade e educação estão intimamente ligadas, como nos diz o texto sobre o conceito de desabrochar, retirado do livro *"A Mistificação Pedagógica"* de Bernard Charlot:

O pensamento pedagógico comum considera, mais ou menos implicitamente, que a educação deve permitir à criança realizar-se, desabrochar, tornar-se plenamente ela mesma. Desabrochar! Pensamos ter dito tudo, ser modernos e liberais, quando proferimos essa grande palavra. Mas o que é que isso quer dizer, desabrochar? É nos sentirmos bem em nossa pele, no trabalho, nas relações com os outros? Mas não podemos então, falar de desabrochamento sem levar em consideração a realidade econômica, social e política. Não desabrochamos no abstrato. Sentimo-nos bem ou mal neste ou naquele tipo de situação e de relação, e o desabrochamento pressupõe condições concretas e sociais de realização. Não desabrocho quando trabalho na linha de montagem, num compasso infernal, numa fábrica barulhenta, desumanizada, fria e fétida. Não desabrocho quando devo suportar todo dia os humores de um chefe de escritório atrabiliário. Não desabrocho quando estou fechado numa escola-caserna sem interesse. Não desabrocho quando devo suportar cotidianamente as gritarias de meus quatro filhos num apartamento de sala e quarto. Mas desabrocho quando faço um trabalho que me interessa, quando encontro pessoas que me agradam, quando tenho tempo para me dedicar a meus filhos num ambiente agradável. Quando apenas nos contentamos em falar de desabrochamento, somos vítima de um dos conceitos mais ideológicos que a pedagogia jamais produziu.⁵

Educação e pedagogia

No período colonial, os jesuítas não procuraram buscar nas necessidades dos indígenas, a razão pela qual se interessariam em aprender o saber dos "brancos", por isso tiveram que subjulgá-los e exterminá-los sem contudo motivá-los. O padre José de Anchieta em uma de suas cartas para Portugal afirmou: "... e assim estes serão obrigados a fazer aquilo a que não é possível levá-los por amor.⁶ Neste trecho de carta, nos fica evidente a posição entre a indução autoritária (obrigados a) e a motivação (levá-los por amor), esta última como possibilidade única de promover a ação e a realização.

Nos períodos monárquicos e republicanos muitas leis foram feitas com o intuito de melhorar a educação, porém nenhuma lei foi capaz de mudar a realidade educacional que ao invés de buscar o interesse do alunado para basear seus objetivos, tinha como único intento transmitir e inculcar a ideologia da classe dominante.

Tendências na educação

a. Tradicional

A ênfase é dada a tudo que está acabado ou pronto para ser copiado. Os modelos, os especialistas, o professor (doutor do saber) são supervalorizados em detrimento ao aluno. Este apenas executa o que lhe é aconselhado ou imposto. Nesta tendência educacional não há espaço para a motivação, pois tudo é apresentado independentemente do interesse do educando. As informações devem ser fornecidas e assimiladas, jamais criticadas.

O homem nasce como tábula rasa e adquire ao longo da vida todo o conhecimento que precisa. Quando torna-se apto à realização, passa a repetir as informações recebidas àqueles que ainda não as têm.

No século XIX, com o desenvolvimento da Biologia, da Psicologia e da Sociologia, a escola tradicional passa a sofrer críticas por sua total falta de atenção às diferenças individuais do aluno e a busca de técnicas mais eficazes de aprendizagem. A rapidez com que o desenvolvimento acontece a partir de então, não permite uma escola voltada à transmissão de conhecimentos acumulados, do passado. É necessário preparar o homem para uma constante mutação.

b. Nova

Esta tendência surgiu no final do século XIX com o intuito de propor novos caminhos para a educação.

A motivação é o carro-chefe desta nova visão educacional, que está voltada para a problemática do ser único, diferenciado, vivendo e interagindo com um mundo dinâmico. Dewey, um dos principais representantes da Escola Nova dizia:

Obtém-se interesse, exatamente, não se pensando e não se buscando conscientemente consegui-lo; mas ao invés disto, pro-

movendo as condições que o produzem. Se descobrirmos as necessidades e as forças vivas da criança, e se lhe pudermos dar um ambiente constituído de materiais, aparelhos e recursos - físicos, sociais e intelectuais - para dirigir a operação adequada daqueles impulsos e forças, não temos que pensar em interesse. Ele surgirá naturalmente...⁷

O aluno deixa de ser objeto, para ser o sujeito do processo educacional e a partir daí é necessário, descobrir quais são as suas necessidades e estimular sua atividade própria.

O professor deixa de ser o doutor do saber e passa a ser o facilitador da aprendizagem. O conteúdo deve ser entendido e não decorado, mas como passa a ser escolhido em função dos interesses do alunado a tendência é que o aluno queira aprendê-lo.

c. Tecnicista

Nos anos 60 do nosso século, surge uma nova tendência educacional baseada no modelo empresarial, com o objetivo de adequar a educação às exigências que a sociedade industrial e tecnológica estabeleciam.

Novamente, a motivação, é colocada à parte, pois a ênfase é dada à necessidade empresarial de mão-de-obra qualificada para a indústria. O conteúdo passa a ser baseado em informações técnicas que sirvam à adaptação futura do trabalhador. O método usado para a transmissão dos conhecimentos segue a teoria de Taylor com a sua divisão de tarefas.

d. Progressista

A partir dos anos 70, surge a tendência progressista, que pretende, ao mesmo tempo, não permitir um saber abstrato, desvinculado do vivido, nem uma prática não inserida na experiência social global. Parte do pressuposto que não existe educação neutra. Não quer seguir a postura idealista, de ver na escola a solução dos problemas sociais, imaginando que só de estar na escola o indivíduo se livra das injustiças, também não se dispõe a cruzar os braços, almejam lutar por uma escola mais crítica, que faça mais do que criticar-reproduzir as desigualdades sociais.

A motivação aparece nesta tendência, porém ligada ao interesse do grupo social e não apenas ao do indivíduo.

A eficácia educacional e a motivação

“Você pode comprar o tempo de um homem; pode comprar a sua presença física em um dado lugar; pode até comprar um número medido de movimentos musculares especializados por hora ou por dia, mas não pode comprar entusiasmo. Não pode comprar iniciativa; não pode comprar lealdade; não pode comprar a dedicação de corações, mentes e almas. Você precisa ganhar essas coisas”.

Clarence Francis⁸

Citamos este argumento de Clarence Francis, para poder traçar um paralelo com a situação vivida no dia-a-dia de um educador. Principalmente, com aqueles que trabalham com enfoques mais tradicionais, que, constantemente, tentam “comprar” o entusiasmo do educando com “estrelinhas douradas”, com “medalhas”, com “carimbos”, etc, mas com certeza só o conseguem fazê-lo com aqueles que já encontram-se motivados, independentemente, dos “prêmios” a que farão jus. Aqueles que já não tinham interesse irão continuar desmotivados, passando pela vida escolar sendo “apontados” séric após séric, como o “pestinha”, o “aluno-problema” e um com número de títulos que os vão marginalizando e tirando-lhes quaisquer chances de participar de uma atividade preparada de acordo com seus interesses a fim de despertá-los. Sobretudo, porque, este processo é constante em todos os níveis escolares. Ao chegar no segundo grau, as instituições educacionais como um todo, assumem o papel de “comprador” de entusiasmo, com a promessa da aprovação no vestibular; como se elas pudessem determinar o interesse de cada aluno. Na realidade, este é um interesse social, e, na maioria das vezes, o indivíduo nem tem certeza de ser esta uma vontade sua ou do grupo ao qual pertence. Muitas vezes até, tem consciência plena de que não quer fazer uma faculdade e só o está tentando por imposição da família. Como então, fazê-lo estudar para algo que está tão distante de seus interesses e necessidades? E no terceiro grau, como acontece a “compra”? Ora, o aluno inscreve-se em um determinado curso por querer aprender algo a respeito da profissão que o interessa. Começa então a receber um arsenal de dados teóricos em total dicotomia com a prática profissional que enfrentará no futuro. O entusiasmo inicial vai então se dissipando, até que o sujeito passe apenas a querer formar-se e receber o diploma (instrumento da compra), para poder ingressar mediocrementemente no mercado de trabalho.

É fato que o ciclo motivacional é ininterrupto; é a busca constante do equilíbrio orgânico, que é quebrado, freqüentemente, por uma falta ou déficit (necessidade). É esta falta que nos leva a agir de um modo específico, com um propósito definido, na direção de um alvo determinado. Já vimos, anteriormente, que a compreensão da motivação do comportamento exige conhecimento das necessidades humanas, pois são estas que causam aquele. É preciso conhecer a teoria das relações humanas para entender o mecanismo gerador do ciclo motivacional e aplicá-lo no dia-a-dia da sala de aula. Isto porque a motivação proporciona a melhor fonte potencial de aumento de produtividade e rentabilidade, embora isto não signifique maior dispêndio de energia por parte do aluno, pelo contrário, as capacidades do educando serão usadas mais eficientemente com o mesmo ou até com menor dispêndio de esforço, o que por sua vez, levará a uma maior satisfação.

Apresentação da terminologia adotada

A importância de construirmos este mini-vocabulário, no início de nosso trabalho, origina-se no fato de certos termos terem variados significados. Conscientes de que em um trabalho científico devemos dar clareza ao leitor; para que o mesmo possa entendê-lo integralmente, optamos por esclarecer alguns termos por nós empregados em nossa explanação.

* Aprendizagem: "É um processo inteligente e seletivo; não consiste num encadeamento de reflexões ou numa reação cega e inconsciente a estímulos externos, mas é uma atividade consciente que implica sempre: compreensão da situação."⁹

É um processo dinâmico e auto-ativo, onde a motivação é necessária, por isso deve bascar-se nos interesses do aluno.

* Educação: É a influência que as gerações adultas exercem sobre as gerações mais jovens, com o objetivo de levá-las a desenvolverem-se - física, intelectual e moralmente - de acordo com as expectativas da sociedade ou dos grupos sociais dominantes. É universal, variando de sociedade para sociedade, de um grupo social a outro, segundo as concepções que cada qual tenha de mundo, de homem, de vida social e do próprio processo educativo.

* Eficácia: Está ligada aos objetivos e metas, preocupada com o resultado.

* **Eficiência:** Está ligada aos métodos, técnicas, normas, visando precisão, rapidez, menor esforço e custo reduzido na execução das tarefas.

* **Ensino:** É a transmissão de saber por meio de explicações orais, indicações de livros, etc. É empregada para auxiliar o aluno a realizar a aprendizagem por atividade própria e consiste no fornecimento de material sensível, de método seguro e rápido que dispense ao aluno esforços inúteis.

* **Impulso:** É o vigor com que uma resposta é dada em um comportamento motivado e é medido por sua velocidade e força. É um ativador da conduta que "deriva das necessidades biológicas do organismo da tendência para manter condições relativamente constantes de equilíbrio dentro do organismo e da estimulação em geral."¹⁰

* **Incentivação:** É o processo pelo qual se apresenta o incentivo a outrem.

* **Incentivo:** É um estímulo externo que induz uma pessoa a tentar fazer alguma coisa, ou lutar para conseguir algo.

* **Instinto:** Comportamento espontâneo, inato e invariável, comum a todos os exemplares de uma mesma espécie. ¹¹

* **Meta:** É o fim em cuja direção se dirige o comportamento motivado.

* **Motivação:** vide corpo do texto

* **Motivo:** É um estímulo interno que dirige o comportamento consciente a satisfazer a uma necessidade ou alcançar uma meta, é responsável por realçar os impulsos.

* **Necessidade:** vide corpo do texto

Notas

1. MAXIMIANO, A.C.A. *Introdução à Administração*. 2.ed. p.242. São Paulo: Atlas, 1985
2. FARIAS, A.N.de. *Chefia e Liderança*. 2.ed. p.105. Rio de Janeiro: Ed. Didática e Científica, 1991
3. KOONTZ, H. & O'DONNEL, C. *Princípios de Administração: uma análise das funções administrativas*. 13.ed. v.2. p.152. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982
4. KOLASA, B.J. *Ciência do Comportamento na Administração*. p.234. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978
5. ARANHA, M.L.de A. *Filosofia da Educação*. p.35. São Paulo: Ed. Moderna, 1989
6. PILETTI, N. *História da Educação no Brasil*. p.23. São Paulo: Ed. Ática S.A., 1990
7. ARANHA. op. cit. p.107
8. MEGGINSON, L.S. et alii. *Administração: conceitos e aplicações*. p.330. São Paulo: Ed. Harbra Ltda., 1986
9. MÜTSCHHELE, M.S. *Problemas de Aprendizagem da Criança*. p.7. São paulo: Edições Loyola, 1985
10. TELFORD, C.W. & SAWREY, J.M. *Psicologia: uma introdução aos princípios fundamentais do comportamento*. 4.ed. p.379. São Paulo: Ed. Cultrix, 1977
11. SILLANY, N. *Dicionário de Psicologia*. p.182. Larrousse do Brasil

Referências bibliográficas

- ARANHA, M.L. de A. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna, 1989
- BERGAMINI, C.W. *Psicologia Aplicada à Administração de Empresas: psicologia do comportamento organizacional*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1982
- BUFHA, E.S. *Administração da Produção*. v.2. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1972
- CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983. *Teoria Geral da Administração: abordagens descritivas explicativas*. 3.ed. v.2. São Paulo: McGraw-Hill, 1987
- FARACO, M.G. *Treinamento de Pessoal. (Manuals CNI)*. Rio de Janeiro: CNI, 1984
- FARIAS, A.N.de. *Chefia e Liderança*. 2.ed. Rio de Janeiro: Didática e Científica, 1991
- HALL, C.S. & LINDSEY, G. *Teorias da Personalidade*. São Paulo: EPU, 1973
- KOLASA, B.J. *Ciência do Comportamento na Administração*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978
- KOONTZ, H. & O'DONNEL, C. *Princípios de Administração: uma análise das funções administrativas*. v.2. 13.ed. São Paulo: Pioneira, 1982
- MARX, M.H. & HILJIX, W.A. *Sistemas e Teorias em Psicologia*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1973
- MAXIMIANO, A.C.A. *Introdução à Administração*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1985
- MEGGINSON, L.C. et alii. *Administração: conceitos e aplicações*. São Paulo: Harbra, 1986
- MINICUCCI, A. *Relações Humanas: psicologia das relações interpessoais*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1980
- MÜTSCHHELE, M.S. *Problemas de Aprendizagem da Criança*. São Paulo: Loyola, 1985
- PENTEADO, J.R.W. *Técnicas de Chefia e Liderança*. 6.ed. São Paulo: Pioneira, 1981
- PILETTI, N. *História da Educação no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990
- SEVERINO, A.J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 14.ed. São Paulo: Cortez, 1986 (Col. Contemporânea. Série Metodologia e Prática de Ensino)
- SILLANY, N. *Dicionário de Psicologia*. Larrousse do Brasil
- TELFFORD, C.W. & SAWREY, J.M. *Psicologia: uma introdução aos princípios fundamentais do comportamento*. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1977

THOMPSON, A. *Manual de Orientação para Preparo de Monografia*, destinado especialmente a bacharelados e iniciantes. Rio de Janeiro: Forense, 1987

WEIL, P. *Relações Humanas na Família e no Trabalho*. 35.ed. Rio de Janeiro:Vozes, 1980

WERNECK, T. e GRASSE, R. *Treinamento da Argumentação*. Rio de Janeiro:Ediouro, 1982

Resumo

A relação entre motivação e eficácia educacional deve ser encarada de frente pelos administradores educacionais, no momento de planejar e estabelecer o treinamento do seu corpo docente.

O *staff* de uma organização de ensino deve ter a possibilidade de conhecer e saber usar os recursos mais modernos, que estão disponíveis no mercado, a fim de criar um ambiente de aula eficaz. Além disso, é necessário, o incentivo de especializações e cursos diversos, que aumentem a cultura, tanto na própria área, do professor, quanto na área educacional.

Somente com um quadro de professores motivados, será possível criar um ensino que possibilite ao aluno realizar a aprendizagem.

Palavras-chaves

Motivo, aprendizagem e educação

Abstract

Educational administrators should face the relationship between motivation and educational efficiency when they plan and settle the training of their teaching staff.

The school teaching staff should be able to know and use the most modern resources available on the teaching market to create efficient school class. Besides, it's necessary to encourage specialties and various courses that give more culture to the teacher own speciality and educational area.

Only with motivate teachers will be possible to create a teaching that make students learn.

Key-words

Motive, apprenticeship education.

AS REIVINDICAÇÕES LIBERAIS: DA FISIOCRACIA À FISIOLOGIA

Algumas provocações a propósito da crise política e econômica do neo-liberalismo

Drauzio Gonzaga

É impressionante observar como as reivindicações liberais degeneraram, nos dois últimos séculos, do idealismo ingênuo dos fisiocratas para o oportunismo esperto dos fisiológicos. Ou em outras palavras: como passou rapidamente da *mão invisível* de Adam Smith para as muitas mãos visíveis do empresariado.

A primeira questão ligada às "teses" liberais - e que se devem colocar sempre para aqueles que buscam academicamente o seu entendimento - é que elas não constituem, em si mesmas, um corpo doutrinário dotado de consistência conceitual interna e capaz, por conseguinte, de demonstrar a verdade de seus postulados e de suas conclusões. Sintomaticamente, na sua sinuosa trajetória política ocidental, o liberalismo, desde as formas mais grosseiras até as simulações filosóficas mais sofisticadas, tem se reduzido a um repertório superficial de palavras de ordem sempre a favor dos descontroles da vida econômica e do livre curso dos interesses humanos no interior das instituições. Isto porque, no seu *status* de pura praticidade política, as propostas liberais só podem ganhar sentido e chegar à dimensão pública - às vezes, até mesmo ao debate universitário - em oportunidades conjunturais abertas por certas crises históricas do capitalismo: o excesso de corrupção do próprio estado burguês, a lupinidade da concorrência econômica, os abismos da estratificação abertos pela concentração abusiva do capital, o avultamento ameaçador da extrema pobreza, etc. Aí é a hora e a vez dos comandos práticos do liberalismo: a diminuição da participação do estado na vida social, liberdade para os agentes produtivos, menos impostos e encargos sociais para o capital! Nesta oportuna pauta de reivindicações está sempre espertamente emburido o pressuposto de que o capitalismo entrou em crise porque não soube ser integralmente capitalista. Deixou-se levar pela ideologia estatalista e pelas falsas idéias de justiça social! Tornemos o capitalismo ainda mais capitalista e tudo se resolverá! Ora, esquece-se que várias vezes o próprio estado burguês interveio na vida econômica da sociedade para corrigir os desequilíbrios da concorrência e or-

ganizar providencialmente a babel capitalista. Vide intervencionismo a partir da crise de 29.

O liberalismo não constitui um corpo teórico próprio porque as licenças e as recomendações que o configuram como ideologia não apontam para uma realidade em si sobre a qual se o pudesse conceituar positivamente. Vejamos. O conhecimento é sempre o conhecimento de alguma coisa. Ora, o conceito, embora se produza em contradição e negatividade com outros conceitos, ele aponta afirmativamente para um objeto, uma realidade positiva. Ao cabo de sua trama epistêmica, o intelecto construiu uma positividade "ontológica". Conhece-se necessariamente aquilo que é e jamais aquilo que não é. Muito bem. As propostas liberais, enquanto tais, se situam numa negatividade inteorizável filosoficamente: extinção ou minimalização do estado, descompressão educacional sobre o indivíduo, liberação tributária dos cidadãos em geral e dos empresários em particular, extinção de todo protecionismo e de toda regulamentação da concorrência, em suma, *deixar fazer, deixar passar!* Se não se conceitua filosoficamente a natureza destas coisas cuja liberação se recomenda, estas propostas não ultrapassam o estatuto de imperativos práticos, classicamente de uma prática da usura e do egoísmo. A expressão *deixar fazer, deixar passar* não constitui um conceito porque não aponta positivamente para nenhuma realidade; no máximo, recomenda um deixar-de-ser que não pensa teoricamente o objeto da desrepressão. Na ausência de teorias, as suspeitas de fisiologismo rondam e se avolumam.

Poder-se-ia objetar, dizendo-se que, como indica o próprio nome - liberalismo -, suas idéias remetem positivamente para o conceito de *liberdade* que estaria no fundamento desses imperativos. Mas é que a própria idéia de liberdade, na concepção liberal, recoloca o mesmo problema. Ela só é matéria filosófica na reflexão sobre aquilo para que se propõe a liberdade. O problema da liberdade, em suma, não está na própria liberdade, que formalmente não quer dizer nada, mas nos limites em que ela vai se dar e na legitimidade cultural e política da instância encarregada de traçar este limite. Nenhuma comunidade autorizaria, por exemplo, a livre prática de atrocidades anti-sociais.

Mas por que o liberalismo não produz os conceitos de sua própria prática e por que isto é eticamente problemático? Porque o conceito pensa o universal, o conceito opera na abstração sobre os particulares, produz racionalmente para além das motivações imediatistas e, portanto, para além das singularidades onde se aplicam necessariamente os interesses da vida prática. A ação liberal é o extremo oposto da contemplação intelectual. A *aposta* liberal está

sempre no desinvestimento daquelas instâncias que justamente representam a dimensão do universal na vida política e econômica, quer dizer, na desmontagem de todo plano corretivo e equilibrador das desigualdades sociais: o estado. Os móbeis particularistas da prática liberal só têm curso na ausência necessária de todo conceito e de toda universalidade. Desde Aristóteles, sabemos que não existe o pensamento da pura singularidade. A busca do conceito não é apenas um tentamen teórico mas também a busca de um princípio de universalidade na condução da vida ética. O pragmatismo da prática liberal é, pois, coerente com a sua nulidade epistêmica. Não é à toa que historicamente o liberalismo nunca foi defendido com entusiasmo por nenhuma classe social que não fossem as mais abastadas.

Mas como toda racionalização do interesse particular, o liberalismo invoca idéias universalistas. Classicamente, tomará de empréstimo ao pensamento fisiocrático e a Adam Smith, entre muitos outros, as legitimações teóricas para as suas investidas e investimentos no mercado. Mais precisamente, buscará a positividade filosófica que lhe falta enquanto pura bandeira política em toda uma constelação de princípios e idéias gerais que estiveram presentes na fundação ideológica da modernidade: o valor jusnaturalista da individualidade, a arbitrariedade e o relativismo convencionalistas que teriam instituído o estado e a sociedade civil; o hedonismo utilitarista e, finalmente, a coincidência e o equilíbrio pressupostos entre os egoísmos individuais e o interesse coletivo. Esclareça-se, no entanto, que todas estas idéias, inauguralmente inspiradas numa preocupação universalista com a vida, foram apropriadas pelo liberalismo já como perversão política. É claro que um tal uso só foi possível a partir das próprias fragilidades e até das tendenciosidades internas destas teorias, o que, no entanto, não compromete necessariamente o alcance filosófico e existencial dos seus conceitos. Sabe-se que a *Riqueza das Nações* de Adam Smith, por exemplo, só começou a repercutir quase uma década depois de sua publicação, em 1776, justamente quando empresários emergentes viram no livro um meio eficaz de combate ideológico às intervenções que o estado já ensaiava na vida econômica.

A exaltação do indivíduo como valor central da sociedade é filosófica e politicamente problemática. Filosoficamente, sabe-se que o processo da individuação do ser não pode se dar senão pelas diferenciações sucessivas que este ser experimenta em relação à espécie ou à totalidade substancial a que pertence. Quer dizer a *realidade* do indivíduo é sempre a de negação do gênero, literalmente uma degeneração, um abastardamento ontológico. É no necessá-

rio afastamento em relação ao ser genérico que a diferença e a pluralidade dos indivíduos se constituem. O processo de constituição da individualidade enquanto tal é, nesta perspectiva, um movimento progressivo na direção do não-ser. O reconhecimento do indivíduo se dá muito mais por força de uma sensação da diferença do que propriamente por uma intelecção da semelhança. A noção de indivíduo é essencialmente produzida a partir de um *continuum* de refrações em relação à forma universal do ser. O indivíduo se constitui *ontologicamente* por um afundamento abissal nas diferenças. Na sempre mal sucedida tentativa de inteligi-lo, as definições negativas se sobrepõem às definições positivas. No extremo ideal desta tendência, chega-se ao absurdo porque a pura diferença é a pura ininteligibilidade. Nesta medida, o individualismo também se coloca no problema filosófico de pretender conhecer o que a rigor não é. É no campo prático e existencial da ética e da política que eu devo compreendê-lo e reconhecê-lo na tragicidade do singular e jamais na equivocada tentativa de atribuir-lhe um *status* de matéria inteligível.

Em contra-partida, toda tentativa de negar a prioridade ontológica da substância comum sobre o indivíduo, a exemplo do nominalismo empirista de Ockam, não só não enfrenta internamente a questão clássica como tende teoricamente a instaurar mais uma esparrela no campo ético-político da modernidade. Pretender conferir ao indivíduo uma afirmatividade pura e nuclear na vida social constitui o admirável paradoxo de se pretender que as diferenças e seus necessários distanciamentos estejam, enquanto tais, na base do religamento e da integração do todo. Como o absoluto individual, na sua solidão *ontológica*, desencadearia a solidariedade social? Como a necessária incomunicabilidade pode ser o princípio instituinte de uma comunidade? Não obstante o reconhecimento ético-político de seu direito à liberdade, o indivíduo enquanto tal não pode ser erigido em princípio fundador da coletividade humana. O individualismo, levado às suas últimas conseqüências lógicas, é o contra-senso em estado puro. Mas é também uma das supostas positivities do liberalismo.

O convencionalismo, outro empréstimo da *praxis* liberal, não constitui uma complicação menor do que o individualismo. Filosofia política já formulada pelos sofistas, adversários de Platão, vista por Aristóteles com o máximo de desconfiança ética, o convencionalismo nega todo fundamento ontológico nas formas e nas normas da convivência humana. A convenção seria da ordem do puro artifício. Ela seria uma decisão coletiva tomada para além de uma possível natureza das coisas e dos homens. Quer dizer, os valores e as normas

que definem as diferentes sociedades humanas não expressariam nem próxima nem remotamente um modo de ser do animal humano, uma verdade situada acima de sua capacidade de arbítrio e invenção. A cultura e seu complexo de ritos e normas não seriam, pois, a tentativa dramática de um reencontro do homem com seu ser perdido na imemorialidade do tempo e das tradições.

Para o convencionalismo, o indivíduo humano é um fragmento bastardo, uma pura presença no aqui-agora, um evento sem passado e sem sentido. Ora, se não há uma ordem pré-existente como fundamento da vida humana, seu princípio inteligível e fundacional é o acaso, a multidão de acasos que teria engendrado o mundo. A vida é um turbilhão de entes e potências as mais desordenadas e desiguais possíveis. Acontece que o acaso é, por definição, solitário e singular. Além disto, ele nada significa em si mesmo, ele só ganha sentido na alteridade e na relação. O acaso incide e o mundo coincide: não há uma instância apelativa e judicativa para os seus desencontros na vida moral e cosmológica. A ausência de toda responsabilidade é o seu "atributo" mais radical. Uma tal bastardia "ontológica" ao mesmo tempo que lhe nega toda legitimidade de direito, pode outorgar-lhe uma legitimidade fática: o acaso simplesmente vale ou não vale na praticidade do mundo. É no relativismo das forças quantitativamente definidas que o acaso se valida, ainda que na contradição lógica e na ilegitimidade jurídica. É a lei do mais forte, é a justiça de Trasímaco no livro I da *República*. O relativismo convencionalista, na sua dimensão estritamente jurídico-política se depara também com uma dificuldade particularmente espinhosa, qual seja, a de buscar uma justificativa filosófica, conceitual para a prevenção e a punição dos delitos numa cultura substancialmente crítica de seus próprios valores, num conjunto social cuja mentalidade coletiva funcione a partir de uma meta-consciência relativizadora e distanciadora dos conteúdos emocionais de seu sistema de normas. O acaso é inocente, imprevisível, fora de controle e, por princípio, não se lhe aplica nenhum mecanismo corretivo. Como uma instituição jurídica lavraria suas sentenças se, em princípio, a lei e o crime fossem igualmente concebidos e estatuídos como invenção e acaso? Transformar-se-ia o arbítrio em arbitrariedade. Indivíduo e acaso se aproximam filosoficamente como pura negatividade, como ausência ontológica radical; individualismo e convencionalismo, na pulverização do ser e na atomização do conjunto, são ambos imprestáveis para pensar a unidade política e social. Sabemos que a idéia de convenção não tem necessariamente que ser levada a este extremo analítico; sabemos que muitos pensadores aceitaram a realidade da convenção sócio-política sem cair num relativismo paroxístico; sabemos além disso, que toda sociedade humana apresenta uma

evidente e até elevada taxa de convencionalidade. Mas é lendo a análise às últimas conseqüências que tornamos mais ostensivas as inconsistências teóricas e práticas de algumas formas de pensamento. O liberalismo participa destas inconsistências e concebe a convenção naquele extremo paradoxal.

O utilitarismo está inextricavelmente ligado ao liberalismo porque é na liberação ou no afrouxamento dos controles educacionais e econômicos que está a possibilidade de satisfação dos interesses imediatos. Todo processo educativo sobre o indivíduo assim como todo controle do estado sobre a vida econômica visam, em última instância, garantir e promover a supremacia da dimensão social e universal do indivíduo sobre a espontaneidade de seus interesses particulares. O animal humano é, já enquanto organismo, um feixe de necessidades imediatas e todo seu sistema de interesses individuais desenvolvido no transcurso da existência é uma extensão metafórica destas necessidades viscerais. Todo o sentido prático da educação está na reorientação ética e comunitária destas demandas prazerosas.

Pois bem, o utilitarismo, enquanto sistema deontológico desenvolvido por J. Bentham e outros a partir do Século XVIII, inspirou a nascente "ciência" econômica e pressupunha o senso de utilidade na base do comportamento individual. A busca do prazer e a evitação da dor seriam os motores da ação humana. Ainda que referenciados à fórmula social de Beccaria - "A máxima felicidade dividida no maior número de pessoas", os primeiros utilitaristas da modernidade não conseguiram corrigir a precariedade conceitual e a ambigüidade prática de um tal pensamento. O conceito de utilidade se refere, no nível mais denotativo da palavra, àquilo que serve à realização de algum fim, quer dizer, àquilo que se localiza temporalmente no imediato do aqui-agora e que é acionado tão só para se chegar a um bem posterior. A utilidade de alguma coisa é sempre definida, enquanto pura utilidade, numa dimensão pragmática. Sua validade é puramente operacional e consiste sempre em alcançar algo situado fora e depois. O útil não encerra um sentido tautegórico, não possui um valor independente, é essencialmente transitivo, não gira semanticamente em torno de si mesmo. Quando o parâmetro das ações humanas é atrelado ao valor-utilidade, propõe-se ou pressupõe-se um necessário amesquinamento ético da vida porque o comportamento humano terá como horizonte máximo o imediatismo das funções técnicas e conservadoras. Isto abre, de saída, para duas conseqüências catastróficas no nível da cultura: primeiro, se o valor central da existência é dado pela utilidade das coisas, a inteligência humana operará e problematizará basicamente no nível das adequações instrumentais,

rebaixando qualitativamente o potencial intelectual da humanidade; segundo, o utilitarismo é o aviltamento estético da civilização, se entendermos o gozo do belo como um fim em si mesmo. A inteligência utilitarista problematiza tão somente a funcionalidade do mundo e recomenda sempre para as crises sociais uma readaptação geral do sistema às novas condições geradas pela própria crise e nunca a superação dela pela mudança das condições estruturais que a criaram. A consagração axiológica da utilidade e o emborcamento do intelecto no horizonte pragmático da funcionalidade são o fim de toda utopia.

Não é por acaso que o prazer como móbil das ações humanas está nos fundamentos do utilitarismo moderno. É que a primeira forma de prazer na personalidade humana se localiza nas zonas instintivas cujas demandas exigem a satisfação imediata. O prazer da atividade instintiva transcorre na temporalidade imediatista das ações utilitárias. E mais do que isto; ele está fechado num circuito narcísico e egoísta, pulsando num momento pré-social do indivíduo humano. O prazer resultante das satisfações instintivas se estende para outras espécies além da humana e não pode, portanto, ser o valor angular do homem enquanto animal político. Daí que todo sistema comportamental centrado num princípio hedonista corre o risco de comprometer o conjunto das ações humanas com a forma primitiva que o prazer toma no organismo: a satisfação imediata do interesse particular. Esta é a ética em que se baseiam todas as formas de corrupção do ser. Reparemos que o prazer da contemplação estética - em princípio, o extremo oposto do momento utilitário da vida - está se reduzindo cada vez mais na nossa sociedade à sedução dos apelos publicitários que exigem a nossa presença no mercado. Ora, o mercado com suas operações de compra e venda, ainda que necessário no nível do suprimento material da existência, é a instância eticamente mais baixa e intelectualmente mais pobre da vida humana. A decadência radical de nossa civilização pode ser representada num *continuum* que vai da ágora grega ao pregão da Bolsa de Valores.

É bem verdade que a noção de prazer em Jeremy Bentham assim como em outros hedonistas antigos e modernos não se assemelha necessariamente e, às vezes, nem de longe às perversões prosaicas do puro liberalismo. De um modo geral, postulavam-se dois princípios: uma hierarquia ética entre os diferentes prazeres e um equilíbrio entre os egoísmos exercidos na busca deste prazer. O primeiro princípio foi colocado inclusive por pensadores não-hedonistas como Platão e admite uma forma hierárquica superior de prazer, aquela que se eleva para além das demandas vicerais e que caracteriza as

atividades intelectivas, fora do tempo imediatista em que opera a instintividade. É que a conquista do gozo contemplativo implica uma metamorfose ética no indivíduo tal que o prazer só ganha sentido, direta ou indiretamente, no envolvimento com o universal, na transcendência comunitária. Mas este nível de prazer não se confunde com utilitarismo que vigia na sociedade contemporânea cujo mercantilismo é praticado numa extensão metafórica com o interesse fisiológico. O segundo princípio - aquele do equilíbrio entre os egoísmos -, principalmente na concepção de Adam Smith, sugere ao menos que o utilitarismo mercantilista ainda não se configurava como uma ideologia de classe. Todos estariam igualmente atendidos nos seus interesses ao exercerem seus pleitos particulares porque a realização do interesse de cada um e não apenas os dos capitalistas acabaria por satisfazer as necessidades de todos os outros e vice-versa. A harmonia e não o conflito seria o resultado surpreendente deste cruzamento de egoísmos. É que os primeiros utilitaristas modernos não concebiam o egoísmo no sentido ético negativo com que facilmente se pode vê-lo e onde efetivamente ele acaba descambiando. O problema está em que, entre outras coisas, a desigualdade exploratória não pode deixar de aparecer numa situação social marcada, desde o início, pela escassez e pela instituição da propriedade privada dos meios de produção. Os egoísmos não nascem nem se mantêm numa paridade. Historicamente, não é a situação de igualdade original e utópica de Smith que dá partida à desigualdade efetiva das riquezas, mas o contrário: a história do capitalismo, como a de todos os outros modos de produção, já começa na distribuição desigual e violenta dos meios de trabalho e de consumo. E toda idéia de igualdade é que vai aparecer como utopia na história humana. Pois bem. É justamente na passagem refratária e descontínua do sonho igualitarista de Smith para a realidade heteronômica da história que se dá o aproveitamento esperto do liberalismo.

Por outro lado, o conceito de egoísmo, por mais que se o possa depurar de um sentido ético negativo e o revestir de um valor puramente técnico na organização da sociedade, indicará sempre a direção contrária ao social. A harmonia e o equilíbrio que ele pudesse sustentar seriam absolutamente precários e periclitantes. Como imaginar que o bem coletivo possa estar tecnicamente assegurado por um somatório de forças egoísticas permanentemente direcionadas umas contra as outras e todas em sentido contrário ao conjunto da sociedade? Quando mais não seja, porque estas forças auto-centradas instauram necessariamente um campo físico de diferenças e de domínio de umas sobre as outras tal que o equilíbrio é rompido a cada vez. Se as forças em presença no mundo fossem quantitativamente iguais e qualitativamente

homogêneas, este mesmo mundo seria desde sempre, física e socialmente, uma grande totalidade harmônica e imutável. Nada no mundo testemunhou até hoje uma igualdade ou sequer uma paz duradoura entre as forças e os interesses que disputam a escassez. Todas as vezes que o equilíbrio pareceu viger na história, isto se deu a partir das mediações de uma força "leviatânica" que conteve a destrutividade das outras. Advogar o livre trânsito do egoísmo como pretensa filosofia social é a astúcia de quem se sabe numa situação fustalmente privilegiada para a obtenção de vantagens na "guerra de todos contra todos".

O liberalismo é, no plano prático, ético-político, apenas uma palavra de ordem desde sempre suscita de fisiologismo; e, no plano ideológico, no máximo, mais uma racionalização denegadora do baixo-ventre.

Resumo

O artigo procura demonstrar a inconsistência teórica do liberalismo em função de sua carga pragmática, evidenciada, inclusive, ao longo da história política do mundo ocidental.

Palavras-chaves

Liberalismo, fisiologismo, história, política

Abstract

This paper intends to demonstrate several inconsistencies between liberalism theory and his praxis, along the political history of the Ocident.

Keywords

Liberalism, physiologism, history, politics

Nota aos colaboradores

A Revista *Comum* aceitará contribuições sem restrições de procedência, ressalvadas as prioridades estabelecidas pelo Conselho Editorial e recomenda aos seus colaboradores que enviem seus artigos da seguinte forma:

1. Texto em disquete digitado em programa Word para Windows, acompanhado de duas cópias impressas.

2. Notas de rodapé, referências bibliográficas e citações que obedecem as normas da ABNT.

3. As referências bibliográficas, no final do texto, devem conter apenas as obras efetivamente mencionadas no artigo.

4. Apresentar um resumo de, no máximo, 150 palavras na língua original do texto e um *abstract* ou *résumé*.

5. Listar palavras-chaves, *key-words* ou *mots-clés*.

6. Incluir nota biográfica do autor que indique, se for o caso, onde ensina, estuda e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.

No caso de publicação do trabalho, o Conselho Editorial se reserva o direito de selecionar as informações biográficas pertinentes.

7. Indicar, em nota à parte, caso o texto tenha sido publicado ou apresentado em forma de palestra ou comunicação.

8. Evitar palavras, expressões ou frases grafadas com sublinhado ou negrito. Para destaques usar apenas o itálico.

9. Enviar, com os originais, autorização assinada pelo autor ou seu procurador, para que aquele trabalho seja publicado na Revista *Comum*.

O Conselho Editorial se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam as normas estabelecidas e comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestão de alterações ou se foi recusado. Os autores receberão cinco exemplares do número que contiver sua colaboração.